

GUIA COM MAIS DE 500 TASCAS, PETISCOS E DOÇES

10% DE DESCONTO PARA SUBSCRITORES

Nas bancas

SUBSCRITORES
€14,40/Portes grátis
NÃO SUBSCRITORES
€16/Portes grátis

RESERVE JÁ O SEU GUIA EM EXPRESSO.PT/BCBM

idealista

A app imobiliária líder em Portugal

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

Expresso 50

1 de dezembro de 2023
2666

Diretor: João Vieira Pereira
Diretores-Adjuntos: David Dinis, Martim Silva, Miguel Cadete e Paula Santos
Diretor de Arte: Marco Grieco

expresso.pt

24h

Eleições nos Açores

O Governo açoriano admite que não tem garantias de aprovar um segundo orçamento e acabou por pedir eleições antecipadas no Palácio de Belém. Quando o orçamento regional foi chumbado, PSD e CDS queriam apresentar um novo orçamento, mas depois de encontros esta quinta-feira com Marcelo desistiram. O CDS defendeu 10 de fevereiro para realização das regionais.

Pensões sobem até 6% em 2024

As pensões até duas vezes o indexante de apoios sociais (cerca de €1018,60) irão subir 6% no próximo ano, a confirmar-se a estimativa da inflação do INE. As restantes aumentarão entre 5% e 5,6%, enquanto as mais altas (acima de €6111,60) ficarão congeladas.

Empresa do GES só devolve 0,2%

Credores pediram €106 milhões à Espírito Santo Hotéis em 2015, mas só há €179 mil para distribuir este ano. Banco Montepio perde €60 milhões.

MP processa ativistas

O Ministério Público instaurou 23 processos criminais contra jovens ativistas pelo clima até ao início desta semana. De acordo com fonte oficial, "em causa estão crimes como desobediência, atentado à segurança de transporte rodoviário, resistência e coação ou dano qualificado".

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: **ECONOMIA, REVISTA E** e ainda **EXPRESSO BPI GOLF CLUB**

Peça na sua farmácia

Revista **saída**



Concurso do TGV avança com Governo em gestão

Mesmo em fim de ciclo, **Costa não quer travar projeto com acesso a fundos europeus**. Vai pedir o OK de Luís Montenegro e do futuro líder do PS **P12**

PSD ainda hesita sobre aliança com CDS

Montenegro quer independentes. CDS diz que IL e Chega não são parceiros fiáveis **P8**

O mistério do Cristo português na Etiópia

Netanyahu entalado entre 'pombas' e 'falcões' **P28**

Com Kissinger morre um século de diplomacia

Livro de Mário Soares reeditado no ano do centenário **P12**



ACONTECIMENTO & FIGURA NACIONAL 2023

ESCOLHAS DO EXPRESSO Reunida em plenário, a redação do Expresso decidiu eleger, por larga maioria, a demissão de António Costa, na sequência da Operação Influencer, que causou a crise política, como o Acontecimento Nacional de 2023. Como Figura Nacional de 2023, depois de uma acesa discussão, em que saíram derrotados nomes como os de Marcelo Rebelo de Sousa, o próprio António Costa, Lucília Gago, João Galamba, Lídia Jorge ou D. Américo Aguiar, foram escolhidas as vítimas dos abusos sexuais da Igreja Católica em Portugal. Na próxima edição revelamos as escolhas internacionais. **P20-23**

Já há três investigações ao caso das gémeas

Ex-presidente do Santa Maria garante legalidade: "Cumpram os critérios" **P4**

Pior mês no SNS? Afinal, novembro não foi assim tão mau **P6**

Patrões receiam o voto de protesto nos extremos **P14**

Rating ESG

Já mediu o futuro da sua empresa hoje?

Caixa. Para todos e para cada um.

Caixa Geral de Depósitos, S.A., registada junto do Banco de Portugal sob o n.º 35.

Saiba mais em cgd.pt



João Vieira Pereira

BLACK FRIDAY ELEITORAL

Há um claro exagero atribuído todos os anos à proposta do Orçamento do Estado. Exageramos a sua importância, exageramos a sua discussão e exageramos o seu impacto. Olhamos para aquele documento como se fosse o alfa e o ômega da vida nacional. Depositamos em contas de merceiro toda a nossa esperança e fé. Este ano, o exagero ainda é maior quando assistimos ao seu uso como ponto de partida para o período eleitoral que se aproxima, com medidas revertidas ou aprovadas à pressa que desvirtuam aquela que era a proposta inicial. Já ninguém sabe que Orçamento é este, que objetivos essenciais defende ou de que maneira reflete o pensamento político estratégico.

Vivemos presos em ciclos anuais do deve e haver, de onde vem e para onde vai o dinheiro, ignorando a necessidade de ter planos capazes de projetar a longo prazo o futuro do país. Os problemas do Serviço

dos outros. O ainda Governo escolhe aprovar em Conselho de Ministros, de uma assentada, alterações nas carreiras dos funcionários públicos com impacto salarial considerável, aumentos para a Polícia Municipal, apoios para jovens licenciados que escolham ficar a trabalhar em Portugal, uma compensação para os senhores para contornar a não subida das rendas, apoios para a promoção da oferta de habitação a custos acessíveis, as bases do Programa Nacional de Investimentos 2030, que deverá planejar o próximo ciclo de investimentos, e mais um enorme número de outras despesas. Entrámos numa Black Friday eleitoral, com cada um a tentar comprar votos futuros com promessas fáceis, algumas até demagógicas e com pouca ligação à realidade, e, principalmente, sem ter em conta que vem aí um novo ciclo político que pode mudar tudo.

O melhor exercício que se poderia fazer era dar tanta primazia à discussão sobre a efetiva execução do Orçamento como se dá à sua construção. A democracia exige também a prestação de contas, saber se o que foi aprovado foi de facto executado, que impacto teve e se os objetivos foram atingidos. Infelizmente, a prestação de contas da política nacional é uma anedota. Em outubro de cada ano começamos a discutir o próximo ano, e do ano que termina só interessa o valor do défice. É pouquinho.

Pode-se sempre advogar que este é o preço a pagar por vivermos em democracia. É verdade. É um argumento válido mas que habilmente serve outro objetivo: o de esconder a fraca qualidade da política e dos políticos.

Entrámos numa Black Friday eleitoral, com cada um a tentar comprar votos futuros com promessas fáceis, algumas até demagógicas e com pouca ligação à realidade, e, principalmente, sem ter em conta que vem aí um novo ciclo político que pode mudar tudo

Nacional de Saúde não se resolvem só com aumentos para médicos, o ensino não melhora apenas com a recuperação das carreiras dos professores, a crise de rendimentos não desaparece unicamente com apoios sociais ou aumentos salariais. Contudo, todos os anos, o exercício orçamental fica preso em contas de curtíssimo prazo, retirando da equação qualquer capacidade de planeamento. As famílias, os serviços públicos, as empresas precisavam de ser capazes de ter orçamentos com validade de vários anos para que pudessem fazer as melhores escolhas e implementar estratégias eficientes.

Os vários candidatos a chefiar o próximo Governo começaram já a fazer promessas sobre impostos futuros sem sequer terem apresentado uma ideia que fosse para o país que não passe por despejar dinheiro sobre os problemas. As propostas que temos visto até agora são apenas de como tencionam gastar o dinheiro

SETE DIAS, SETE RAZÕES PARA GUARDAR O EXPRESSO

Se comprou o Expresso, aproveite o código que está na capa da Revista E. Coloque-o em codigo.expresso.pt e, durante a próxima semana, poderá: 1 Ler todas as notícias e conteúdos digitais do jornal; 2 Receber newsletters exclusivas com o resumo diário das principais histórias; 3 Fazer comentários em expresso.pt, dando a sua opinião; 4 Visitar a redação do Expresso e conversar com os jornalistas; 5 Ter acesso a eventos exclusivos do Expresso; 6 Jogar online palavras cruzadas, sudokus e sopas de letras; 7 Procurar edições anteriores em formato digital. GRÁTIS, DURANTE SETE DIAS, COM ESTE JORNAL.

Duelo A chegada à presidência da Argentina, país em forte agitação, de Javier Milei, com discurso e programa radicais, levanta muitas inquietações

Andrés Malamud

Investigador principal, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa



Aldo Gamboa

Jornalista argentino em Bruxelas

O NOVO PRESIDENTE DA ARGENTINA VAI MODERAR-SE?

SIM Milei já se moderou. Na campanha, o candidato libertário ofereceu três ingredientes: uma estética pouco convencional, uma mão-cheia de ideias fortes e uma carrada de insultos.

A estética ele mantém. A sua juba fá-lo parecer um leão, o animal com o qual se identifica — mesmo possuindo cinco cães, aos quais chama de filhos. Também continua a alternar o fato e gravata com roupa de ginástica, que usa para esconder um colete à prova de bala.

As ideias foi deixando cair, uma a seguir à outra. Já no último *spot* eleitoral, emitido três dias antes das eleições, ele denunciou uma campanha de medo dos seus rivais e prometeu: “Não vamos privatizar a saúde; não vamos privatizar a educação; não vamos reformar o INCUCAI [agência pública para transplante de órgãos]; não vamos privatizar o futebol; não vamos permitir o porte irrestrito de armas.” Certamente na campanha tinha prometido fazer isso tudo. A questão do INCUCAI era particularmente sensível, porque, na sua febre libertária, Milei tinha acenado à criação de um mercado livre de órgãos — e também de crianças, embora esta última proposta fosse feita com menor ênfase. As duas ideias que ele manteve até ao dia da eleição foram a dolarização da economia — Milei fala de livre competição

entre moedas — e o encerramento do Banco Central, cuja maquete ele gostava de destruir à paulada na televisão. Porém, na semana posterior à vitória, o Presidente eleito deixou sair da sua equipa os economistas que alimentavam essas ideias e substituiu-os por outros vindos do Governo mais convencional de Mauricio Macri (2015-2019).

Finalmente, os insultos também caíram. Já no debate presidencial da segunda volta ele manteve toda a sua concentração para não se passar, consciente de que era mais importante parecer equilibrado do que ganhar a discussão. Uma vez eleito, mordeu a língua e continuou a manter a compostura. É uma pena, porque as suas bravatas tornavam a política argentina mais desconstruída. Também é certo que os seus fãs continuam a molestar e a ameaçar críticos nas redes sociais, embora as hienas nunca sejam tão divertidas como os leões.

O que Milei fará quando tomar posse a 10 de dezembro ninguém sabe. O que, sim, sabemos é que a sua chanceler nomeada, Diana Mondino, teve reuniões com o embaixador da China e visitou o seu homólogo brasileiro no Itamaraty, desmentindo a promessa de Milei de não ter relações Estado a Estado com comunistas. Fingindo demência, ela até perguntou à imprensa como é que alguém podia ter pensado que Milei teria uma má relação com Lula, a quem, em entrevista pública, não apenas tinha chamado de comunista, mas também de corrupto.

Sabemos que o poder corrompe. Com minoria no Congresso, Milei será um Presidente fraco, com pouco poder. E a fraqueza modera.

NÃO A sobrevivência do seu projeto depende da ausência de moderação. A eleição de Javier Milei como Presidente da Argentina quebrou vários paradigmas no país: era então um candidato sem experiência política, sem partido de âmbito nacional, sem governadores de províncias ou bancada poderosa nas câmaras do Congresso e, sobretudo, questionava abertamente um dos principais consensos nacionais que a Argentina alcançou no último século: que a ditadura cívico-militar iniciada em 1976 levou adiante um genocídio.

Para conseguir isso, Milei prometeu uma renovação radical dos pilares da sociedade argentina: dolarizar a economia, implodir o Banco Central, interromper todas as obras públicas, cortar as transferências de dinheiro do Governo federal para as províncias, privatizar as empresas públicas e retirar o Estado de qualquer espaço que possa ser ocupado por uma empresa privada, sem exceção nenhuma.

Aliança que fez com o partido PRO, do ex-Presidente Mauricio Macri, poderá dar-lhe elementos de governabilidade em troca de alguma moderação. No entanto, essa aliança já rachou o seu próprio partido, La Libertad Avanza (LLA), onde há eleitores e líderes que não toleram a “moderação” que representa a aliança com Macri. Em última análise, prometeu

aos eleitores eliminar a “casta” dos políticos, mas fez uma aliança com Macri e o seu partido, que são a representação viva da “casta”.

Portanto, essa aliança poderá trazer-lhe o apoio de alguns governadores provinciais e até o suporte de uma importante bancada nas duas câmaras do Congresso, ou fornecer-lhe elementos de governabilidade, mas essa mesma trajetória marcará o fim da sua carreira política. A sua campanha teve sucesso justamente porque eliminou a ideia da moderação. Moderar-se equivale a ceder o poder a Macri e ao seu partido, que, com a candidatura de Patricia Bullrich, ficou em terceiro lugar na primeira volta das eleições, e a sua imagem ficaria irremediavelmente ligada à “casta” política que os seus eleitores parecem detestar com tanta fúria. De acordo com as promessas de campanha, Milei pretende eliminar vários ministérios, mas já anunciou que o ministro da Economia seria Luis “Toto” Caputo, que já ocupou esse cargo durante o Governo Macri. À frente do Ministério da Segurança, Milei pretende nomear ninguém menos do que a própria Bullrich, sua antiga adversária, num cenário que para muitos dos seus eleitores é a entrega total das bandeiras à “casta”.

No entanto, se Milei eliminar a ideia de qualquer moderação e insistir nas ideias mais radicais da sua campanha — como a noção extravagante de organizar um mercado para a venda de órgãos —, ele poderá alimentar alguma ilusão sobre a sua sobrevivência política, embora seja também legítimo questionar-se sobre a capacidade do seu Governo para chegar ao fim do seu mandato.

Com minoria no Congresso, Milei será um Presidente fraco, com pouco poder. E a fraqueza modera

A sobrevivência do projeto de Javier Milei depende da ausência de moderação

A Semana

Por MARTIM SILVA
mgsilva@expresso.imprensa.pt

POBREZA

A pobreza aumentou em 2022 e abrange 17% da população: 1,78 milhões de pessoas vivem com menos de €591 por mês. Num ano muito marcado pela inflação e pela crise na habitação, também as desigualdades de rendimentos cresceram entre os portugueses.

PSD

Os sociais-democratas estiveram reunidos em congresso. E para ser um conclave estatutário e sem grande história, mas a crise política mudou



tudo. O encontro de Almada ficou marcado pela proposta de Montenegro em relação às pensões. E para a presença de Cavaco Silva, que foi dar a sua “bênção” política ao líder laranja.

TRÉGUVA NA GUERRA

Ao fim de mês e meio de conflito, a trégua na guerra entre Israel e o Hamas tem durado ao longo dos últimos dias, com os reféns do movimento islamita terrorista a serem libertados a conta-gotas.

ÍNDIA

17 dias depois, os trabalhadores que estavam soterrados numa mina desde 12 de novembro viram a luz do dia. Todos os 41 trabalhadores soterrados no túnel de Silykara, no Norte da Índia, foram retirados do local.

CHEGA

Já em clima de campanha eleitoral, o líder do partido Chega esteve em Lisboa ao lado de Marine Le Pen e do líder da extrema-direita alemã e defendeu uma refundação da União Europeia.

OPERAÇÃO TEIA

O Ministério Público concluiu que Manuel Pizarro “não exerceu influência” para beneficiar o ex-presidente do IPO Porto. Este terá pressionado o atual ministro da Saúde para poder ter direito a mais um mandato à frente daquela instituição de saúde. Segundo o MP, Pizarro não intercedeu a favor de Laranja Pontes.

SAÚDE

Um longo braço de ferro de 19 meses terminou depois do acordo entre o Ministério de Pizarro e um

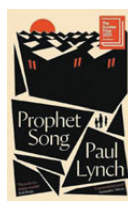
dos sindicatos representativos dos médicos. Estes vão ter um aumento de quatrocentos euros.

BOOKER

O irlandês Paul Lynch é Booker Prize 2023. O quinto escritor da Irlanda a obter o maior prémio da língua inglesa, no valor de 50 mil libras, venceu com “Prophet Song”, uma distopia que retrata uma sociedade em colapso.

ORÇAMENTO

O novo Orçamento do Estado dos governos socialistas foi esta semana aprovado. Foi o último de um ciclo. E já claramente com um tom eleitoralista, com as mudanças todas no documento desde que rebentou a crise política.



“SPORTS ILLUSTRATED”

A conhecida revista desportiva publicou artigos escritos por autores gerados pela inteligência artificial, sem dizer nada a ninguém — depois da polémica, apagou-os. Também outra revista do mesmo grupo

recorreu à mesma técnica, assim como o jornal “USA Today”.

GÊMEAS

O MP está a investigar o caso das gémeas de origem brasileira tratadas no Hospital de Santa Maria com um dos medicamentos mais caros do mundo. As dúvidas prendem-se com a rapidez do processo de naturalização e com suspeitas de “cunhas” que terão ajudado ao acelerar do processo.

Miguel Sousa Tavares



Desculpem-me insistir

Desculpem-me insistir nisto, mas isto é o essencial: é o Estado de direito, o fundamento da democracia. Começa nas fronteiras de um país, onde a forma como as autoridades nos tratam dizem logo ao que vamos. E continua depois na forma como a Justiça do país nos trata a todos, nacionais ou não nacionais. À polícia e às Forças Armadas concedemos o direito de andarem armados para defenderem a nossa segurança, a nossa soberania e a nossa Constituição. À Justiça e aos seus magistrados concedemos o poder de decidirem sobre os nossos deveres e a nossa liberdade para resolverem os nossos conflitos e garantirem os nossos direitos. No dia em que cada uma destas entidades, como cada um dos poderes institucionais, não for controlada por outro ou por ninguém — no dia em que um só dos poderes estiver fora de controlo —, não tenham dúvidas de que o Estado de direito e a democracia estão ameaçados. Entre nós só há um poder que, na lei e na prática, ninguém controla a não ser ele mesmo: o Ministério Público (MP).

Há democracias onde o MP é controlado directamente pelo Governo, através do ministro da Justiça, com o fundamento teórico de que, não sendo assim, não pode haver uma política de justiça assumida pelo Governo. Há países onde o MP é controlado pelos eleitores, que elegem regularmente os procuradores em função do seu histórico no desempenho da função. E há países onde o MP é controlado hierarquicamente dentro da estrutura, no topo da qual está alguém que responde ou perante o Governo ou perante o Parlamento. Mas nós somos um caso original e de "sucesso": os nossos procuradores, além de serem independentes e irresponsáveis pelas suas decisões ou não decisões, são ainda inamovíveis e hierarquicamente autónomos, podendo apenas e em casos extremos ser disciplinadamente responsabilizados perante um Conselho Superior onde, ao contrário do que sucede com os juizes, os seus pares estão em maioria. Nenhum outro órgão de soberania, nenhuma outra actividade de serviço público, nenhuma outra profissão goza entre nós de semelhante estatuto de impunidade funcional. Os políticos têm medo de a constatar, os ignorantes acham que põ-la em causa equivale a defender a corrupção e os "poderosos", os jornalistas apressados não querem perder as suas notícias e

os populistas alimentam-se disto como de pão para a boca. Mas aqueles que sabem do que falo têm razões para não dormirem descansados: "Primeiro, vieram buscar o meu vizinho..."

O caso Casa Pia deveria ter sido um toque a rebate sobre o funcionamento do MP. Quando ficámos a saber que na investigação do processo andavam a mostrar aos miúdos traumatizados um catálogo com 30 fotografias de figuras públicas, do cardeal-patriarca a Mário Soares, escolhidas ao gosto aleatório ou não de um qualquer procurador (e onde, obviamente, não constava o retrato de nenhum magistrado), para ver se eles, confundindo figuras conhecidas dos ecrãs com figuras dos seus abusos, identificavam "suspeitos", e nada aconteceu a estes "investigadores" e a os seus superiores, a partir daí ficou aberta a porta à intimidação processual. Que se seguiu, por diversas vezes e sempre impunemente, arrasando reputações, carreiras e vidas pessoais, afastando do serviço público gente de valor para o país, compreensivelmente aterrorizada pela madrastra justiça da DCIAP de Lisboa. Até chegarmos ao 7 de Novembro à escolha política que nos resta depois do raide da PGR e do MP: os salvados do incêndio, a mediocridade partidária e populista. E querem que não falemos disso, que nos conformemos, que "deixemos a Justiça seguir o seu curso"? Mas qual curso? Qual Justiça?

Entendamo-nos: não convém confundir a percepção popular da corrupção existente (que é o que aparece nos índices oficiais como o nível de corrupção de cada país) com a verdadeira corrupção existente. E também não convém confundir o crime de corrupção com o tipo de crime económico, fazendo do direito penal uma extensão do "direito de café". Dito o que é evidente que temos problemas criminais deste tipo, não sei se mais ou menos abundantes do que outros, mas a todos os níveis da sociedade onde existem seres humanos permeáveis ao desejo de enriquecer rapidamente e de qualquer forma, de saltarem por cima das leis e de obterem tratamentos de favor: militares que roubam nas cantinas ou na compra de armas, médicos que aldrabam receitas, autarcas que adjudicam empreitadas à margem da lei, laboratórios contratados pelo Estado que simulam análises, consultados que vendem documentos a traficantes de droga, etc. Não há pano de linho nem peça de seda que não possa ser

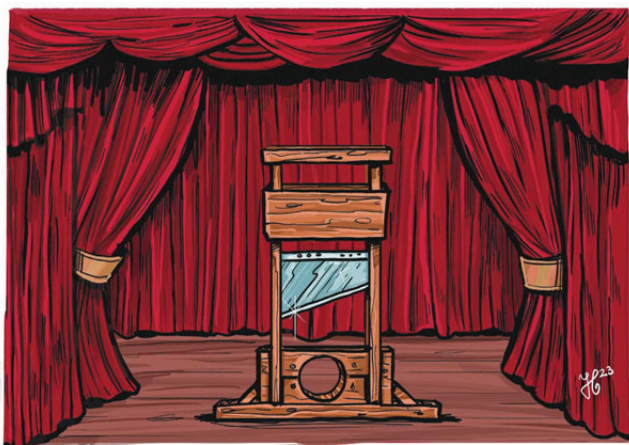


ILUSTRAÇÃO: HUGO RINTO

Talvez pudéssemos mesmo encenar uma peça de teatro sobre esta história, chamada "Os Salvados do 7 de Novembro", tendo como protagonistas principais Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Nuno Santos, Luís Montenegro e André Ventura

manchada com as mais abjectas nódoas. E todos os dias, felizmente, o MP persegue, investiga e leva a julgamento o que se consegue. Mas esta criminalidade inorgânica e abstracta, que anda algures por aí, sem rostos apetecíveis para os cafés e tablóides, não seduz nem sacia o desejo de justiça popular da sociedade — que, não raras vezes até, desculpabiliza-a, vendo nela uma tentativa falhada de os "pobres" ascenderem ao mundo dos "ricos". Eles querem verdadeiro sangue, o sangue dos "poderosos", que são sobretudo "os políticos" — os do Governo da nação, bem entendido, porque os outros, os dos governos locais, muitas vezes são seus familiares, amigos, conhecidos, próximos, da terra. E o problema está quando este desejo de justiça popular encontra na organização do MP um departamento central de investigação, o DCIAP, que, sob a capa de chamar a si os casos mais complicados, acabou por assumir com o tempo a vocação de investigar "poderosos" e gente "mediática", desde logo dando a ideia de que há casos e casos e, afinal, nem todos devem ser tratados por igual.

Peguemos no caso MP vs. António Costa, que finalmente mereceu uma curta explicação da

procuradora-geral da República, Lucília Gago. Na esteira dos argumentos que lhe foram sugeridos pelo sindicato dos magistrados do Ministério Público, "esclareceu" ela que "havendo notícia de um crime" o MP é "obrigado por lei a abrir um inquérito" e, depois, por um "dever de transparência", a dar-lhe publicidade. Nenhuma das razões colhe. Primeiro, não havia notícia de qualquer crime contra António Costa. O facto de em duas ou três escutas telefónicas os intervenientes dizerem que queriam falar com o primeiro-ministro ou que iriam falar com ele não indicia: a) que o tenham feito; b) que o primeiro-ministro os tenha ouvido e concordado com a sua pretensão; e c) que esta fosse ilegítima ou criminosa. Pelo que não havia razão alguma para a abertura de um inquérito à actuação do primeiro-ministro; quanto muito, o MP prosseguiria a investigação em relação aos restantes suspeitos e se, no decurso desta, surgissem indícios sérios contra o primeiro-ministro, então, sim, abriria o tal inquérito. Mas mesmo que tenha entendido o contrário, nada, nenhum "dever de transparência", obrigava o MP a tornar isso público: todos os dias o MP recebe dezenas de participa-

ções criminais e abre inquéritos contra denunciados ou suspeitos sem que, até por razões de eficácia, vá participar ao denunciado, particular ou publicamente, que está a investigá-lo. É óbvio e indesejável que quando Lucília Gago escreve o tal "parágrafo assassino" sabia ao que ia. E, se não sabia, é porque não entende português — o que é muito grave nas funções que desempenha.

Durante toda a semana assisti a um impressionante *blitz* de defensores da PGR e da actuação do MP, insistindo, nomeadamente, que António Costa não se demitiu por causa do tal parágrafo, mas de tudo o resto: as suspeitas sobre o seu chefe de gabinete, o "melhor amigo", dois ministros, os €75 mil no gabinete de Vítor Escária. Concedo que muito provavelmente ele demitiu-se depois de saber tudo isto. O problema é que demitiu-se não depois mas antes de saber tudo isso: o comunicado da PGR é ao meio-dia, Costa demite-se às 13h, o gabinete de Escária só é buscado da parte da tarde e os fundamentos das suspeitas do MP sobre os implicados só são conhecidos ao final do dia, já as agências de notícias internacionais titulavam: "PM de Portugal demite-se sob suspeitas de corrupção". O resto da história conhecemo-lo. Talvez pudéssemos mesmo encenar uma peça de teatro sobre ela, chamada "Os Salvados do 7 de Novembro", tendo como protagonistas principais Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Nuno Santos, Luís Montenegro e André Ventura.

Há dias, numa entrevista televisiva, a ex-directora do DCIAP,

Cândida Almeida, queixava-se das "pressões" que se fazem sobre o MP, entendendo como pressões, e abusivas, as críticas feitas à sua actuação, neste ou noutros casos. E falava, condoída, da "amargura" que tais pressões traziam à "vida pessoal, familiar e profissional" dos procuradores do MP. Fiquei a pensar se ela seria capaz de imaginar a amargura do outro lado. Por exemplo, do lado do presidente da Câmara de Sines, acordado em casa às 7h da manhã, junto da família, com a casa vasculhada como um vulgar criminoso e logo, presume, como é da praxe, espoliado do computador e telemóvel pessoal, depois transportado ao seu gabinete de trabalho na Câmara, onde as buscas prosseguiram à vista dos funcionários que chefia e dos municípios que o elegeram, e daí transportado para os calabouços da PSP em Lisboa, onde — ao abrigo de uma interpretação, essa sim abusiva, da norma processual — permaneceu seis dias e seis noites em silêncio e isolamento, enquanto cá fora o seu estatuto público passou a ser o de um corrupto, até finalmente ser ouvido por um juiz que o mandou libertar, sem qualquer medida de coação, nada que nada, absolutamente nada, viu nos autos que justificasse tudo aquilo por que ele passara. Consegue imaginar, senhora procuradora? E disso que deveríamos falar.

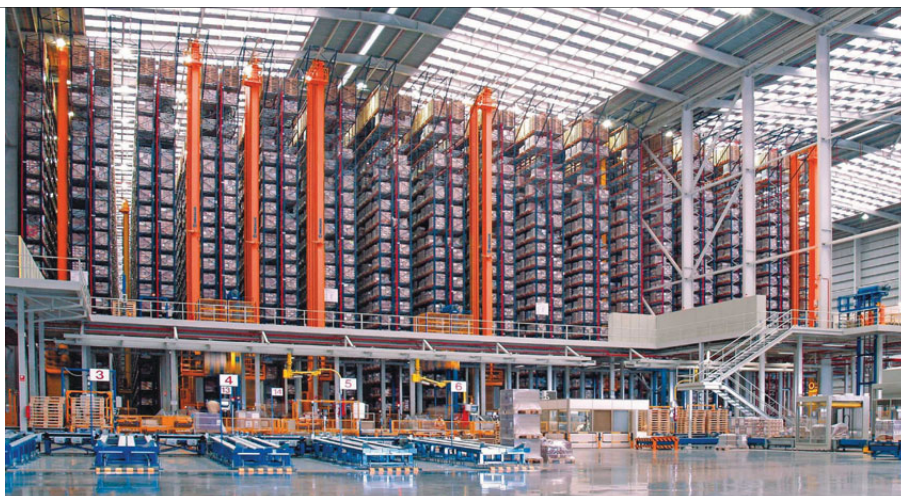
2 Ao longo dos anos assisti a muitas cambalhotas políticas, que levei à conta da inerência da própria actividade. Mas algumas espantam mais do que outras e às vezes quase que doem, como é o caso do apoio à candidatura de Pedro Nuno Santos por parte de Álvaro Beleza e Francisco Assis, dois socialistas cuja lucidez e sensatez em nada se podem rever nas apregoadas qualidades do seu apoiado candidato. Sentindo-se justamente interpelado na sua coerência, Francisco Assis tem-se desdobrado em explicações, mas de balde: cada uma é mais incompreensível e contraditória do que a outra. E para quem também recusa aceitar a tese de um simples *trade-off* negociado à mesa de um restaurante, resta a única explicação lógica: que a vida partidária está cheia de intimidades não frequentáveis.

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia

SOLUÇÕES AUTOMÁTICAS PARA ARMAZÉNS INTELIGENTES

214 151 890

mecalux.pt



ALTOS



Luís Montenegro
Presidente do PSD

Luís Montenegro conseguiu aproveitar a seu favor a realização de um congresso sem história e de baixas expectativas, que acabou por se transformar num primeiro comício de campanha para as legislativas. O líder social-democrata definiu a estratégia e traçou o posicionamento do partido para as eleições. Apresentou propostas de governação (e terá percebido que tem de ser claro no discurso) e teve a seu lado, inesperadamente, uma das maiores referências históricas do partido. E com isso procurou responder às dúvidas sobre a união interna.



Jorge Roque da Cunha
Presidente do Sindicato Independente dos Médicos

O Governo chegou a acordo com o SIM para aumentos intercalares que permitem assegurar atualizações salariais para todos os médicos. É o desfecho de conversações desencaçadas por uma proposta apresentada pelo sindicato, que deixa de fora a FNAM. O acordo tem a desvantagem de não abranger todas as estruturas sindicais e está longe dos 30% de aumento que chegaram a ser exigidos, mas compromete o próximo Governo e é um importante ponto de partida para futuras negociações.



António Guterres
Secretário-geral das Nações Unidas

Tem sido incansável no pedido de medidas urgentes para pôr fim às ameaças ambientais, apesar de o efeito dos avisos ficar muito aquém das expectativas e necessidades. Na véspera de mais uma Cimeira do Clima, esteve na Antártida a alertar para o perigo mundial do degelo. Pede ações concretas e propostas claras para travar a catástrofe anunciada. Falta convencer os líderes mundiais da importância da mensagem.



Isabel Capelo Gil
Reitora da Universidade Católica Portuguesa

Na semana em que foi anunciado que vai integrar o conselho de administração da Fundação Gulbenkian, foi também escolhida para presidir ao conselho de curadores da nova empresa pública que gere os Museus e Monumentos de Portugal. Isabel Capelo Gil assume novas responsabilidades enquanto se mantém no cargo de reitora da Universidade Católica, função que já desempenha há sete anos.

E BAIXOS



João Paulo Rebelo
Ex-secretário de Estado do Desporto

O ex-governante é alvo de uma investigação onde se misturam suspeitas de favorecimento e eventuais crimes de participação económica em negócio e abuso de poderes, por titular de cargo político. Duas casas do deputado foram alvo de buscas, que também abrangeram, entre outras, as instalações do Instituto Português do Desporto e da Juventude e da Cruz Vermelha Portuguesa. João Paulo Rebelo rejeita ter praticado qualquer ato ilícito.

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.impresa.pt

EM DESTAQUE

O Cartoon de António Amnésia tropical



Gêmeas Ex-presidente do Santa Maria garante que foi tudo legal

Daniel Ferro diz que as gêmeas luso-brasileiras “cumpriram todos os critérios clínicos” para receberem o medicamento de dois milhões de euros

Um mês após a notícia da TVI, que revelou uma alegada cunha do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para acelerar o tratamento a duas gêmeas bebés no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, foram abertos três inquéritos paralelos. A PGR anunciou a existência de uma investigação a DIAP de Lisboa e que por enquanto “não corre contra pessoa determinada”. A esta investigação junta-se a que foi aberta pela Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) e a da auditoria interna no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (CHULN), em que se integra o Santa Maria. “À semelhança do que faz habitualmente, o gabinete do primeiro-ministro encaminhou para o Ministério relevante, neste caso o da Saúde, que depois analisa as situações e dá-lhes o encaminhamento que considera mais adequado. Os conteúdos das missivas trocadas entre a Presidência da República e o gabinete do primeiro-ministro não são públicos.” Ao Expresso, o gabinete de Manuel Pizarro confirma “ter recebido um ofício do gabinete do primeiro-ministro a endereçar um conjunto de seis missivas dirigidas à Casa Civil da Presidência da República por utentes, sendo uma delas referente ao caso em apreço.” “Tanto quanto é possível apurar nesta data, o tratamento processual dado a esta exposição seguiu a tramitação habitual”, escreve.

As reações

Marcelo reagiu publicamente esta terça-feira, reforçando nada ter feito para as crianças passarem à frente e serem tratadas para a atrofia muscular espinal com o Zolgensma, um dos medicamentos mais caros do mundo. “Não falei ao primeiro-ministro, não falei à ministra da Saúde, não falei ao secretário de Estado, não falei ao diretor-geral, não falei à presidente do hospital, nem ao conselho de administração, nem aos médicos”, afirmou. Sobre as investigações em curso, o PR disse que não se pronunciava “sobre inquéritos

contra desconhecidos”. Na quinta-feira, ao jornal “Público”, Marta Temido — ministra da Saúde na altura — disse não ter tido “qualquer contacto com o Presidente da República relativamente a este caso” e que não deu “qualquer orientação sobre o tratamento destas crianças”. Sobre o procedimento, Temido argumentou não ter visto nada de ilegal: “Se há uma nota de que há duas crianças que precisam de um tratamento, se as crianças têm documentos nacionais do nosso país, e normal era as crianças serem tratadas no nosso país e, portanto, bastava o encaminhamento normal, que era aquilo que se fazia no Ministério da Saúde para a instituição. Não percebo o mal-estar dos médicos no Santa Maria, a lei é clara.” António Lacerda Sales, antigo secretário de Estado da Saúde e também visado pela peça da TVI por alegadamente ter sido ele a marcar a primeira consulta para as gêmeas, não quis comentar após contacto do Expresso: “O caso está só inquirido.”

Se Marcelo for chamado a depor como testemunha no caso, poderá responder por escrito aos procuradores ou até se recusar a fazê-lo, caso negue ter conhecimento dos fatos. E se for constituído arguido, o processo passará ainda por uma autorização da maioria dos deputados do Parlamento e só depois dessa luz verde seria investigado pelo MP do Supremo Tribunal de Justiça.

O Expresso sabe que a Casa Civil do Presidente da República viu os relatórios médicos das duas crianças enviados pela família paulista, que explicam que precisavam daquele medicamento que custa €2 milhões. Belém enviou então uma carta para o chefe de gabinete de António Costa, com as cópias dos documentos médicos. Estávamos a 31 de outubro de 2019. De acordo com uma fonte de Belém, este é o procedimento habitual nestes casos: quando chegam os pedidos, eles são analisados pela Casa Civil e, depois de filtrados, enviados para São Bento.

O caso

À TVI, a luso-brasileira Daniela Martins, mãe das gêmeas, disse que falou sobre o caso à nora de Marcelo, que vive com Nuno, o filho do

PR, em São Paulo, depois de perceber que havia entraves em Lisboa ao tratamento das filhas doentes. Existem suspeitas que desde essa altura o processo das gêmeas no hospital tenha sido acelerado, tendo a TVI referido a existência de uma troca de e-mails sobre o assunto entre Marcelo e o coordenador da unidade de neuropediatria do Santa Maria, António Levy Gomes. O Expresso sabe que o PR se limitou a responder às dúvidas do médico na troca de correios eletrónicos.

Mas meter uma cunha não seria assim tão simples. O fármaco só começou a ser compartilhado no SNS em setembro de 2021 e até essa data a sua utilização estava sujeita a Autorização de Utilização Especial (AUE) do Infarmed após um rigoroso escrutínio. Todos os pedidos têm de ser clinicamente fundamentados e totalmente anonimizados.

“Foi levantada a questão da residência fora do país, mas tinham CC e não havia razões para recusar”, revela o antigo presidente do Santa Maria

Se Marcelo for chamado a depor como testemunha no caso, poderá responder por escrito aos procuradores ou até se recusar a fazê-lo

Ao Infarmed só chega a justificação médica e um código. Ou seja, os fármacos são concedidos sem acesso à identidade do doente.

O procedimento AUE vigorou até à utilização direta pelos hospitais e garantiu tratamento a 17 (sete em Santa Maria) das 33 crianças já tratadas até agora. O Infarmed garante: “Todos os pedidos de acesso foram respondidos atempadamente.” Dado tratar-se de uma doença rara, não há lista de espera e a demora no acesso só é ditada pela necessidade de estabilizar o doente. Portugal foi dos primeiros países a autorizar a administração do fármaco — em julho de 2019, no Hospital de Santa Maria — e têm sido muitas as solicitações, por exemplo, de lusodescendentes. Daniel Ferro, na altura presidente do Santa Maria, confirmava a pressão. “Recebia centenas de cartas, estávamos a ser abordados por muitos pais, alguns não residentes, e recorde-me apenas do assunto e da preocupação dos médicos, não só sobre esse caso.” E garante: “Sobre as gêmeas, não falei com ninguém, nem do Governo, nem da Presidência.”

A Comissão de Farmácia e Terapêutica do hospital tem de dar aval para o pedido chegar ao Infarmed e “as gêmeas cumpriram todos os critérios clínicos”, diz o antigo presidente. Ainda assim, recorda, “foi levantada a questão da residência fora do país, mas tinham Cartão de Cidadão e não havia razões para recusar, pois o SNS tem milhares de utentes não residentes, dos PALOP, e nunca lhes foi vedado acesso e o mesmo aos portugueses que vivem no estrangeiro”.

OP irá também investigar as condições em que foi dada a nacionalidade portuguesa às crianças. O pedido foi aprovado em 14 dias, um prazo considerado “muito curto” para especialistas ouvidos pelo Expresso. Mas o Ministério da Justiça garante que “entre agosto de 2019 e agosto de 2023, o prazo médio de duração dos processos para menores com registo de nascimento elaborado no Consulado de São Paulo, integrados como prioridade, em regra, não terá ultrapassado um mês, após a receção para integração”.

HUGO FRANCO
e VERA LÚCIA ARREIGOSO
hfranco@expresso.impresa.pt

Henry Kissinger Morreu o centenário que aconselhou Nixon e Ford. Nobel da Paz que muitos acusam de crimes de guerra, marcou a academia e a política nos anos quentes da Guerra Fria

Em 100 anos cabem muitas proezas... e podres

CRISTINA POMBO
e PEDRO CORDEIRO

Nascido na Alemanha em 1923, sob o nome Heinz Alfred e obrigado pelo nazismo a fugir para os Estados Unidos com a família, aos 15 anos, solicitou a cidadania americana e mudou de nome para Henry Alfred Kissinger. A Universidade de Harvard, onde estudou e foi professor, estabeleceu as bases do seu controverso percurso diplomático: foi conselheiro de segurança nacional (1969-73) e secretário de Estado (1973-75) dos Presidentes Richard Nixon e Gerald Ford. Com 100 anos, completados a 27 de maio passado, Henry Kissinger, figura incontornável da diplomacia mundial durante a Guerra Fria, morreu esta quarta-feira na sua casa no Connecticut.

Qualquer balanço desta vida de um século tem de passar pela escala de cinzentos. O tom hagiográfico que não raro envolve uma figura pública quando morre teve contraponto em títulos como este da revista "Rolling Stone": "Henry Kissinger, criminoso de guerra amado pela classe dominante americana, morre por fim". No jornal digital "The Conversation", o académico cambojano Sophal Ear (universidade do estado do Arizona) escreve que a campanha de bombardeamento de Kissinger no seu país (por onde passava parte do abastecimento do Vietname do Norte, comunista e adversário do Sul, apoiado por Washington) "matou centenas de milhares de cambojanos e abriu caminho para a devastação do Khmer Vermelho", o regime assassino de Pol Pot.

Talvez o maior sinal de percurso contraditório seja o Nobel da Paz que Kissinger ganhou, em 1973, por ter participado nas negociações do acordo que pôs fim à guerra no Vietname, a mesma em que se destacou ao lado de Nixon e que lhe valeu o epíteto de criminoso de guerra, por ações como bombardeamentos contra civis. Ainda hoje é um dos laureados mais controversos daquele galardão. A escolha de Kissinger — em conjunto com o homólogo vietnamita Le Duc Tho, que acabaria por recusar o prêmio — motivou a demissão de dois elementos do júri, em protesto.

Três pilares de um século

A investigadora Raquel Vaz Pinto enumera três pilares da vida do centenário: académica, política e empresarial. Na primeira, deixa "obras interessantes e até revolucionárias", enquanto contribuiu para o estudo da diplomacia. "É desse Kissinger que vou ter saudades", afirma a docente do Instituto Português de Relações Internacionais, destacando o livro "O Mundo Restaurado" (disponível em português do Brasil), a que diz regressar "inúmeras vezes".

Mais matizada é a prestação na Casa Branca. Vaz Pinto sublinha que a aproximação dos Estados Unidos à China de Mao Tsé-Tung "alterou o rumo da Guerra Fria". Negociador astuto, Kissinger foi o mentor do reforço da relação, que culminou no encontro entre Nixon e Mao Tsé-Tung, na capital chinesa, em 1972. O então



FOTO: J. COULDRIN/AGE/GETTY IMAGES

Presidente americano descreveu a visita como "a semana que mudou o mundo" e Kissinger foi alcunhado de "velho amigo do povo chinês".

A especialista recorda — numa alusão com tristes ecos no presente — o papel de Kissinger junto da primeira-ministra israelita Golda Meir durante a guerra de Yom Kippur, em 1973: "apoio e contenção", além de "preparação do tratado de paz com o Egipto". Para tal, terá sido relevante a relação pessoal entre ambos.

Do lado negativo, Vaz Pinto classifica como "moralmente questionável" a condução da guerra do Vietname, com bombardeamentos contra civis (mau grado o Nobel), e o apoio a ditadores em várias latitudes. Para esse rol entrarão o apoio ao golpe de Pinochet no Chile, há 50 anos, ou à invasão de Timor-Leste pela Indonésia de Suharto, em 1975.

Elogios de Kiev e Moscovo

Mesmo depois de deixar a política ativa, Kissinger prosseguiu no papel de negociador e conselheiro de Presidentes dos Estados Unidos e de outros dirigentes mundiais. Teve atividade empresarial em consultoria, que parece a Vaz Pinto "a parte menos interessante da sua vida". Xi Jinping, com quem esteve em julho na última viagem que fez à China, país onde terá estado mais de cem vezes, enviou de imediato condolências a Joe Biden pela morte de Kissinger. O ministro dos Negócios Estrangeiros chineses, Wang Wenbin, frisou os "contributos históricos" do falecido para as relações Pequim-Washington. O primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, optou por saudar "contribuições significativas para a paz e a estabilidade" na Ásia.

Não será de estranhar, pois, que as reações à sua morte cheguem de várias geografias. Vladimir Putin enviou um telegrama à viúva de Kissinger, Nancy Maginnes, em que não poupa elogios: "Morreu um diplomata muito notável, um estadista sábio

e visionário, que durante muitas décadas gozou de autoridade merecida em todo o mundo." O Presidente russo realçou que Kissinger, com quem se encontrou em mais de 20 ocasiões, era defensor de uma "política externa pragmática", que permitiu "a redução da escalada das tensões internacionais", além de "importantes acordos soviético-americanos que contribuíram para o fortalecimento da segurança global".

Apesar do desconforto que Kissinger causou, em 2022, ao sugerir que a Ucrânia desistisse da península da Crimeia e de parte do Donbas — o que o Presidente Volodymyr Zelensky prontamente rejeitou —, o ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, Dmytro Kuleba, escreveu na rede social X (antigo Twitter) que "o seu legado intelectual continuará a influenciar a compreensão da diplomacia e da ordem mundial".

Na mesma linha, o chanceler alemão, Olaf Scholz, reiterou a perda de

"um grande diplomata", que embora forçado a fugir da Alemanha, "permaneceu sempre ligado ao seu país natal". O Presidente israelita, Isaac Herzog, elogiou Kissinger pelo "estabelecimento das bases do acordo de paz de Israel com o Egipto" e recordou-o como o "adolescente judeu que fugiu dos nazis e se tornou um gigante que moldou a política mundial com suas próprias mãos e mente".

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, louvou "a estratégia e a excelência", que "moldaram a política mundial ao longo do século XX", enquanto o do Conselho Europeu, Charles Michel, elogiou "um estratega atento ao mais ínfimo pormenor". "Gigante da História" para o Presidente francês, Emmanuel Macron, Kissinger é recordado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, David Cameron, e ex-primeiro-ministro, como "grande estadista e um diplomata profundamente respeitado que fará muita falta na cena internacional". Para o seu antecessor Tony Blair, "se é possível que a diplomacia ao seu mais alto nível seja uma forma de arte, Henry era um artista".

Pouca fé em Soares

Marcelo Rebelo de Sousa enviou condolências a Joe Biden. O Presidente português evoca o "diplomata, académico, personalidade multifacetada, que marcou, como poucos, as relações internacionais nos últimos 50 anos".

Kissinger chefiava a diplomacia de Washington nos anos revolucionários de 1974-76. Temendo que os comunistas tomassem o poder em Portugal, não partilhava a confiança do embaixador Frank Carlucci na capacidade de Mário Soares para travar o avanço do partido de Álvaro Cunhal. Anteviu mesmo que um triunfo deste pudesse servir de vacina para a Europa. Nesse ponto, a argúcia que todos lhe reconhecem terá fraquejado.

cpombo@expresso.imprensa.pt

NO FIM ERA O VERBO

PRÉMIO ALGUÉM À ESCUTA?
"Ainda é possível tornar o limite de 1,5°C uma realidade. Exige apenas que arranquemos a raiz envenenada da crise climática: os combustíveis fósseis"

António Guterres
Secretário-geral das Nações Unidas a antecipar a Cimeira do Clima

PRÉMIO IMPERTURBÁVEL
"Está aberto um inquérito e eu estou satisfeito. Eu já estava tranquilo, continuo tranquilo"

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República sobre o caso das gémeas alegadamente favorecidas no Hospital de Santa Maria

PRÉMIO SEM PRESCRIÇÃO
"A ministra da Saúde não deu qualquer orientação sobre o tratamento. Isso não funciona assim no nosso país"

Marta Temido
Ex-ministra da Saúde, sobre o mesmo tema, ao "Público"

PRÉMIO SEM SOBRESSALTOS
"É um acordo muito importante. Temos boas razões para acreditar que o coração do SNS está hoje mais saudável"

Manuel Pizarro
Ministro da Saúde sobre o acordo assinado com o SIM

PRÉMIO CAIR DO PAÑO
"Virou a página da austeridade e o país saiu do défice excessivo para uma situação de sólida e tranquila estabilidade orçamental"

António Costa
Primeiro-ministro depois da aprovação do OE

PRÉMIO PARTIR A LOIÇA
"Caiu [o Governo] porque ruiu por dentro, fruto da incompetência, do nepotismo e da ausência da ética republicana"

Joaquim Miranda Santos
Líder parlamentar do PSD

PRÉMIO SOUND BITE
"Até sempre, primeiro-ministro António Costa. Hasta la vista. Adeus"

Rui Rocha
Presidente da Iniciativa Liberal

PRÉMIO APONTAR AO ALVO
"Deus nos livre de ter um radical à frente do Governo, de ter imaturidade à frente do Governo, uma nova 'geringonça' para levar Portugal ainda mais para a cauda da Europa"

Luís Montenegro
Presidente do PSD no Congresso do partido

PRÉMIO PARA A TROCA
"Fez um ataque a uma solução de governo que é uma memória boa para os portugueses, por oposição a outro Governo que constitui uma memória má para os portugueses"

Pedro Nuno Santos
Candidato à liderança do PS para Montenegro

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.imprensa.pt



LEIA O QUE PAULO PORTAS
ESCREVEU SOBRE OS 100 ANOS
DE KISSINGER



O CENTENÁRIO
DO VETERANO
DIPLOMATTA



ENTREVISTA A KISSINGER PELO
HISTORIADOR NIALL FERGUSON.
A PRETEXTO DO LIVRO "LIDERANÇA"

SAÚDE

Não houve inverno nem drama

Novembro não foi o pior mês nos serviços de saúde e até teve ganhos. **Alarmes e temperaturas ajudaram**

VERA LÚCIA ARREIGOSO

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) tremeu mas não caiu em novembro, como havia alertado o diretor-executivo, Fernando Araújo. Os hospitais e os centros de saúde mantiveram-se resilientes face à escusa de centenas de médicos ao trabalho suplementar excessivo; os constrangimentos em todo o país, incluindo na nevrálgica rede rápida coronária ou para AVC, não impediram, ainda assim, a assistência, e a procura global até foi menor do que no ano passado.

A região de Lisboa foi das mais visadas pelo protesto dos médicos, com vários serviços, sobretudo de urgência, a terem de limitar o acesso ou a reencaminhar doentes. O Hospital de Santa Maria foi a maior porta SOS sempre aberta, mas na maioria dos dias não registou sobressaltos. Durante o mês de novembro a urgência central somou 10.110 admissões, quase nada acima do mesmo período de 2022, com 10.072. A exceção foi a semana de 13 a 18. Foram registadas "médias diárias entre 400 e 470 e três dos dias ficaram acima do máximo diário do ano passado, que tinha sido de 449 episódios", adiantam os responsáveis.

O diretor da Urgência, João Gouveia, confirma os números dados pelos gestores: "Tivemos uma afluência relativamente mais baixa, mas, ainda assim, também com dificuldades, incluindo no internamento." O quadro clínico é extensível às demais unidades, nomeadamente nos hospitais centrais e com mais recursos (ver texto ao lado). A monitorização diária dos serviços públicos de urgência no Portal do SNS mostra que a diferença entre novembro deste ano e do anterior é residual: por exemplo, esta semana ronda apenas dois mil casos a mais no total do país.

SNS24 e INEM com menos chamadas

A mesma tendência foi notada nas assistências telefónica e pré-hospitalar. Tanto a linha SNS24 como o INEM receberam menos chamadas. Em novembro (até dia 27) foram atendidos 166.108 telefonemas pela linha SNS24, menos 29.266 do que em 2022. Também o 112, para casos urgentes ou emergentes, sofreu uma ligeira descida no número de pedidos. Segundo Luís Meira, presidente do INEM, "a média de chamadas tem rondado as quatro mil, um pouco menos do que em igual período do ano passado". No entanto, "cerca de 3500 dessas chamadas tiveram encaminhamento para o hospital, número que se manteve face ao ano passado".

E sinaliza ainda um detalhe que também contribuiu para

a diferença: "Houve um ligeiro aumento das recusas dos doentes em serem levados para os hospitais depois de serem estabilizados pela equipa do INEM." E na linha SNS24 também foram menos as indicações para ir ao hospital. Do total de chamadas recebidas, "cerca de 30% são reencaminhadas para os Serviços de Urgência". E até o próprio caminho mudou. "Nos casos em que há referência para o hospital, o doente é orientado de acordo com o plano de contingência semanal", explica Xavier Barreto, presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares.

Todos os intervenientes destacam as melhorias introduzidas no funcionamento inter-hospitalar. "A Direção Executiva do SNS (DE-SNS) tem procurado reforçar os mecanismos de coordenação da rede", elogia Xavier Barreto. Os resultados foram positivos. "Houve uma reunião com todos os diretores das urgências que ajudou a resolver muitos problemas. Depois dos sustos iniciais, todos falaram mais, criou-se empatia entre as equipas", explica João Gouveia. Aliás, "os circuitos começaram a funcionar melhor e resolveu-se tudo com um grupo no WhatsApp", acrescenta.

O presidente do INEM sentiu no terreno o efeito do estímulo à assistência em rede: "Ambulâncias que antes faziam encaminhamentos mais curtos foram obrigadas a maiores distâncias percorridas e a transportes mais demorados." Sem deixar de mencionar períodos em que o preocupou a situação em Lisboa ou na região Norte, diz que, "obviamente, fora dos grandes centros, onde há menos alternativas, as dificuldades foram maiores". Foi necessária uma maior articulação por parte da DE-SNS, que a partir da segunda semana de novembro começou a publicar diretivas com os serviços fechados e a redirecionar os encaminhamentos para os diferentes hospitais centrais.

Especialista em medicina intensiva, João Gouveia está convicto de que o SNS foi poupado.

"Resolveu-se tudo com o WhatsApp", conta o diretor da Urgência do Hospital de Santa Maria

Isto é, beneficiou da confluência de três fatores. "Concorreram o tempo, até agora não tinham praticamente aparecido as infeções respiratórias, o receio da população, devido aos alertas de risco de rotura feitos pela DE-SNS, e a maior comunicação entre os diferentes serviços de urgência."

Aviso de Fernando Araújo bem-sucedido

Criticado, por exemplo, pelo antigo bastonário da Ordem Miguel Guimarães por dizer que temia que o mês de novembro levasse o SNS ao colapso, o discurso do diretor-executivo do SNS terá possivelmente travado as idas desnecessárias à urgência. "Surtiu efeito. O medo fez com que as pessoas procurassem alternativas. Muitos doentes disseram que tinham ido primeiro ao privado e que, como também tinham de esperar, decidiram vir ao hospital e outros que tinham estado em casa a ver se passava", conta João Gouveia. E acrescenta: "Empiricamente, também tivemos mais doentes referenciados" por um médico, pelo atendimento telefónico ou pela emergência pré-hospitalar.

Os problemas não tiveram a dimensão prevista, mas isso não significa que não existam. Os médicos continuam a ser poucos para assegurarem as escalas e, dada a divisão entre sindicatos na negociação com o Governo (ver texto ao lado), a crispação não está sanada. "O encerramento de vias verdes, por exemplo, é muito preocupante. No futuro, será importante repensar a rede segundo os recursos humanos que temos, usando as horas extraordinárias de forma racional e sustentada ao longo de todo o ano de 2024. Não podemos correr o risco de voltar a esta situação de incerteza em meados do próximo ano", alerta o representante dos administradores hospitalares.

A situação poderia, de facto, ser crítica se a escusa dos clínicos se estendesse à emergência. Contrariamente à falta de médicos na urgência, não houve esse problema no serviço de emergência médica pré-hospitalar "porque alguns médicos que não se mostraram disponíveis para trabalhar nos serviços de urgência acabaram por mostrar disponibilidade para o INEM", diz Luís Meira. O médico realça que "as reivindicações [dos colegas] são legítimas, mas, em algumas circunstâncias, quem se viu mais prejudicado foram os doentes". E vinca ainda que a crise "veio pôr a descoberto a necessidade de criar a especialidade de medicina de urgência" — tentada, mas chumbada quando foi a votação pelos diferentes colégios da Ordem dos Médicos, no final do ano passado.

Com JOANA ASCENSÃO
varreigoso@expresso.imprensa.pt



Porto A norte do país, a crise das recusas às horas extras sente-se no bloco operatório. 38% dos doentes operados no São João vêm de fora. Em tudo o resto, impera a normalidade no mês que se previa caótico

Nem todas as histórias têm finais felizes: novembro teve uma



Equipa do INEM chega à Sala de Emergência do São João com um doente muito grave

FNAM não se opõe a acordo com Governo

Reforço salarial chegou ao fim de 19 meses com sindicatos divididos, deixando de fora a maioria dos contratos individuais

Foram precisos 19 meses, a queda do Governo e a véspera da aprovação do Orçamento do Estado para 2024 para os sindicatos médicos conseguirem não um, mas metade de um acordo com o Ministério da Saúde. A divisão começou entre os dirigentes, com apenas um a assinar, e terminou no valor a atribuir: cerca de 15% de valorização-base em janeiro e outros 15% a reclamar junto do Executivo que vier a seguir. E isto só para cerca de metade dos clínicos do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Até decisão do Governo em contrário, os 15% intercalados só vão ser pagos aos funcionários públicos e aos filiados ao Sindicato Independente dos Médicos (SIM), que assinou o acordo. Os restantes, cerca de 15 mil dos 30 mil clínicos na rede, não serão incluídos automaticamente porque têm contratos individuais, não são sindicalizados no SIM ou estão afetos à Federação Nacional dos Médicos (FNAM). Estão neste grupo sobretudo médicos hospitalares que, para já, recebem um aumento de 3%.

Para retribuir todos por igual, o ministro Manuel Pizarro terá de publicar uma portaria de extensão do acordo e a FNAM não se opor. Até ao momento, o ministro explica apenas que, “tendo sido concluído o processo negocial, o Ministério da Saúde está a ultimar os termos concretos da sua operacionalização”.

“Agora há três cenários”, explica Nuno Morgado, advogado especializado em Direito do Trabalho. “Os médicos filiados no

SIM recebem o que acordaram. O Governo publica a portaria de extensão e os que não estão sindicalizados também recebem. A FNAM terá de decidir se se opõe.” Em comunicado, esta organização sindical garante que o aumento “aplica-se” aos seus filiados e o gabinete de comunicação confirma que “não tem de assinar a portaria”, mas “não se opõe à universalidade de direitos”.

Sim e não

O SIM não quis ficar com uma mão-cheia de nada e a FNAM não abriu mão das exigências: manteve-se intransigente nos 30%. Contas feitas, perto de metade dos clínicos do SNS vão ganhar mais €400 a partir de janeiro. Mas podem surgir mais ganhos, estes acessíveis a todos.

Segundo o Ministério, “nos próximos dias” haverá “diligências que se traduzirão em mais aumentos”. Em concreto, “a dedicação plena e os novos incentivos das Unidades de Saúde Familiar e dos centros de responsabilidade integrados”. Na transição, 2 mil médicos de família, 2 mil enfermeiros e 2 mil assistentes “terão um aumento de cerca de 60%” e a dedicação plena dará 43%. Os médicos em formação serão contemplados com 6,1% a 15,7%.

Por outro lado, os dados mostram que o SNS não tem conseguido fixar nem atrair médicos em especialidades fundamentais. Das vagas abertas, 400 ficaram vazias, mais do dobro do ano passado. A região de Lisboa foi a mais preterida, com 178 lugares, sobretudo em medicina familiar e medicina interna, que assegura as urgências. E no SOS são esperadas poucas melhorias. V.L.A.

Há mais SNS, mas não chega

Governo cessante reforçou a rede e o resultado não é o esperado. Há mais utentes sem médico e profissionais frustrados

Entre a chegada e a saída do primeiro-ministro demissionário, o diagnóstico ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) revela-se muito favorável. No entanto, os sinais positivos mascararam um sintoma de frustração sem precedentes. Para um investimento que nunca foi tão elevado, e com tantos recursos humanos, a rede assistencial pública tinha de estar muito melhor e todos, dos profissionais à população, satisfeitos.

O orçamento da Saúde cresceu de €9 mil milhões para quase €15 mil milhões em 2023 e as transferências para o SNS não ficaram aquém: dos menos de €8 mil milhões para mais de €12 mil milhões. Com muito mais dinheiro, o Governo reforçou os recursos humanos, de 120 mil para 150 mil profissionais, em todas as áreas na linha da frente da prestação de cuidados. Por exemplo, de 25.308 médicos para 31.690, de 38.678 enfermeiros para 50.576 ou aumentando os técnicos de diagnóstico e terapêutica de 7.580 para 9.783 até agosto passado.

No reforço do SNS há, no entanto, uma exceção que contamina a rede. O número de utentes sem médico de família não

pára de aumentar. De 2015 até outubro passado, a população “desprotegida” aumentou 63% (de 1.045.000 para 1.677.858). O efeito adverso fez-se sentir: as cerca de 1,5 milhões de primeiras consultas em 2015 diminuíram para 1,3 milhões em 2022.

Na generalidade, o SNS tratou mais — com exames, consultas hospitalares ou cirurgias — mas não chegou para as necessidades. Também mais são os doentes à espera de operação: de 194.163 para 231.281 em 2022 ou 252.466 em agosto último. E a demora além do clinicamente aceitável agravou-se de 28,40% para 28,90%.

A insatisfação da população revelou-se, por exemplo, na procura dos privados. A cobertura com seguros cresceu de 26% para 34%. Já os profissionais vieram para a rua. Em 2015, o Governo enfrentou 20 convocatórias de greve e este ano já soma 59. Entre os protestos estão dois dos mais nocivos: a greve cirúrgica dos enfermeiros e a escusa dos médicos às horas extraordinárias.

Os profissionais têm trabalhado mais por menos. Em oito anos, o ganho médio mensal de 3389 dos médicos e de 1511 dos enfermeiros avançou para 3890 e 1911 em abril. Se a inflação for tida em conta, os clínicos do SNS são os mais prejudicados, ficando até abaixo do ganho médio nacional ou do SNS. V.L.A.

Texto JOANA ASCENSÃO
Foto RUI DUARTE SILVA

Dona Rosa está apática. Reage, mas não mexe o lado esquerdo do corpo. Tem a boca descaída. Custa-lhe abrir os olhos. Quando a enfermeira responsável pela triagem se aproxima da maca que a transporta, depois de ter sido avisada de que aquela urgência era uma via verde, pergunta-lhe primeiro se consegue abrir os olhos e de seguida como se chama. “Rosa”, responde-lhe a mulher, a custo. “Que dia é hoje?” “Quarta.” “De que mês?” “Novembro.” É tarde. E o cedo anoitecer dos dias de inverno faz parecer que é até mais tarde do que parece. Pelas seis horas, pouco mais, dona Rosa, de 78 anos, entrou no Hospital de São João diretamente para a sala de emergência, com suspeitas de ter sofrido um AVC. O neurologista de serviço, notificado diretamente pelo INEM, já lá se encontrava à espera dela.

A dois dias de terminar o mês, o Serviço de Urgência do maior hospital da Região Norte está, em quase tudo, normal. Pelas cinco da tarde, tinha admitido 317 doentes. Mais de 200 ainda se encontravam dentro do hospital. A continuar como nos outros dias, a partir daquela hora aumentava o fluxo das altas médicas e reduzia o das entradas, fazendo diminuir paulatinamente o número de doentes até à manhã seguinte. A maioria dos admitidos, 83, esperam com pulseiras verdes, azuis ou amarelas uma média de três horas até serem atendidos. Noutra sala de observação, a das pulseiras laranja, os 31 doentes são um pouco mais do que as vagas. Alguns prostrados, outros

queixosos. Mas também ali, entre exames e medicamentos, a equipa de uma dezena de pessoas está a ter um turno comum. A exceção reside, como ao longo do último mês, no bloco operatório. É lá que se faz sentir a crise das recusas às horas extra. O São João, hospital de fim de linha, tem recebido doentes a precisarem de ser operados pela especialidade de Cirurgia Geral, mas cuja urgência encerrou em muitos hospitais do Norte do país. “Se o normal é operarmos três ou quatro doentes em 24 horas nesta especialidade, agora estamos a receber gente destes hospitais e fazem-nos chegar aos oito ou nove doentes”, resume Nelson Pereira, o diretor da Unidade Autónoma de Gestão da Urgência e Medicina Intensiva, que está a trabalhar como diretor da Urgência naquele turno. “Isto não se reflete só na cirurgia geral, que tem estado a operar sem parar, como também implica termos mais doentes a convergir para as mesmas salas [operatórias]. Isso tem exigido uma ginástica e uma atenção redobrada para tomar as decisões certas.”

Ali, no início do mês, metade dos doentes operados por esta especialidade vinham encaminhados por outros hospitais. Mas, entretanto, a deliberação da Direção-Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS) normalizou o fluxo de trabalho. “Desde que foi publicada, e desviou os doentes do Hospital Tâmega e Sousa [Penafiel] para o Hospital de Santo António, em vez de 50%, temos-nos mantido nos 38% de doentes operados a virem de fora”, explica, entre cirurgias, a diretora da urgência de Cirurgia Geral, Elisabete Barbosa. Esta semana foi sobretudo o Hospital de Braga a encaminhar doentes para operar no Porto. Mas dezembro não se adivinha fácil. Por um lado, porque “aos fins de semana

é sempre pior”, diz Elisabete — e este mês inaugura com dois prolongados. E, por outro lado, muitos dos profissionais têm férias nesta altura. Virá depois janeiro e um novo início de ano civil para levar a zero todas as horas extra dos médicos e restabelecer completamente a normalidade.

A falta de sorte de Vítor

Na sala de emergência, voltam a questionar o nome de Rosa. “Rosa”, grita alto, enquanto lhe observam a paralisia da face do lado esquerdo, o braço do mesmo lado que não se mexe nem se aguenta no ar. Enquanto Rosa é levada à sala de TAC, onde o exame ajudará a determinar o alcance do AVC que sofreu, surge a notificação no telefone de Nelson Pereira de que está para chegar um doente acidentado, muito grave, para o qual é preciso preparar uma equipa. De repente, juntam-se elementos de várias especialidades. A médica intensivista responsável pela sala de emergência põe-se a postos para a chegada da ambulância. Um corredor vazio, monitorizado pelos segurancas, é autoestrada para a maca que se dirige rapidamente em direção à sala de observação. E uma senhora, atrás do aparelho, chora o marido. O briefing do INEM dá conta de que o homem caiu “completamente desamparado” de um tecto falso. Chega ao hospital já adormecido. “Vítor”, diz alguém. Vítor tem uma equipa de nove pessoas com ele, a observá-lo, a medicá-lo, e a determinar os exames que terá de fazer. Uma sala de cirurgia foi desde logo bloqueada para o caso de ser necessária intervenção cirúrgica. Depois dos exames, soube-se que tinha uma hemorragia extensa no cérebro. Não se prevê uma noite fácil para Vítor nem para o trânsito do bloco operatório.

jasensao@expresso.impresa.pt

POLÍTICA DIREITA

Coligações CDS não está decidido e tem riscos. Aposta é em independentes, para ocupar centro

PSD abre caça ao voto útil

Texto **JOÃO DIAGO CORREIA**
Foto **ANA BAIÃO**

Luís Montenegro chega ao átrio da Universidade Católica, em Lisboa, e engole a atenção dos jornalistas, que o rodeiam para que explique a proposta que tem para as eleições. A certa altura, atrás dele surge Pedro Passos Coelho, entrando despercebido no auditório onde dali a minutos seria apresentado o novo livro de Paulo Rangel, vice-presidente do PSD. Montenegro e Passos não se viram, não se cruzaram, mas, mesmo que não se possam fazer leituras políticas, é possível que aquela entrada tenha sido ensaiada.

Os convidados sucediam-se e iam fazendo saber o mesmo: que só ali estavam a pretexto da "amizade" para com Rangel e nada mais, apesar de não pararem de chegar figuras que faziam daquele encontro uma espécie de extensão do último congresso do PSD. Não estava Cavaco, mas estava Passos, não estava Moedas, mas estavam vereadores da Câmara de Lisboa, incluindo o número dois, Filipe Anacoreta Correia, do CDS. Manuela Ferreira Leite e Maria Luís Albuquerque repetiam presenças. A ida de centristas como Paulo Nuno, Nuno Magalhães ou Diogo Fêo lembrava que, mesmo que um cenário

de coligação pré-eleitoral com o CDS (amplamente pedido por sociais-democratas de longa data) esteja, para já, longe de fechada e seja até incerta, as pontes de contacto não ruíram. A direita mexe-se.

Na direção do PSD, há a crença de que o primeiro *round* está ganho, depois de um congresso que foi em crescendo e acabou "apoteótico" (palavra de Miguel Albuquerque, presidente da reunião magna), com os sociais-democratas a conquistarem a iniciativa política e Montenegro a ter a melhor performance desde que é líder. Em cerca de meia hora, deixou um programa político que tentou recolocar o PSD ao centro, com um perfil de *catch-all party* que pode ir do centro-esquerda ao centro-direita e que, sem os hostilizar, deixa aos eleitores da ultradireita alojados no Chega uma mensagem subliminar: o voto no partido de Ventura é um voto desperdiçado que, com grande probabilidade, pode ajudar a manter o PS no poder.

O CDS e a "base comum"

Mais do que união das direitas, a estratégia de alianças do PSD está virada para o mesmo fim que as propostas eleitorais: agarrar o centro. E é nesse ponto que é preciso 'pensar' o CDS.

Se há óbvias vantagens em recuperar um parceiro natural, e que continua a sê-lo em autarquias de grande dimensão, como Cascais e Lisboa, é também verdade que uma coligação



com os centristas pode afastar alguns eleitores, até por remeter para a última vez em que os dois partidos governaram juntos, durante a *troika*, memória da qual Montenegro tem feito tudo para se afastar. Ainda assim, a pressão para esse acordo vem de fora (ver entrevista) e de dentro, tanto

no núcleo duro como nas vozes que se ouviram no congresso.

O plano que está a ser desenhado centra esforços nos independentes, que até podem ser "descontentes" do socialismo, como se aventou no congresso do PSD. Fonte social-democrata confirma não só essa tática virada para fora da lógica partidária, como garante que haverá independentes nas listas do PSD.

O Conselho Estratégico Nacional (CEN) é peça-chave desse *puzzle*. Pedro Duarte, coordenador desse órgão consultivo do PSD, disse ao Expresso que o partido não tem um "governosombra", mas não põe de parte a hipótese de alguns dos coordenadores do CEN, que são 25 em outras tantas áreas (15 deles não militantes), poderem ser chamados a funções de responsabilidade, assim Montenegro o decida.

O CEN reúne este sábado e vai voltar a contar com a visita do líder do PSD e, desta vez, da presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Espaço não socialista

Apesar de o relógio ter acelerado de repente, os sociais-democratas, ainda na ressaca do encontro em Almada, tentam pôr gelo nos pulsos. É difícil manter a bola sempre alta no espaço mediático e adivinha-se um período mais virado para o PS, que tem as diretas e um congresso para entronizar o novo líder, com o Natal pelo meio. Mas é esse tempo que permite olhar para as sondagens em perspetiva.

O Chega está barrado e até março o discurso não tem volta atrás. O mesmo para a IL, que se põe de fora, facto que lhe tem valido várias críticas entre a social-democracia, recuperando-se o

CRISE POLÍTICA SERVE DE COLA NO PSD, MESMO QUE SE TENTEM EVITAR LEITURAS POLÍTICAS DE REUNIÕES DE "AMIGOS"

PSD agarra tema da imigração

Sociais-democratas tentam não deixar espaços livres para o Chega. Imigração e demografia em destaque

Nem "porta escancarada" nem "fechada à chave", definiu Montenegro no congresso do PSD, sobre a política de imigração que quer implementar caso vença as eleições. Se a lista de promessas eleitorais está, por agora, virada para o centro do eleitorado, e tenta albergar no mesmo espaço político pensionistas, funcionários públicos (professores à cabeça), trabalhadores com o salário mínimo e demais "traumatizados" da *troika*, nas entrelinhas, Montenegro mostrou que não quer deixar a direita entregue aos dois atores mais recentes. E

isso significa alargar os temas, do IRC (caro à IL) à imigração (caríssima ao Chega).

A ideia em relação à imigração divide-se em dois eixos: por um lado, a captação de estudantes, tanto no Ensino Secundário como no Superior, recorrendo à criação de vistos, como se faz em países como a Austrália ou os EUA. É uma forma útil de, além de "atrair talento", "criar vínculo" ao país, explica um dirigente social-democrata.

O segundo eixo é virado para a mão de obra intensiva que, em especial em localidades alentejanas como Odemira ou Ourique, é assegurada por migrantes do chamado Indostão. Na maioria, homens migrantes a viver sozinhos em Portugal. A ideia, aflorada por Montenegro em Almada, é trocar

"migrantes individuais" por "agregados". "O Chega quer fechar fronteiras (ver texto ao lado), nós queremos uma política humanizada", diz fonte do PSD ao Expresso, cravando uma vez mais a linha vermelha. A forma de o fazer pode passar por incentivos fiscais a quem venha em família para Portugal.

Montenegro tem insistido na questão da demografia e repetido que Portugal precisa de imigrantes, mas é acusado, até por sociais-democratas, de fugir ao tema da imigração, que fica entregue ao Chega. A dicotomia "portas fechadas" vs. "portas escancaradas" é para manter. Quanto a impostos, as diferenças para a IL, embora menos profundas, também estão marcadas. Mesmo dando prio-

PSD quer trocar "migrantes individuais" por "agregados familiares", garantindo "política de imigração humanizada"

ridade ao IRS, o líder do PSD abriu a porta a medidas no IRC já em 2024. "É possível e desejável" baixar ambos, afirmou Montenegro.

Já a proposta para as pensões — com aumento do complemento solidário para idosos (CSI) — foi a mais comentada das promessas lançadas em Almada e criticada da esquerda à direita, obrigando a clarificações: o líder do PSD não estava a prometer um mínimo de €820 para todos as pensões, mas para os beneficiários de CSI.

No congresso, quando fazia um ato de contrição — "eu sei que as pessoas esperam mais de mim do que eu fui capaz de mostrar até agora" —, Montenegro dizia também que alguns exigem que ele seja "aquele líder parlamentar que têm na memória", outros "pedem mais contenção". Com o eleitorado à direita pulverizado e sondagens a mostrar IR e Chega com muito mais força do que em 2022, a tarefa de Montenegro, na forma e no conteúdo, não se adivinha fácil. J.D.C.

Chega acredita em bluff de Montenegro

Sem fé nas linhas vermelhas do PSD, Ventura testa nomes para a bancada no pós-eleições nas jornadas parlamentares

A agenda do Chega estará concorrida na próxima semana: este sábado reúne-se o Conselho Nacional, em Lisboa, e na terça-feira o partido vai ao Porto realizar as jornadas parlamentares, que têm como mote "Os desafios da próxima legislatura". O evento termina na quarta-feira, com um jantar de Natal. Nesta fase, as estruturas depositam uma grande confiança nas sondagens: a última põe o Chega com 16%, Ventura já disse publicamente que espera entre 35 a 50 deputados (será sempre uma "vitória") e, por isso, a Direção Nacional

espera confortavelmente por todos os cenários pós-eleitorais que estarão em cima da mesa.

Um deles é a vitória do bloco à direita, mas tanto o PSD como a IL já descartaram qualquer tipo de acordo governativo que inclua o Chega. "Não acredito no 'não é não' de Montenegro. Com a ambição que ele tem há anos, acha mesmo que ia abdicar de ser primeiro-ministro?", pergunta um parlamentar do Chega, lembrando o exemplo recente de Miguel Albuquerque na Madeira. "Não é para levar a sério", insiste. O líder do PSD também já disse que não forma governo se não ficar em primeiro, dado que foi contra essa solução à esquerda em 2015, mas este deputado do Chega também não acredita que mantenha a promessa. "Até porque Pedro Nuno Santos [can-



exemplo de Lisboa, em que os liberais também recusaram sentar-se à mesa com Moedas e acabaram fora do executivo da Câmara. Alguns dirigentes do PSD acreditam que pode acontecer algo parecido nas próximas eleições, com um eventual encolhimento da bancada da IL. Mais do que isso, acre-

PRÓS E CONTRAS DE ACORDO COM CDS A SEREM PESADOS, CHAMAR INDEPENDENTES ENCAIXA NA ESTRATÉGIA DE FALAR AO CENTRO

ditam que a estratégia de concentrar o voto útil contra o socialismo no PSD vai mexer com as sondagens e, sobretudo, com os indecisos.

A propósito de sondagens, há quem recupere as de 2011, que foram mantendo o PS acima dos 30% e o PS capaz de descolar só nas semanas finais antes das eleições (em junho). O caso em que António Costa está envolvido pode ser cavalgado. Miranda Sarmento, líder da bancada parlamentar, apareceu na despedida de Costa no Parlamento a fazê-lo pela primeira vez de forma vitimizada. “Escusam de inventar desculpas mal amanhadas sobre parágrafos. António Costa demitiu-se por uma razão: porque o seu Governo caiu por dentro, envolvido em casos mal explicados.” Os socialistas ripostaram com colagens ao Chega. O PSD vê vantagens em subir cirurgicamente o tom.

jdcorreia@expresso.imprensa.pt

didato à liderança do PS] nunca iria viabilizar um orçamento ou um programa de governo do PSD”, finaliza.

O congresso do partido vai realizar-se entre 5 e 7 de janeiro, em Lisboa. Será lá que Ventura vai revelar alguns dos nomes que quer incluir nas listas, mas o processo só deverá ficar concluído após acertos com as estruturas nacionais. Além do próprio Ventura, as únicas certezas na bancada parlamentar na próxima legislatura são Pedro Pinto, Rui Paulo Sousa e Rita Matias. O Expresso sabe que André Ventura já convocou deputados e líderes distritais para reuniões “informativas” na segunda-feira.

Um dia depois ocorrem as Jornadas Parlamentares com painéis dedicados à justiça, economia, à crise na saúde e na gestão

“Não é para levar a sério”, insiste um deputado do Chega sobre a recusa de Montenegro em governar com o partido de Ventura

do SNS. Entre os moderadores estão nomes fortes da estrutura interna do Chega que podem vir a ser protagonistas na nova bancada: Rodrigo Taxa, assessor político na AR e um dos discípulos mais fiéis de Ventura; Marta Silva, vice-presidente do partido e assessora parlamentar; ou Paulo Seco, líder da distrital de Coimbra, associado a conflitos internos nos últimos meses, e promovido em março a assessor parlamentar. Entre os participantes estão vários médicos e dirigentes sindicais, incluindo do Sindicato Independente dos Técnicos Auxiliares de Saúde, dos Profissionais Administrativos da Saúde e dos Médicos-Dentistas. Além destes temas, fonte oficial do partido indica ao Expresso duas outras áreas que serão vinculadas até 10 de março: “um pacto com os agricultores para devolver ao mundo rural a dignidade que merece”, e uma “imigração controlada nas fronteiras” com recurso a “quotas por sectores da economia”.

TIAGO SOARES
tsouares@expresso.imprensa.pt

Cavaco Silva foi a grande surpresa do congresso do PSD, em Almada, Carlos Moedas fez um dos discursos mais aplaudidos. Livro de Paulo Rangel serviu para manter embalo

Nuno Melo Presidente do CDS

“O centro-direita tem de acabar por se entender”

Pegou no partido sem deputados na Assembleia da República e acredita que o CDS se vai voltar a sentar em São Bento. Em entrevista ao Expresso, Nuno Melo mostra vontade de fazer uma aliança com o PSD, mas está convencido de que consegue eleger em listas próprias. Recusa falar do Chega e atrai a pouca fiabilidade da IL por terem votado contra o orçamento dos Açores.



FOTO JOÃO CARLOS SANTOS

■ Esta semana juntou muitas pessoas na sede do CDS. Ex-líderes, ex-ministros, ex-deputados, gente que saiu do partido. Essas pessoas estão disponíveis só para ajudar o CDS a definir a estratégia ou podem estar disponíveis para serem candidatos a deputados ou a integrar um Governo?

■ O sinal que quisemos dar esta semana ao país é de que as pessoas podem pensar de forma diferente, mas, neste momento, devolver este partido à Assembleia da República é uma missão de uma vida que pode ser de todos os que querem. Grande parte destas pessoas estará disponível para o que lhes seja pedido, sendo que o contributo não tem de passar apenas pela presença em listas de deputados.

■ Tem havido conversas entre o PSD e o CDS?

■ Tivemos tanto tempo de partilha, lado a lado, na Assembleia da República com tantas pessoas que estiveram juntas em Governo que estranhará que não conversassem. Se me perguntar se houve conversas formais a propósito do que fosse, posso adiantar que não.

■ No congresso do PSD houve lamentos por não existir uma coligação pré-eleitoral de direita. Acha que ainda é possível?

■ É uma questão de aritmética básica e de lucidez estratégica. Os votos e o método de Hondt demonstram, na aritmética básica, as vantagens de coligação. No mais, é não ter presente o que é hoje o relacionamento pragmático, expresso em mandatos, ganhos em coligação com o CDS. São mais de 500 autarcas do CDS que todos os dias trabalham

em conjunto com autarcas do PSD. Se a isto juntarmos o facto de os dois partidos em 2015 terem vencido eleições, depois de um Governo patriótico liderado por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, parece-me evidente que, quando se quer alavancar uma vitória em cima deste desastre que é a governação socialista, essa coligação também seria lúcida do ponto de vista estratégico. Dito isto, o CDS está a fazer um caminho que nos garante que em listas próprias daremos boas contas nas urnas em resultados.

■ O que é que o CDS tem que a direita que está no Parlamento não tem?

■ É um partido democrata-cristão aberto a conservadores e a liberais que não os da IL (que, no essencial da política social, partilham a visão e votam com o BE), significa que o CDS privilegia um mercado forte, que quer que cresça, mas a pensar nas pessoas, com consciência social, porque não nascemos todos com as mesmas oportunidades. Queremos salvar o Estado social, não queremos acabar com ele, nem deixá-lo entregue às dinâmicas do mercado; queremos salvar o SNS; queremos salvar a escola pública. O CDS é o único partido à direita que, em experiências de Governo — foram seis Governos de coligação — ajudou a melhorar muito a vida de milhões de portugueses: na agricultura, na segurança social, na justiça, na defesa, na economia...

■ O CDS sentir-se-ia confortável numa base comum com a IL?

■ AIL não é um partido de direita, por isso refiro projetos políticos de centro-direita e fazia-me sentido um projeto político que incluísse o PSD, a IL e o CDS.

■ Excluindo o Chega?

■ O PSD, a IL e o CDS. Muitas vezes a política impõe-se e, tal qual aconteceu noutros países, este espaço político de centro-direita tem de ter a capacidade de entender que a fragmentação só beneficia a esquerda, tem de acabar por se entender, seja qual for essa fórmula.

■ Há lições a tirar do que está a acontecer nos Açores?

■ Há uma lição a tirar, principalmente pelos eleitores. O que se está a passar nos Açores é um ensaio expressivo sobre o que se pode passar em todo o Portugal no dia 10 de março. Neste momento, nos Açores lidera um governo de centro-direita que só é possível com o apoio parlamentar dos eleitores da IL e do Chega. O CDS é uma direita que soma no centro-direita, a IL e o Chega assim não o fizeram. Também é uma lição de coerência porque, por essa Europa forte, os partidos liberais tanto estão com Governos socialistas como com os de centro-direita.

■ O que está a dizer é que são parceiros pouco fiáveis?

■ Nesta direita que faz falta, o CDS soma, é previsível, tem experiência e é confiável.

■ E os outros não são?

**■ Não! Manifestamente. ENUNICE LOURENÇO
elourenco@expresso.imprensa.pt**

IL quer reforma do sistema de pensões

Condições para entendimento com PSD estão definidas. Apostas são reformas fiscal, da saúde e do Estado

Atentos ao congresso do PSD, os liberais não demoraram a reagir à proposta de Luís Montenegro para aumento das pensões e às críticas por não haver uma coligação pré-eleitoral de direita, pela nega da Iniciativa Liberal (IL). Sobre a primeira, acusaram o partido de apresentar uma medida de “leilão eleitoral” à caça de votos, sem ter atenção às contas. E também, por isso, dizem ter razão em concorrer sozinhos às eleições de 10 de março, para defender propostas como a reforma do sistema de pensões.

“É preciso pôr Portugal a crescer muito rapidamente para que as contribuições aumentem”, afirmou Bernardo Blanco, deputado e vice-presidente da IL, dois dias depois do congresso dos socialistas democratas, saindo em defesa da reforma da Segurança Social (SS) e do sistema de pensões.

No encerramento do debate do OE 2024, Rui Rocha picou também o PSD, afirmando que o partido já não se preocupa tanto com as “contas certas”. Já a proposta do Chega custaria “três TAP por ano”, atirou. “Propomos um modelo completamente diferente”, ouve o Expresso de um membro do núcleo duro da direção.

Ainda a preparar o programa para as legislativas, a IL tem, contudo, uma visão clara sobre esta

área: é preciso um novo modelo, e a solução deverá passar pela introdução de tetos máximos às pensões, assim como a criação de um pilar no sistema nacional de pensões de reforma assente num mecanismo de capitalização de poupanças. “A introdução de limites máximos às pensões pagas via mecanismo de transferência de rendimentos permitiria reduzir o esforço contributivo dos trabalhadores ativos necessário para manter estas pensões e permitiria subir o montante mínimo de pensões de reforma”, podia ler-se no programa eleitoral às eleições legislativas de 2022.

Fora esta matéria, os liberais são também claros quanto às condições para um possível entendimento com o PSD após as eleições. Entre o caderno de encargos estão três reformas: na

Com críticas às propostas do PSD e do Chega, liberais defendem um novo modelo para a Segurança Social e o sistema de pensões

área fiscal, na Saúde e no Estado. Em primeiro lugar insistem na descida do IRS para subir os salários dos trabalhadores (ainda que continuem a defender o escalão único de IRS). A nível do SNS querem um sistema que inclua parcerias com o sector privado, social e cooperativo, com vista a garantir o “acesso universal” aos cuidados de saúde e acabar com as listas de espera. E, por último, propõem uma reforma do Estado, que deverá incluir a privatização total da TAP, uma das bandeiras do partido.

Embalados pela última sondagem da Católica, que deu 9% das intenções de voto à IL, os liberais — incluindo alguns críticos da direção — dizem acreditar que Rocha “começa a fazer o seu caminho” e manifestam confiança numa campanha “forte”. Ainda assim, há quem alerte que a sondagem foi feita antes da reunião magna do PSD e da definição da liderança do PS: “Está um pouco datada. É preciso continuarmos na luta.”

LILIANA COELHO
lcoelho@expresso.imprensa.pt

Fazer o que Costa não fez ou romper

Carneiro nas reformas por fazer: justiça e sistema eleitoral. Pedro Nuno aposta nas empresas e salários



FOTO TIAGO MIRANDA



FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

As moções dos candidatos foram entregues esta quinta-feira

RITA DINIS

A 15 dias de os socialistas irem às urnas escolher o novo secretário-geral, Pedro Nuno Santos e José Luís Carneiro apresentaram as suas moções de orientação estratégica e vão deixando claro o que os divide. E não se limita a uma eventual política de alianças no *day after*. “O PS sempre contribuiu para a governabilidade do país”, escreve Carneiro, defendendo o PS como partido “charneira” e promotor de “consensos alargados” [com o PSD] para reformar o país, enquanto Pedro Nuno Santos, sendo omissivo no texto da moção sobre política de alianças ou posicionamento político do PS, se limita a admitir falar com o PSD em questões pontualíssimas de regime e rejeita liminarmente qualquer viabilização de Governos minoritários se Luís Montenegro ganhar as eleições.

Nas prioridades e “designio estratégico” os dois projetos políticos também têm diferenças assinaláveis. Fazendo lembrar as duas grandes reformas que o PSD de Rui Rio sempre quis implementar, mas em que o PS de

António Costa nunca se mostrou disponível, José Luís Carneiro aposta num “compromisso para a Justiça” que passe pelo fim dos chamados “megaprocessos” e pela especialização dos tribunais e propõe que se avance com uma reforma do sistema eleitoral para preservar a democracia e aproximar os eleitores dos eleitos — algo em que o PS até aqui sempre recusou mexer, nomeadamente durante o processo de revisão constitucional aberto no Parlamento.

Além de propor a regulamentação do *lobby* e o “reforço dos padrões de exigência ética” do PS, numa alusão velada aos sucessivos casos que foram chegando a maioria absoluta por dentro, José Luís Carneiro centra as suas atenções nos “pactos” alargados, não só na justiça, como também na habitação e na saúde. E apesar de propor um programa para apoiar as “pequenas e médias empresas” e de propor continuar a ir mais além na política de valorização dos salários, nomeadamente do salário mínimo — prometendo aproximá-lo dos valores praticados em Espanha no horizonte de uma legislatura —, Carneiro,

NÚMEROS

55,5

mil euros é o montante de apoio do PS que a campanha de Pedro Nuno Santos espera. O orçamento também prevê €6 mil de donativos. A maior fatia de despesa, com €39 mil, é para “comícios e espetáculos”

45

mil euros é a estimativa de subvenção dada pelo PS que a candidatura de Carneiro avança

que tem Fernando Medina na primeira linha de apoio, defesa do legado orçamental do atual Governo das “contas certas” e recusa utilizar o excedente orçamental para atender às “reivindicações” das várias carreiras da Função Pública. Aos médicos e professores prefere repetir o que Costa tem dito até aqui: o problema está nos entraves à formação de novos profissionais na base, e é aí que é preciso apostar.

Romper com Costa: dar tudo a todos

Já Pedro Nuno Santos, na moção entregue esta semana no Largo do Rato, faz um esforço em dois sentidos: primeiro, apostado em captar o voto do eleitor moderado do centro, concentra grande parte das suas prioridades na valorização das empresas e da produção nacional (em detrimento das importações). A palavra “esquerda”, curiosamente, aparece referida apenas uma vez no texto (e quatro vezes no de Carneiro), para dizer que o “legado” de António Costa da “geringonça” “deve ser protegi-

do”, enquanto a palavra “empresas” é mencionada 30 vezes. Depois, em consonância com a trajetória de descolagem da governação de António Costa que tinha vindo a ensaiar, o ex-ministro dedica grande parte das 46 páginas a explicar como o excedente orçamental e a redução da dívida pública não podem ser um fim em si mesmo: “Uma política de excedentes orçamentais acelera a redução da dívida pública mas pode reduzir excessivamente o espaço orçamental que o Governo precisa para fazer o investimento público em infraestruturas e em serviços públicos e para apoiar as famílias e as empresas”, alerta.

E é nesse sentido que Pedro Nuno Santos consolida o eixo em que mais rompe com a governação Costa/Medina: a devolução do tempo de serviço congelado aos professores, e não só. António Costa sempre recusou atender a esta exigência dos docentes, alegando que tal obrigaria a uma equivalência do resto da Administração Pública, mas é isso mesmo que agora o ex-ministro propõe.

Antes mesmo de falar dos docentes, o texto programático

‘GERINGONÇA’ NAS MOÇÕES

“[A ‘geringonça’] não limitou a atuação do PS; pelo contrário, aumentou o seu espaço estratégico de intervenção (...). Este é um legado do ciclo de liderança de António Costa que deve ser protegido”

Moção de Pedro Nuno Santos

“O PS tem de manter a sua autonomia, com vista para assegurar o seu papel histórico, promovendo entendimentos tanto à sua esquerda como à sua direita, buscando consensos alargados em áreas estratégicas”

Moção de José Luís Carneiro

de Pedro Nuno Santos propõe “atrair para a Administração Pública pessoas qualificadas”, o que “passa pela valorização das carreiras”, incluindo “a recuperação faseada do tempo de serviço congelado”. Ou seja, compromete-se não só com a contagem total do serviço de carreira dos professores, como também das restantes carreiras da Administração Pública que tenham a mesma exigência.

Apesar de ainda não ter verbalizado o que fará se o PS não for o partido mais votado (mas ninguém duvida de que faça uma “geringonça” se a esquerda for maioritária, o que não é provável), a ideia do candidato à liderança socialista é apostar tudo no voto útil e, acreditando que tem a simpatia da esquerda, pisar o olho ao centro. Nesse caso deixa um aviso aos antigos partidos da ‘geringonça’ numa matéria que foi central no chumbo no Orçamento de 2022: as leis laborais, nas quais o “neto de sapateiro e filho de empresário” não quer mexer. “É preciso evitar a tentação de fazer alterações sucessivas à legislação”, avisa.

rdinis@expresso.imprensa.pt

Carneiro aposta em call center, Pedro Nuno em comícios

Os dois têm estratégias e custos diferentes de campanha. Partido dá subvenção em função dos votos: Pedro Nuno estima ganhar

José Luís Carneiro aposta no contacto direto para angariar o voto “livre” nas diretas do PS que se vão realizar a 15 e 16 deste mês. O candidato e a sua estrutura de campanha recusam o termo *call center*, mas assumem que têm equipas de “voluntários” que estão a montar em cidades estratégicas para ligar a militantes. Ambas as candidaturas — assim como a de Daniel Adrião — têm acesso às listas de votantes com quotas em dia fornecidas pelo partido, assim como a uma sala na sede, no Largo do Rato, em Lisboa, carro e combustível. E acesso a verbas para a campanha também dadas pelo partido: uma parte é dada à partida — €10 mil, igual para todos — e o restante será entregue conforme as des-

pesas apresentadas e os votos arrecadados. Pedro Nuno estima vir a receber €55 mil do PS. Carneiro estima €45 mil.

Nas eleições internas, o PS, tal como já tinha feito o PSD, decidiu instituir um sistema semelhante ao financiamento das campanhas eleitorais: cada candidato apresenta um orçamento e, depois, recebe uma subvenção em função dos resultados obtidos. Nesta campanha interna, o PS disponibiliza €100 mil para as três campanhas e só a soma das quantias previstas pelas candidaturas de José Luís Carneiro e Pedro Nuno Santos ultrapassa ligeiramente essa verba. Mas o apoio do partido vai depender das faturas entregues e dos votos contados no fim do dia 16.

Segundo os dados fornecidos ao Expresso pela candidatura de José Luís Carneiro, este candidato tem uma estimativa de custos de €45 mil, não tendo, para já, previsão fechada de donativos. A maior fatia de custos vai para as sessões de esclarecimento com militantes, nomeadamente com a requisição de material de som. Carneiro não vai ter cartazes e diz contar com muito trabalho voluntário, afirmando não ter recorrido a qualquer agência de

O PS disponibiliza a cada candidato uma sala na sede, carro e combustível

comunicação. A comunicação da sua campanha está a cargo de Ricardo Pires, que já coordenou outras campanhas internas no PS (como as de Seguro e Sócrates) e presta serviços a várias estruturas e autarquias, tendo também trabalhado junto de Luís Bernardo, ex-assessor de Sócrates e Guterres.

E também de voluntários a estrutura de *call center* que está a funcionar em Lisboa e a ser montada em Braga, estando ainda em aberto a possibilidade de avançar no Porto e Viseu. A ideia é assumidamente inspirada numa iniciativa que Rui Rio teve na campanha para as diretas com Paulo Rangel. Rio tinha uma estrutura montada no Porto que implicava turnos de manhã à noite de pessoas a telefo-

nar para militantes. “Não temos nenhum *call center* profissional”, garante fonte da campanha, pois é todo trabalho voluntário.

No orçamento de campanha de Pedro Nuno Santos, enviado ao Expresso, há uma estimativa de angariação de fundos de €6 mil e de €55,5 mil de subvenção do partido. O candidato prevê gastar um total de €61.500, com as principais parcelas a serem €39 mil em “comícios e espetáculos”, €10.600 em recurso a agência de comunicação, conceção de campanha e estudos de mercado [sondagens], €6500 em comunicação impressa e digital e €3200 em custos administrativos e operacionais.

EUNICE LOURENÇO e R.D. elourenco@expresso.imprensa.pt



DAVID DOUBILET, FOTÓGRAFO MARINHO



SISTEMA DE EXTENSÃO
ROLEX GLIDELock



CALIBRE 3235



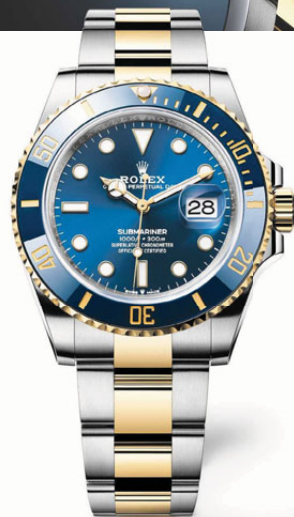
CAIXA OYSTER
À PROVA DE ÁGUA

VER MAIS ALÉM

Por natureza, explorar o desconhecido é sempre imprevisível.

Acima ou abaixo da superfície, para desvendar os seus mistérios são necessárias duas coisas: um espírito intrépido que nos leva a testar os nossos próprios limites e um aliado forte, sólido e indefetível que nos reforça a confiança. Nos últimos 70 anos, o aperfeiçoamento do Submariner tem sido uma constante. Mais do que um relógio, convertemo-lo numa ferramenta do tempo que é hoje uma referência entre os pioneiros e exploradores das profundezas do oceano. Para o testar não é, de todo, necessário mergulhar a 300 metros de profundidade ou submetê-lo a uma pressão de 30 bar. Se a atração pelo desconhecido promete sempre aventuras extasiantes, dar o primeiro passo não requer mais do que ver além do que está à superfície. **O Submariner.**

#Perpetual



OYSTER PERPETUAL SUBMARINER DATE

DISTRIBUIDOR OFICIAL ROLEX

**OURIVESARIA
PORTUGAL**

LISBOA - AMOREIRAS SHOPPING CENTER, LOJA 2110 - TEL. 213831986
WWW.OURIVESARIA-PORTUGAL.PT



GOVERNO

Costa e Medina viram o Orçamento aprovado na quarta-feira
FOTO ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA



Costa pronto a avançar com TGV em janeiro

Concurso deve ser lançado com Governo em gestão. Primeiro-ministro já sinalizou necessidade de falar com Montenegro e novo líder do PS

RITA DINIS

O Governo de António Costa está em final de ciclo, mas está apostado em não deixar cair projetos estratégicos plurianuais, sobretudo os que envolvam acesso a fundos comunitários. É o caso do lançamento do concurso para o primeiro troço da nova linha de alta velocidade Lisboa-Porto, que tem de obedecer a prazos específicos (deve ser lançado em janeiro de 2024) para poder candidatar-se a fundos europeus. Ao que o Expresso apurou, o primeiro-ministro já sinalizou ao líder do PSD que o projeto do TGV é um assunto a tratar em breve, estando apenas à espera que a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP) conclua o trabalho técnico sobre a viabilidade jurídica e financeira do projeto. O novo líder do PS que sair das eleições de 15 de dezembro também será chamado à mesa de conversas.

Se houver luz verde de Luís Montenegro e do novo líder socialista, então o concurso avança em janeiro como estava previsto, com a vantagem de, cumprindo o prazo, o projeto ganhar “maturidade” e, com isso, fortalecer a candidatura aos fundos europeus (ao abrigo do Connecting Europe Facility). Se houver resistências da parte do líder da oposição, então o trabalho técnico fica “para o novo Governo dar seguimento”, nota uma fonte governativa ao Expresso, desvalorizando, por um lado, os riscos políticos de o Governo de gestão aparecer no *photo finish* a aprovar projetos de dimensão estrutural e com enorme impacto financeiro (à semelhança do que fez o Governo de 11 dias de Passos Coelho com a privatização da TAP), mas por outro pressionando a um entendimento para que Portugal não perca o acesso ao dinheiro europeu.

No ano passado, o principal motivo para o projeto não ter sido considerado elegível foi a falta de maturidade”, nota a

mesma fonte, afirmando que o lançamento do concurso em janeiro ultrapassaria esse obstáculo, e sublinhando que este tipo de processos, ao contrário do que foi a privatização da TAP em 2015, não implica “novos compromissos”. Limita-se a dar continuidade à execução de projetos que já têm financiamento garantido, e a dar continuidade ao calendário do PRR que tem exigentes marcos e metas. A autorização de investimento para a linha Violeta do metro de Lisboa que o Governo aprovou em Conselho de Ministros nas últimas semanas é exemplo disso mesmo, uma vez que faz parte do calendário apertado do PRR.

Valorização da Função Pública antecipada

Coisa diferente é a decisão sobre a privatização da TAP ou a nova localização do aeroporto, que ficam para o novo Governo. Na véspera de apresentar a demissão como ministro das Infraestruturas, João Galamba ainda foi à audição no Parlamento defender perante os deputados que não lançar o concurso para a construção do troço do TGV Lisboa-Oiã (em Aveiro) significaria perder €750 milhões em fundos — que Portugal “não iria recuperar”. Com a saída do ministro, quem ficou com a pasta foi o primeiro-ministro, que passou a atuar diretamente o secretário de Estado-adjunto e das Infraestruturas, Frederico Francisco.

De resto, o Governo está em manter a “normalidade” nas últimas semanas e tem aprovado várias diligências. Esta quarta-feira, o comunicado do Conselho de Ministros tinha uns extensos 26 pontos, e nas últimas semanas, só no âmbito da Administração Pública, foram assinados vários acordos com impactos orçamentais plurianuais, incluindo uma cedência do Governo aos sindicatos no sentido de antecipar para 2024 a entrada em vigor da nova carreira de técnico superior.

Foi também o caso do acordo a que Manuel Pizarro chegou com o Sindicato Independente dos Médicos, ao fim de 19 meses de negociações, e que prevê um aumento de 14,6% já em janeiro para os assistentes hospitalares, num modelo que se estende às carreiras médicas. Ou o caso da assinatura, esta segunda-feira, do acordo sobre a revisão do sistema de avaliação na função pública (SIADAP) entre o Governo, a FESAP e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado com vista a uma maior progressão nas carreiras; ou ainda a aprovação de um diploma que prevê aumentos salariais de até €280 para os polícias municipais a partir de janeiro, também no âmbito do acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da Administração Pública assinado esta semana.

Governo de gestão em peso no Porto

Com o Orçamento do Estado aprovado em versão final no Parlamento, o Governo espera que a qualquer momento Marcelo Rebelo de Sousa assinasse o decreto de exoneração, que fará com que o Governo fique oficialmente em “gestão” (ver caixa). O entendimento em São Bento sobre o que pode fazer um Governo de gestão é lato — “pode fazer tudo o que sejam considerados atos inadiáveis”, ouve o Expresso —, onde se podem incluir os investimentos já previstos ou que estão dependentes da atribuição de fundos comunitários.

A ideia é manter a normalidade governativa, como António Costa tem feito nas últimas semanas em que esteve em plenas funções (ainda que de missão), desdobrando-se em inaugurações de projetos relacionados com o PRR. Para a semana, o Governo estará em peso numa última edição do Governo Mais Próximo, no Porto. Nessa altura, tudo indica que já estará em “gestão”. Até ser substituído, Costa seguirá a governação “normal”.

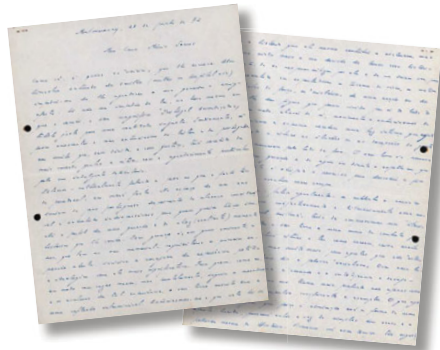
rdinis@expresso.imprensa.pt

O que pode fazer um Governo de gestão?

“A Constituição diz que um Governo de gestão pode fazer tudo o que for necessário ao país”, explica Freitas do Amaral, em 2011, com um Governo demissionário à beira de pedir ajuda externa. Freitas, professor de Direito Administrativo, fundador do CDS e membro de vários governos (incluindo como ministro dos Negócios Estrangeiros do PS), é ainda hoje a referência sempre citada quando se instala a discussão sobre o que pode fazer um Governo de gestão. Em 1985 escreveu um pequeno livro, reeditado em 2002 e hoje em dia esgotado, intitulado precisamente “Governos de Gestão”. A regra geral é que um Governo entre a convocação de eleições e a sua substituição pelo Governo seguinte deve limitar-se a atos de gestão corrente. Não pode, aliás, legislar e todos os decretos e propostas de lei que tenha feito e não tenham sido promulgados até à exoneração caducam com a publicação do decreto presidencial. Há, contudo, uma série de atos administrativos que cabem no domínio da interpretação. Daí que a CIP apele ao Governo (ver pág. 14), ao Presidente e aos partidos para que seja feita uma leitura abrangente dos poderes, de forma a ser possível atos como a concretização dos avisos previstos para os planos de fundos europeus, as atualizações de preços regulados e as liquidações de compromissos do Estado. E.L.

CENTENÁRIO

O romance político de uma geração



A carta de Eduardo Lourenço para Mário Soares é uma das mais de cem que o ex-Presidente recebeu aquando da publicação em França do livro “Portugal Amordaçado”

A reedição de “Portugal Amordaçado” abre simbolicamente as comemorações do centenário de Mário Soares

“A nossa história é um estendal de ocasiões perdidas ou falhadas, e esta mesma constância constitui assunto de meditação”, escreveu Eduardo Lourenço a Mário Soares em junho de 1972, em letra miúda, difícil de decifrar, numa carta que analisa “aquele estranho e admirável povo que nos coube”. O filósofo e pensador enaltecida, então, a recente publicação em França do livro “Portugal Amordaçado” (“Le Portugal Baillonné”), que classificou como o “romance político da nossa geração e de agora em diante o espelho em que cada membro dela é obrigado a rever-se para descobrir os fios da sua própria aventura nesse campo”.

O livro, que foi inicialmente publicado em França, em abril de 1972, pela editora Calmann-Lévy, abanou o Portugal marcelista e foi comentado por todos, de François Mitterrand a Francisco Sá Carneiro, que o apreciou “muitíssimo” e o definiu como “testemunho lúcido e franco sobre a situação inalterada” de um país que gritava em surdina contra a Guerra Colonial e a falta de liberdade. A presente reedição da obra é acompanhada pelas 148 cartas que Mário Soares recebeu e escreveu a comentar e a apreciar a edição francesa e a 1ª edição portuguesa, publicada em outubro de 1974 pela Arcádia. Dividida em dois volumes com a chancela da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a reedição vai ser apresentada na Fundação Gulbenkian, na próxima quinta-feira, dia em que se assinalam 99 anos do nascimento de Mário Soares, casa de partida para as comemorações do centenário do casal Maria Barroso/Mário Soares.



Capas da 1ª edição francesa em 1972, da 1ª edição portuguesa em 1974 e da reedição em 2 vols. em 2023

O primeiro volume traz-nos a 1ª edição portuguesa e a edição francesa bem como uma apresentação de José Manuel dos Santos, um ensaio do historiador Fernando Rosas intitulado “O Livro e a Sua Circunstância” e uma história sobre a obra de “combate político” da autoria de Pedro Marques Gomes e Teresa Clímaco Leitão. No segundo volume estão “as cartas, um dicionário de pessoas, factos e lugares [mencionados no livro] e os prefácios das edições em oito línguas estrangeiras”, explica ao Expresso José Manuel dos Santos, coordenador da edição das obras e também das comemorações do centenário.

Mitterrand, Eduardo Lourenço e Sá Carneiro escreveram a Mário Soares para saudar a 1ª edição de “Portugal Amordaçado”

Fernando Rosas considera que a “história da oposição que Mário Soares nos propõe no “Portugal Amordaçado” não é obviamente neutra ou objetiva, no sentido em que não para pretensamente assética e pura acima dos conflitos do seu tempo. Nem isso existe em história. Como nos ensinou Georges Duby, “a objetividade do conhecimento histórico é um mito [...], toda a história é escrita por um homem, e quando esse homem é bom historiador põe na sua história muito de si próprio”, isto é, muito da sua maneira de estar no mundo, condicionada pelos valores do seu tempo e pelos valores herdados, uma vez que não vive metafisicamente encerrado numa redoma. Isso não significa, e no caso de Mário Soares não significou, que não siga os rigores do método de historiador, ou seja, com opinião, seguramente, mas com rigor, com distância, com contenção e até com a prudência”.

A comissão das comemorações do centenário está sediada na Fundação Mário Soares e Maria Barroso e conta com a participação de Isabel e João Soares, além de outras personalidades. “Portugal Amordaçado” é “a primeira história da oposição portuguesa”, escreveu o historiador Oliveira Marques numa carta enviada a Soares em 1972. E, como diz Fernando Rosas, o livro é “atravessado por uma certa amargura contra a despoliticização das massas, o medo e a apatia gerais”.

MANUELA GOUCHA SOARES mgoucha@expresso.imprensa.pt



**QUANDO SE ABRE
UMA PORTA,
ABRE-SE O CORAÇÃO.**

ENTREVISTA



Armindo Monteiro Presidente da Confederação Industrial de Portugal

“Partidos tentam fixar clientelas eleitorais de baixo custo”

Texto **EUNICE LOUREÇO**
Foto **ANA BAIÃO**

Presidente da CIP desde março, Armindo Monteiro não assinou o novo acordo de rendimentos em sede de concertação social, continuou a negociar com o Governo e pretende apresentar o seu pacto social (cuja medida emblemática foi a proposta de 15º mês) ao próximo Executivo. Em entrevista ao Expresso defende acordos de regime, pede previsibilidade de políticas e manifesta o receio com os extremos políticos.

Que balanço faz destes oito anos de Governo?

A nossa preocupação é para com o crescimento da economia e verificamos que durante estes oito anos estivemos sempre abaixo do crescimento potencial. Uma confederação nunca pode estar satisfeita quando, ano após ano, os indicadores dizem que o nosso crescimento é abaixo do potencial. Esta ideia da governação pelos mínimos é uma falta de ambição e paga-se caro — com falta de rendimentos e de prosperidade dos portugueses. Não conseguimos planejar, não temos essa capacidade, respondemos instintivamente e no momento a qualquer necessidade.

Acha que estes oito anos foram de resposta instintiva?

Foram! Qual foi o planeamento? Qual o propósito que tentamos atingir? Enquanto nação temos de ter um propósito, um desígnio. Nós temos um: conseguir que o nível salarial médio em Portugal seja igual ao nível salarial médio na Europa. É possível. Não se faz porque é preciso reunir condições económicas: o aumento de salários não é decretado, tem de ser consequência do crescimento económico. Para conseguir atingir o nível médio europeu — cerca de €1200 — temos também de atingir em termos de produtividade, de PIB *per capita*, a produtividade média.

A CIP assinou o acordo de rendimentos e produtividade em 2022, mas optou por não assinar a atualização este ano. Porquê?

Porque era um acordo de aumento de salários e de crescimento económico. A produtividade tinha de ser 2% ao ano. Os salários cresceram, a produtividade não.

E porque é que não cresceu?

Recebemos 750 mil trabalhadores a mais e perguntamos: porque é que o PIB não aumentou? A produtividade do trabalho é fácil de calcular: é o valor acrescentado sobre o custo do trabalho. Não aumentou porque estamos a incorporar baixo

valor acrescentado, em vez de nos preocuparmos em atrair talento, em fazer crescer a economia, preocupamo-nos com o número e ficamos muito satisfeitos com “há 5 mil pessoas a trabalhar em Portugal”. Este é um país que não respeita a economia e não estimula os empresários. Não é possível realizar investimentos num país que não é previsível.

O Presidente da República tem manifestado publicamente o receio de que entremos em miniciclos políticos. Esse é o pior cenário?

Esse será um cenário mau, mas os portugueses já noutras alturas deram sinal de que conseguem encontrar soluções de governação. É preciso que os Governos apresentem propostas que nos façam acreditar. Os portugueses gostam de sentir alguma segurança no pouquinho que têm e não devemos contrariar isso. Não somos de arriscar tudo e, se calhar, ainda bem. Na perspectiva de perdermos o pouquinho, não queremos investir muito. Então, os partidos políticos têm de compreender que há uma base que os portugueses não querem pôr em risco e que deve ser mantida. Devem é, em cima dessa base segura, construir por patamares outros objetivos. Não precisamos de pôr tudo em risco para termos um Governo que nos inspire, que tenha uma boa equipa. Nestas eleições não é só o líder que tem de estar sob escrutínio, é também a equipa que vai estar a acompanhá-lo.

No PS há uma disputa entre a esquerda e o centro. Há alguma posição que a CIP prefira?

A ideologia exige um conhecimento muito profundo e acho que os portugueses votam sobretudo com os seus medos, as suas aspirações e as suas angústias. Espero que seja sobretudo pelas suas esperanças, e essas não têm de ser de esquerda nem de direita. É possível construir esperança numa lógica central e quando digo central não

me estou a referir à ideologia política — é sem extremismos. Somos ainda um dos poucos países em que ainda há blocos centrais que formam maioria. Por essa Europa fora, não é assim.

O líder do PSD já apresentou algumas promessas eleitorais. Sentiu falta de ideias para as empresas?

Nós podemos ajudar nisso... Parece-me que os partidos falam sobretudo para os eleitores e como as empresas não votam não há preocupação em propostas para as empresas. Tenta-se fixar clientelas eleitorais de baixo custo. Deixemos contribuir com as nossas ideias porque temos aqui 150 mil empresas, temos todas as associações de todos os sectores. Sabemos de habitação, de saúde... temos aqui os agentes económicos.

O que é que pode assustar mais as empresas e os investidores: uma ‘geringonça’ à esquerda ou um Governo dependente da extrema-direita?

Falta de previsibilidade é o que assusta mais as empresas. Não há nenhum investidor que realize um projeto a um ou dois anos. Se não houver uma perspectiva de continuidade de políticas, esse investimento não virá para Portugal. Aquilo que vemos noutros países é que pode haver grandes disputas, mas há consensos em matérias concretas. Em Portugal não há acordos de regime.

E como é que isto se faz?

Isto faz-se de forma moderada, sem extremismos. O extremismo leva-nos a soluções extremas e nós, portugueses, não somos extremados, nem nos nossos hábitos nem na nossa cultura. Creio que muito do voto que é feito nos extremos é um voto de protesto, de frustração e isso é o que devemos evitar. Acharmos que não há soluções e que nada nos resta a não ser votar de uma forma que não tem horizonte.

elourenco@expresso.imprensa.pt

Gente



Gestão e coesão A ainda ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, revela um curioso entendimento das funções de um Governo de gestão. De acordo com uma nota enviada aos seus diretores-gerais, e que mão amiga fez chegar a Gente, afirma que “o Governo deverá entrar em gestão na primeira semana de dezembro. Isto significa que o Governo deixa de poder praticar certos atos, podendo continuar a fazer todos os outros. Não podemos fazer nomeações, por exemplo, mas podemos exonerar dirigentes. Continuaremos a fazer Conselhos de Ministros. Só o Governo está em gestão.” Se Ana Abrunhosa foi uma grande ministra é duvidoso, mas parece lançar-se agora no meio do Direito Administrativo. Terá futuro?

Alheiras orçamentais A aprovação do OE 2024 foi longa, os equívocos acontecem. Quase no final da sessão desta terça-feira, quando os partidos estavam já a corrigir sentidos de voto de algumas propostas, Inês Sousa Real parou a sala com uma dúvida importante: as alheiras vegetais estavam incluídas num dos diplomas já votados? Se sim, o PAN mudaria o seu sentido de voto para abstenção; se não, manteria-se o voto contra. A deputada pediu a algum deputado do PS ou membro do Governo para confirmar, e “ficar em ata”. “E é disto que estamos a falar”, suspirou um dos deputados enquanto ouvia os “tipos de recheios” inscritos na lei.

Rocha-choque No lançamento do novo livro de Paulo Rangel, em Lisboa, o ambiente era alegre (cheira a poder na direita) mas os fatos em tom escuro, a condizer com a tarde chuvosa e com uma certa solenidade. Na plateia, porém, sobressaía um rosa-choque, que Gente confirmou ser de Sofia Vala Rocha, deputada do PSD na capital. Como é sabido que há eventos na bolha mediática que servem só para ver e ser visto, é para Vala Rocha que vai a nota 10.

Um, dois ou mais? Há uma regra que Gente considera que tem de passar a ser escrita: a elite política cumprimenta-se, afinal, com um ou dois beijos? A dúvida assolou boa parte dos convidados da referida apresentação do livro. E Gente jura que, entre hesitações e vaivéns, foi por pouco que não houve beijos na boca involuntários.



SAUDADES O Governo ainda não acabou e Gente já está com saudades de Ana Abrunhosa, eleita por aqui como a mais emotiva, mas que também pode ser chamada de consoladora-mor. Seja com Pedro Nuno Santos ou com João Galamba, sempre se mostrou pronta a ser o ombro amigo dos ministros em dificuldades. E esta quarta-feira foi também ela a pôr a mão no ombro de António Costa, quando saiu do Parlamento.

FOTO ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LLUSA

DÁ ESPAÇO À PARTILHA



Hoje abrimos a porta ao Natal e ao fazê-lo abrimos o coração a uma causa maior, que nos toca a todos. Os números falam por si: Em Portugal, há 120 mil estudantes universitários à procura de um quarto para viver e 500 mil seniores que vivem sozinhos. Juntar as duas realidades pode ser, por isso, uma boa solução. É com este propósito que é lançada a plataforma partilhacasa.pt, na esperança que o encontro de gerações possa dar espaço também à empatia.

Descobre mais em partilhacasa.pt

MEO
HUMANIZA-TE

SOCIEDADE **CRISE CLIMÁTICA**



COP28

O ceticismo marca a cimeira do clima da ONU, este ano presidida pelo CEO de uma petrolífera árabe

Al-Jaber A raposa entrou no galinheiro

CARLA TOMÁS

Com a Humanidade a bater todos os recordes errados no que diz respeito às alterações climáticas — a começar por este ano ficar para a história como o mais quente de sempre até agora —, a Conferência do Clima (COP28), que começou esta quinta-feira no Dubai e decorre até 12 de dezembro, está tingida por suspeitas de interferência do lobby do petróleo. Já anteriormente se realizaram COP em países produtores de combustíveis fósseis, mas o atual presidente designado, Sultan Al-Jaber, é o primeiro CEO de uma petrolífera a ocupar a presidência de uma cimeira da ONU que deveria ter como objetivo “deixar os combustíveis fósseis debaixo de terra”, como há muito apelou o secretário-geral da ONU, António Guterres.

Esta semana ficou a saber-se que Al-Jaber, também ministro da Indústria dos Emirados Árabes Unidos (EAU), marcou reuniões paralelas na COP para acertar negócios de petróleo e de gás com mais de uma dúzia de países e nomeou funcionários da petrolífera estatal Adnoc para a equipa de acolhimento da conferência. A denúncia foi feita com base numa investigação jornalística do Centre for Climate Reporting com base em documentos.

A ONU recordou que as regras de conduta da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC em inglês) ditam que o país anfitrião não pode agir em interesse próprio, estando obrigado à “imparcialidade”. Contudo, “o conflito de interesses”, nas palavras da Amnistia Internacional, tem sido evidente, com “a raposa a tomar conta do galinheiro”. Tentando afastar a mancha negra que sobre ele cai, Al-Jaber aproveitou a conferência de imprensa na véspera da abertura oficial da cimeira para dizer

que as alegações “são incorretas e não são precisas” e garantir que pretende “responsabilizar todos os países e todas as partes interessadas para manter o objetivo de 1,5°C ao alcance” e “reduzir o fosso entre ambição e ação”. Também disse que não precisa da COP para fazer negócios de petróleo.

John Kerry, o enviado especial norte-americano para o clima, considera Al-Jaber uma “excelente escolha” e defendeu recentemente que, “se ele não conseguir fazer isto, os Emirados Árabes Unidos ficarão muito malvistos”. Já o antigo vice-presidente Al Gore critica a escolha, que vê como um sinal de que a indústria dos combustíveis fósseis “assumi descaradamente o controlo” do processo da COP. “Temos aqui uma espécie de esquizofrenia”, frisa o ambientalista Francisco Ferreira, da ZERO, lembrando que, “ao mesmo tempo que Al-Jaber diz ter esperança em atingir o objetivo de 1,5°C, os EAU assumem novos contratos para a extração de petróleo”.

O objetivo central desta cimeira é garantir a ação para que seja possível impedir que o aquecimento global ultrapasse 1,5°C nas próximas décadas. A meta foi definida no Acordo de Paris, ratificado por 198 nações, em 2015, mas as partes tardam em cumprir.

As medidas determinadas por cada país, até agora, encaminham o planeta para um aquecimento médio de 3°C, segundo o último “Emissions Gap Report” da ONU. E, em vez de se reduzir a produção de combustíveis fósseis e

de se cortarem as emissões de gases de efeito de estufa (GEE) ao ritmo necessário, estas continuam a aumentar (ver gráfico). Para cumprir a meta é preciso subtrair 43% das emissões de GEE até 2030, por comparação às de 2019.

Só a petrolífera Adnoc, dos EAU — e de Al-Jaber —, produziu 2,7 milhões de barris de petróleo por dia em 2021, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e planeia aumentar em 600 mil barris por dia nos próximos seis anos. Argumenta ter planos para atingir emissões líquidas zero até 2045, porém ainda não há tecnologia que permita armazenar os GEE libertados para a atmosfera em tal quantidade.

Os EUA também vão pelo mesmo caminho. Apesar das promessas de Joe Biden (que não estará presente na COP28) de lutar contra a crise climática, prevê-se que o segundo maior emissor mundial de GEE (atrás da China) extraia mais petróleo e gás do que nunca em 2023, atingindo um recorde de 12,9 milhões de barris de crude (mais do dobro de há uma década) e duplique a exportação de gás liquefeito em quatro anos. Um terço da expansão destes dois combustíveis fósseis até 2050 tem origem nos EUA. Também o Reino Unido avança com novas explorações no mar do Norte.

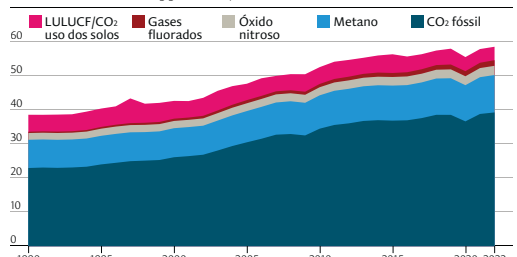
Em cima da mesa

A conferência do Dubai tem como objetivo fazer o primeiro “balanço global” (*global stocktake*) do que é necessário ainda fazer para que os países apresentem novos e mais ambiciosos planos de ação climática até 2025 para reduzir as suas emissões. Para já, o mundo não está no bom caminho. E ainda não saiu da “autoestrada para o inferno” descrita por Guterres.

Este balanço também inclui a necessidade de reforçar o investimento na adaptação aos impactos climáticos, que outro relatório da ONU identificou como estando muito aquém do necessário, deixando sobretudo os países mais

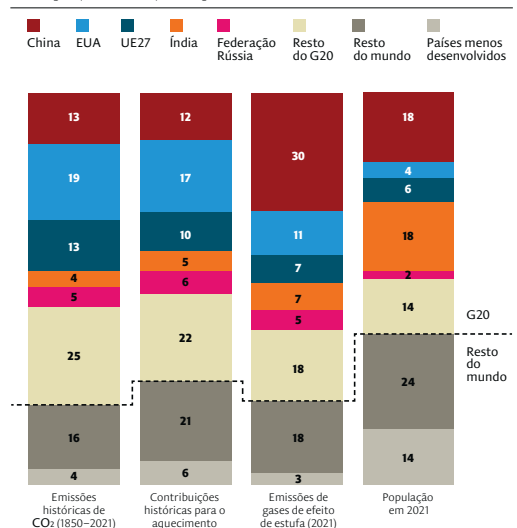
TOTAL DE EMISSÕES ENTRE 1990 E 2022

Gases com efeito de estufa em gigatoneladas por ano



CONTRIBUIÇÕES PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Porcentagem que cabe a cada país ou região



FONTE: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PARA CUMPRIR A META DE 1,5°C É PRECISO CORTAR AS EMISSÕES GLOBAIS EM 43% ATÉ 2030, MAS ESTAS ESTÃO A SUBIR



TRÊS PERGUNTAS A

Jorge Moreira da Silva

Diretor executivo da LINOPS (agência da ONU para as infraestruturas e projetos)

▣ **Soubes-se esta semana que o presidente da COP28, Al Jaber, também presidente da petrolífera dos Emirados Árabes Unidos marcou reuniões paralelas para acertar negócios de petróleo e gás. Perante isto, como encara esta conferência do clima?**

▣ Independentemente do local onde se realiza a COP e de, neste caso, ser num país árabe produtor de petróleo, o que importa é sermos consistentes com o objetivo de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, atingir a neutralidade carbónica em 2050, e eliminar 7 biliões de dólares em subsídios aos combustíveis fósseis. É preciso um compromisso firme para se apostar na *phase*

out (eliminação progressiva) dos combustíveis fósseis.

▣ **Com vários países a aumentar a produção de carvão, petróleo e gás, acha isso possível?**

▣ Espera-se que o documento final fique em linha com as metas e objetivos que referi e não com as projeções de aumento de temperatura de 2,6°C a 2,9°C, apontadas no "Emissions Gap Report" da ONU. E, para que seja credível, precisamos que os países sejam consistentes com o que se comprometeram no Acordo de Paris e revejam as metas de redução de emissões de gases de efeito de estufa e façam ações concretas, como triplicar a produção de eletricidade a partir de energias renováveis e parar as novas produções de combustíveis fósseis.

▣ **O secretário-geral da ONU António Guterres diz que estamos no "caminho para o infer-**

no", ao mesmo tempo que ainda espera uma inversão de marcha. É possível ter esperança?

▣ Sim, porque temos o Acordo de Paris (de 2015) e sabemos claramente o que é preciso fazer. Esta COP, como outras, serve de escrutínio à vontade política dos governos e as medidas a nível nacional têm de ser mais ambiciosas e cortar 43% das emissões até 2030 para se alcançar a meta de 1,5°C. Também é preciso duplicar o financiamento para a adaptação às alterações climáticas e operacionalizar o mecanismo para financiar as perdas e danos nos países do sul. Precisamos de financiar com 1,7 biliões de dólares os países em desenvolvimento e estamos só a investir um terço desse valor. Não podemos combater as alterações climáticas e erradicar a pobreza se apenas 1% do investimento vai para os países mais pobres, onde há 700 milhões de pessoas sem eletricidade e se vai dar a grande procura de energia.

NÚMEROS

1,2°C

é o aumento da temperatura média global já atingida em comparação à era pré-industrial. Na Europa já está 2,2°C acima e no Ártico 3°C. O objetivo é não subir mais de 1,5°C até 2100 (dados Copérnico)

417

partes por milhão de CO₂ estão concentrados na atmosfera, o que representa um aumento médio de 2,4 ppm por ano desde 2010 e equivale a um nível que a Terra só conheceu há 3-5 milhões de anos, quando não havia humanos

vulneráveis "subfinanciados e despreparados" para enfrentar as consequências de eventos extremos acentuados pela crise climática, como ondas de calor, secas, incêndios ou inundações.

O Fundo para Perdas e Danos, acordado no ano passado na COP27, em Sharm el-Sheikh, no Egito, para ajudar os países mais vulneráveis, volta a estar em negociação. Já há um esboço de como será financiado e inicialmente administrado pelo Banco Mundial, mas falta garantir a sua operacionalização em linha com o Acordo de Paris e com os princípios de justiça climática e dos direitos humanos. Outro dos temas quentes é a alimentação e o uso do solo, tendo em conta que a agricultura é uma das principais atividades emissoras de metano e que um terço da produção alimentar mundial ficará em risco com a crise climática. Espera-se que a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apresente pela primeira vez um roteiro para reduzir emissões.

Em 30 anos de negociações do clima ainda não se chegou a um acordo para colocar no texto final o termo "redução gradual" (*phase out*) de combustíveis fósseis. E esta parece continuar a ser uma miragem adequada ao deserto árabe. Na COP26, em Glasgow, em 2021, o termo foi trocado à última hora para "eliminação progressiva" (*phase down*). Este ano parece avançar uma expressão ainda mais fraca: "eliminação progressiva dos combustíveis fósseis não reduzidos" (os que se continuarem a produzir).

Entre as propostas que a União Europeia leva a esta COP há uma que aponta para que "os contratos a longo prazo para o gás natural fóssil não reduzido não sejam prorrogados para além de 2049". O novo comissário do Clima da UE, o holandês Wopke Hoekstr (que começou a carreira na Shell), leva na mala o apoio ao fim dos subsídios aos combustíveis fósseis "o mais tardar até 2025" e o objetivo de triplicar as fontes renováveis de energia e duplicar a eficiência energética em seis anos.

ctomas@expresso.imprensa.pt

Sultan Al-Jaber é o presidente designado da COP28 e, simultaneamente, ministro da Indústria e das Tecnologias Avançadas dos EAU e CEO da empresa estatal de petróleo Adnoc

FOTO BERND LAUTER/GETTY IMAGES



Audi Prime Days

Até 10 de dezembro



Trocar de carro é nos Prime Days da Carby.

Até 10 de dezembro, oportunidades imperdíveis na compra de seminovos e usados certificados Audi.

Descubra mais no nosso QR Code.



Carby

A sua opção Audi.

Vila Real | Penafiel | Santarém | Almada (Feijó) | Faro

geral.audi@carby.pt | audi.carby.pt | 217 652 766 (chamada para a rede fixa nacional)



INVESTIGAÇÃO



EXPRESSO.PT Leia o artigo completo e também os outros da série "A Agenda de Salgado" no site do Expresso

Salgado ajudou a desenhar programa do PSD em 2011

Carta de Eduardo Catroga para o banqueiro revela influência na elaboração do programa do ex-PM Pedro Passos Coelho

O coordenador do programa do PSD para as eleições legislativas de 2011, Eduardo Catroga, escreveu uma carta a Ricardo Salgado, depois de os social-democratas terem conquistado o poder e cujo conteúdo sugere o envolvimento do então presidente do Banco Espírito Santo (BES) na elaboração das medidas propostas pelo partido para sanear o sector bancário, quando o seu império já enfrentava dificuldades, mas elas ainda não eram do conhecimento público.

Encontrada entre os mais de 3000 ficheiros da investigação sobre a agenda de trabalho de Salgado desenvolvida pelo Expresso, pela SIC e pelo Setenta e Quatro, a carta foi manuscrita e enviada ao banqueiro com uma cópia das propostas do programa do PSD para as legislativas de junho de 2011.

Embora não tenha uma data inscrita, a missiva é posterior à ida às urnas, porque assume a vitória do PSD. O programa havia sido concluído em abril por uma equipa orientada por Eduardo Catroga, economista, gestor e ex-ministro das Finanças na década de 1990, no último Governo de Cavaco Silva.

Catroga tinha sido convidado por Passos Coelho em 2010 para ajudá-lo, enquanto líder da oposição, na negociação do Orçamento do Estado para 2011 com o então primeiro-ministro José Sócrates. Com a queda abrupta do Governo socialista e o anúncio do resgate financeiro a Portugal por parte da *troika* formada pelo Banco Central Europeu, o FMI e a Comissão Europeia, o economista acabou por ser desafiado a coordenar o desenho do programa eleitoral de Passos Coelho.

Ao todo, entre 2009 e 2014, Catroga surge referido 22 vezes na agenda de Salgado. Além de terem sido colegas de faculdade, ficando amigos desde então, o Grupo Espírito Santo (GES) era acionista do grupo Sapce, de que o economista foi CEO.

Na carta para Salgado, o antigo ministro trata-o por "caro Ricardo", informando-o que as propostas do partido incluíam o que tinham abordado entre os dois na parte que dizia respeito ao "fortalecimento do sistema bancário e de financiamento à

economia". A expressão usada é simples e curta: "Está tratado o que falámos."

"No caso extremo de alguns dos bancos não conseguirem atingir, no prazo previsto, os rácios que vierem a ser definidos como objetivo pelo BCE/Banco de Portugal, então, e só então, o Estado" deveria "proceder a título transitório, a uma injeção de capital nesses bancos", lê-se no programa partilhado com Salgado. "Essa injeção poderá revestir, de preferência, a modalidade de empréstimos obrigacionistas, obrigatoriamente convertíveis em ações numa determinada data, e com uma taxa de juro adequada, mas com uma opção de reembolso antecipado antes da data de vencimento."

O economista tinha conseguido encaixar no programa do PSD uma forma de injetar dinheiro público nos bancos com um instrumento chamado VMOC, Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em ações ordinárias. Esse instrumento permitiria evitar que o Estado adquirisse uma posição

em bancos intervencionados, mantendo o controlo nas mãos dos acionistas privados. A não intromissão do Banco de Portugal era algo fundamental para Salgado.

Na carta, Catroga adverte Salgado que o programa eleitoral desenhado por si não foi integralmente revertido no programa de Governo, entre tanto cozinhado pela coligação formada entre o PSD e o CDS-PP. "Não sei o que lá está escrito sobre a matéria", escreve, adiando ter pedido um esclarecimento ao novo ministro das Finanças: "Já enviei e-mail ao V. Gaspar."

Entrevistado por escrito, Pedro Passos Coelho admite ter recebido vários e-mails do economista "onde ele expressava preocupações várias sobre o problema do financiamento/crédito à economia e sobre o modo como se poderia fazer o processo de recapitalização dos bancos, com destaque para a sua visão (que era a nossa também) de que aquela deveria ser o menos intrusiva possível, sem

deixar de acautelar o interesse público."

Em dois desses e-mails, segundo o ex-primeiro-ministro, Catroga "parecia dar alguma 'guardia' a umas poucas pressões que apareceram do lado dos bancos durante as trocas de impressões realizadas pelas equipas das Finanças e do BdP com os bancos", mas o antigo governante não vê isso como uma tentativa de influência, "e ainda menos as instâncias do dr. Ricardo Salgado".

Passos Coelho optou por seguir, em toda a linha, as orientações da *troika*. A portaria que atualizou a lei de recapitalização bancária em maio de 2012 daria plenos poderes ao Estado para garantir o controlo dos bancos descapitalizados. Seria então criado o fundo de resolução que, dois anos depois, determinaria o fim do BES e a criação, sobre as suas cinzas, do Novo Banco.

MICHAEL PEREIRA, PEDRO COELHO (SIC), FILIPE TELES (Setenta e Quatro) e PAULO BARRIGA (mperreira@expresso.imprensa.pt)

ANTROPOCÉNICO

Jürgen Renn Historiador e diretor do Instituto Max Planck para a História da Ciência em Berlim

"A Humanidade tem de tomar consciência da situação em que está"

Texto **RAQUEL ALBUQUERQUE**
Foto **ANA BAIÃO**

A primeira vez que se falou do Antropocénico como uma nova época na história do planeta foi em 2000, introduzido pelo Nobel da Química Paul Crutzen. Sucedendo-se ao Holocénico, este novo período é marcado pela interferência dos humanos no desenvolvimento da Terra, ao ponto de ameaçarem a sua própria existência. "É como se uma espécie selvagem estivesse a destruir a sua floresta, que é a sua condição de vida", diz ao Expresso Jürgen Renn, historiador e diretor do Instituto Max Planck para a História da Ciência em Berlim, que participou esta semana numa conferência organizada em Lisboa pela Plataforma para o Crescimento Sustentável.

Q O que é o Antropocénico?

É um novo estado do planeta, uma época na história da Terra, moldada pelo impacto da Humanidade. Manifesta-se pelas alterações climáticas, perda de biodiversidade, movimento de sedimentos, novos materiais como plástico e alumínio ou radioativos. É uma nova forma de interação entre o planeta Terra e a espécie humana.

Q Quando é que começou?

É difícil responder. Os geólogos apontam para meados do século XX. Os historiadores dizem que começou com a Revolução Industrial, o colonialismo ou a agricultura. O Antropocénico é como o cérebro humano, é um fenómeno multidisciplinar, que envolve história cultural, geologia e ciência do sistema terrestre, e as diferentes disciplinas têm ainda de combinar perspetivas na discussão.

Q É a maior transformação que já enfrentámos na Terra?

Diria que sim. A última época, o Holocénico, começou há cerca de 11.500 anos e trouxe-nos uma grande estabilidade, com condições climáticas favoráveis que nos permitiram fazer muitas coisas. Esse foi um lugar confortável para a Humanidade, se desenvolver,



“O ANTROPOCÉNICO APONTA PARA A RESPONSABILIDADE HUMANA NO QUE ESTÁ A ACONTECER AO PLANETA”

na história da Terra, porque as mudanças são muito mais rápidas, nem tem na história humana porque as nossas condições de vida estão a ser destruídas. Agora interferimos nos ciclos que compõem a dinâmica da Terra, como o do carbono que envolve as mudanças climáticas ou o do nitrogénio por causa dos nutrientes artificiais que colocamos nas plantas. Estamos a tornar-nos numa força que vai precisar de intervir no sistema planetário para salvar as suas condições de vida. É como se fosse a Humanidade a tornar-se adulta.

Q A que se refere quando fala de tecnofera humana?

A Terra tem diversas esferas: atmosfera, hidrosfera, litosfera, criosfera, e que pertencem as regiões árticas, e biosfera. Os humanos continuam a fazer parte da biosfera. Mas se considerarmos as tecnologias e infraestruturas que criaram, e a sua interação com o resto do sistema terrestre, podemos

dizer que, em termos de consumo de energia e interações químicas e mecânicas, os humanos criaram uma esfera tão importante quanto as outras e que já as afetou. As alterações climáticas são indicação disso.

Q Mesmo que deixássemos de queimar combustíveis fósseis amanhã, há efeitos que já não conseguimos travar. Que espaço de ação isso deixa?

Cada grau que conseguirmos travar no aquecimento global irá ajudar-nos, porque é mais fácil fazer isso agora do que querer voltar atrás daqui a dez anos. Só que as coisas não são facilmente reversíveis, não é como carregar num interruptor. Por isso é que se fala hoje em mudanças comprometidas, como por exemplo chegarmos a um nível — se é que não estamos já lá — em que os recifes de coral já não podem ser salvos. Talvez reste uma quantidade suficiente para os cultivarmos novamente, mas levará cen-

tenas de anos. Ou perdêmos a calota polar norte. Não significa que um dia a calota não se forme novamente, mas também levará milhares de anos. Muitas dessas mudanças fomos nós que as causámos e levará muito tempo para as trazer de volta ao estado anterior.

Q Apesar do Acordo de Paris, o mundo continua a caminhar noutra direção. O que é urgente fazer?

Há muito tempo que sabemos o que é urgente: parar de queimar e subsidiar combustíveis fósseis, e mudar para uma economia sustentável utilizando energia solar e seus derivados. Mas esta questão é global, não é local ou regional. E não estou muito otimista. Só para uma fração da Humanidade é que é claro o que é preciso fazer. E essa fração não é suficiente para que a mudança aconteça na escala em que precisa de acontecer. Não se trata só de uma questão de líderes políticos, a infraestrutura da indústria fóssil é provavelmente a maior alguma vez criada neste planeta. É preciso que o processo de transformação seja conduzido também pelas grandes infraestruturas. Mas, em última análise, não há como escapar: a Humanidade tem de tomar consciência da situação em que se encontra. Isso deve ser impulsionado pela Ciência e pelos *media*, e o conceito de Antropocénico é útil porque aponta para a responsabilidade humana no que está a acontecer.

Q O que é que cabe aos Governos neste momento?

Há medidas importantes, como o Acordo Verde na Europa e outras formas de transição em países como os EUA. Mas as medidas podiam ser muito mais radicais e os Governos deviam ser mais corajosos. Infelizmente, estas questões têm estado demasiado confinadas ideologicamente e precisamos de as libertar desse lado. No final de contas, é a sociedade que tem de dizer que precisamos desta transição. E o Antropocénico desafia-nos como cidadãos, porque precisamos mesmo de saber mais e de estar mais envolvidos.

r.albuquerque@expresso.imprensa.pt

Lisbon AGRI CONFERENCES

WE DEVELOP KNOWLEDGE

23 24 november 2023

CENTRO CONGRESSOS LISBOA

COM O ALTO PATROCÍNIO DE SUA EXCELENCIA UNDER THE HIGH PATRONAGE OF THE PRESIDENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC



O Presidente da República



A Lisbon Agri Conferences 2023 agradece a todos os Oradores, Conferencistas e Patrocinadores o apoio na Missão de “desenvolver o conhecimento” do sector agroalimentar.

Sponsors



Partners



Fellows



Media Partner



Academic Partner



Organização



ACONTECIMENTO NACIONAL 2023

António Costa comunicou ao país a sua demissão, enquanto estavam a começar as buscas na residência oficial FOTO: NUNO FOX



Investigações A Operação Influencer desencadeou a demissão do primeiro-ministro e a queda da maioria absoluta

O terramoto Influencer que virou a política



VÍTOR MATOS

N o princípio, era corrupção. A democracia portuguesa já tinha vivido manhãs loucas, mas nenhuma como esta, com uma mega-ação judicial a cair como uma bomba sem aviso no coração do poder, a fazer implodir uma maioria absoluta, a revirar o quadro governativo e a suspender a carreira política de António Costa. O 7 de novembro de 2023 ficará para a história como o dia em que o país acordou estremunhado com buscas inéditas na residência oficial do primeiro-ministro, em dois ministérios, na casa de ministros e de um “melhor amigo”. À hora de almoço, António Costa demitia-se. Dois dias depois, o Presidente da República anunciava a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas. Em poucas horas, tudo mudava num país que, em janeiro de 2022, se tinha preparado para a longa-metragem de uma maduro estabilidade de maioria absoluta. Nada mais errado.

Até o nome da investigação, Operação Influencer, se insulou de ironia com o agigantar da crise: o processo desencadeou um *tsunami* político que influenciará tudo o que se passar nos próximos meses e anos na política portuguesa, seja qual for o desfecho judicial — de um inquérito com epicentro em Sines por causa de dois megainvestimentos (para um *data center* e para a produção de hidrogénio verde), e, em Montalegre, por causa da concessão de minas de lítio.

Entre as sete da manhã e as duas da tarde daquele dia, gerou-se um domínio que, 24 dias depois (até à hora de fecho desta edição), virou do avesso a paisagem política portuguesa: esmoreceu as ambições europeias de Costa; queimou na praça pública o nome do governador do Banco de Portugal; obrigou Pedro Nuno Santos a avançar para uma luta antecipada pela sucessão na liderança do PS contra o candidato surpresa José Luís Carneiro; abriu as hostilidades eleitorais com um PSD recentrado, atrás de *swing voters* e pensionistas; e conduzirá a um cenário político potencialmente instável, que ninguém consegue antecipar, com o Chega a larvar no pantano das suspeitas de corrupção, e a atingir os 16% na sondagem “Público”/RTP.

As primeiras horas da crise, a credibilidade do Governo já estava de rastos e não era certo que Costa se aguentasse em funções, mesmo antes de saber que estava a ser investigado. A polícia tinha entrada no templo inacessível de São Bento. Vítor Escária, chefe de gabinete do primeiro-ministro, estava detido, e os investigadores iam descobrir €78 mil vivos no seu gabinete, enquanto Costa discursava ao país na sala ao lado. Lacerda Machado, o “melhor amigo” oficial do primeiro-ministro estava detido. O presidente socialista da Câmara de Sines também. A casa do ministro João Galamba tinha sido alvo de buscas e o governante constituído arguido. A casa do ministro Duarte Cordeiro idem. Perante o cataclismo, Costa telefonou a Marcelo, interrompendo o curto sono presidencial, para lhe solicitar uma audiência urgente em Belém.

Durante a primeira conversa, pelas 9h30, o primeiro-ministro pediu ao Presidente para averiguar com a procuradora-geral da República a solidez da investigação (um facto cujo conhecimento público havia de gerar mais

um episódio de tensão Costa/Marcelo). O carro preto seguinte a estacionar no pátio de Belém foi o de Lucília Gago, que esteve reunida com Marcelo antes de divulgar o comunicado com o célebre parágrafo a dizer que o primeiro-ministro ia ser investigado pelo Supremo Tribunal de Justiça, por ser mencionado por terceiros em escutas como desbloqueador de procedimentos. Meia hora depois, Costa voltava a Belém e, às duas da tarde, comunicava ao país a sua demissão, embora nada lhe pesasse “na consciência”, mas “a dignidade das funções de primeiro-ministro” não era “compatível com qualquer suspeição sobre a sua integridade, a boa conduta ou a suspeita da prática de qualquer ato criminal”.

Os jogos estavam feitos, não fosse dar-se o caso de António Costa estar ferido, mas ainda em combate, a atrair com o nome de Mário Centeno para o substituir como primeiro-ministro, um cenário que, à partida, Marcelo rejeitaria sem pestanejar. Mas o Presidente não travou a solução de imediato, porque ainda não tinha reunido o Conselho de Estado e apresentado a dissolução como caminho definitivo. Quando a Casa Civil comunicou a Costa para não fazer convites, era tarde: o primeiro-ministro já teria falado com Centeno, e o governador do Banco de Portugal ia “refletir”, confirmando o convite em declarações ao mundo, através do “Financial Times” (que teria depois de corrigir, por ter incluído o Presidente da República no remetente do convite). Costa responsabilizava assim o Presidente por “falta de bom senso”, ao atirar o país para a instabilidade, embora sem elaborar na possibilidade de o próximo líder do PS poder não querer estar sentado no Largo do Rato, enquanto a nação era governada por um tecnocrata que não é militante socialista.

Pelo meio, João Galamba demitiu-se finalmente de ministro das Infraestruturas



ATRÁS DE MIM

David Dinis

António Costa quis dizer só isto, após o debate do seu último Orçamento: “Deixamos uma sólida estabilidade orçamental, que seguramente será prosseguida.” Foram oito anos, com uma pandemia e uma guerra na Europa pelo meio. Costa foi bem mais do que esta frase, mas sai repetindo uma que Pedro Passos Coelho lhe deixou quando passou o testemunho.

O que se segue é, porém, politicamente pouco sólido: uma maioria de direita que só o Chega poderá viabilizar ou uma maioria de esquerda sem austeridade para reverter. Em qualquer caso, teremos um Governo minoritário em um Presidente que se condicionou na gestão de crises.

Olhemos para Marcelo. Primeiro, renegou o valor dos

acordos escritos inventados por Cavaco Silva em 2015. A intenção era permitir a Costa, em 2019, manter uma ligação às esquerdas (e manter estas presas aos Orçamentos). Mas a segunda minoria, sem acordos, desfez-se rapidamente.

A segunda limitação autoimposta por Marcelo chegou em outubro de 2021, recusando ao PS a possibilidade de apresentar um segundo Orçamento — quando o PCP seguiu os passos do BE e chumbou o OE. Marcelo dissolveu de imediato, acelerando o calendário eleitoral. E criou uma doutrina que já está a ser testada na crise política dos Açores. Parece evidente que voltará para o assombrar daqui a um ano ou seguramente daqui a dois — quando um chumbo orçamental cair em cima daqueles seis meses em que o Presidente perde os poderes de dissolução.

A outra limitação que Marcelo introduziu à sua própria

gestão de crises foi a recusa em aceitar substituir Costa por outra personalidade à frente do Governo, caso este rumasse a Bruxelas (ou agora mesmo, quando rejeitou o nome de Mário Centeno aquando da demissão do primeiro-ministro). Seria inevitável? E se, por exemplo, Luís Montenegro perder as eleições mas existir uma maioria de direita? Marcelo, naqueles seis meses até setembro de 2024 em que também não vai poder convocar eleições, recusará um novo líder do PSD que aceite liderar um Governo nessas circunstâncias? Ou que proponha uma coligação com Ventura? E, já agora, que doutrina terá Marcelo para o Chega?

Deixe-me voltar ao início: Costa sai dizendo-nos que deixa maior liberdade ao Governo que vier. Tudo certo. Mas a forma como tudo acabou abriu espaço a uma (ou duas, ou três) campanhas eleitorais com todos os incentivos políticos para promessas caras, negociações difíceis, decisões que abrem caixas de Pandora. O que Passos e Costa nos deixaram em 12 anos foi difícil de conseguir — e teve custos altos. Mas pode facilmente ser destruído na instabilidade que se segue. Aquele “deixamos uma sólida estabilidade orçamental que seguramente será prosseguida”, dito assim por Costa na despedida do plenário, pareceu uma maldição a Marcelo: atrás de mim virá...

Teremos um Governo minoritário com um Presidente que se limitou na gestão de crises

OUTROS ACONTECIMENTOS VOTADOS

Saúde, Habitação, Educação

A crise dos SHE

Médicos em greve, dificuldades no Serviço Nacional de Saúde, greves nas escolas, hospitais fechados, alunos sem aulas e um murmúrio permanente sobre os elevados preços das rendas e das casas (a habitação foi autonomizada num ministério no início do ano) tornaram-se assuntos diários de conversa e tema de polémica permanente. As soluções avançadas pelo Governo parecem ineficazes, ou nada conclusivas, ou demasiado lentas a serem aplicadas.

Relatório sobre abusos sexuais na Igreja

O documento que abalou o domínio da fé

O relatório da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica foi apresentado a 13 de fevereiro e provocou um choque generalizado. Em relação aos abusos sexuais no seio da Igreja Católica, a comissão recebeu 512 testemunhos validados de vítimas e enviou 25 casos para o Ministério Público, para efeitos de investigação criminal autónoma. Seguiu-se a reação da Igreja, muito criticada, e desde então tem aumentado o número de queixas apresentadas.

CPI à TAP

A investigação parlamentar que foi à TAP, mas que foi muito mais do que à TAP

Este foi seguramente um dos momentos políticos do ano. Foi também um dos acontecimentos televisivos de 2023. Criada para discutir a



JMJ

A Jornada que trouxe um milhão de jovens peregrinos a Lisboa

Ainda não tinha começado e já era polémica, devido aos elevados custos envolvidos na iniciativa. A Jornada Mundial da Juventude trouxe, em agosto, uma multidão a Lisboa, na altura em que foi divulgado o relatório sobre abusos sexuais de menores por membros da Igreja. A hierarquia oscilou entre o escândalo dos abusos e a festa de ter o Papa Francisco em Portugal. Este foi ainda um ano de mudanças relevantes de bispos no nosso país. Em Lisboa, o Papa Francisco deixou a frase que tem marcado o seu ano e pode marcar o seu pontificado: “A Igreja tem as portas abertas para todos, todos, todos.”

tutela política da gestão da TAP nos últimos anos, tornou-se rapidamente num campo de batalha entre a oposição e o PS sobre os factos ocorridos no Ministério das Infraestruturas numa agitada noite de abril. João Galamba e a sua chefe de gabinete, bem como Frederico Pinheiro, ex-assessor ministerial, e o envolvimento do SIS na recuperação de um computador tornaram-se assuntos de conversa nacional.

Protestos climáticos Tinta atirada a ministros

À semelhança do que vai sucedendo um pouco por todo o mundo, ganharam visibilidade os protestos de ativistas climáticos em Portugal, apoiados por uns, criticados por outros. Houve ataques contra ministros

(como Duarte Cordeiro e Fernando Medina), cortes de estrada, danos em edifícios públicos e privados e ainda muitas greves estudantis.

Terror Atentado no Centro Ismaelita

O ataque no Centro Ismaelita, ocorrido em 28 de março, provocou a morte a duas mulheres. As vítimas mortais são duas portuguesas, de 24 e 49 anos, que trabalhavam no Centro Ismaelita nos serviços de apoio aos refugiados. O principal suspeito, de nacionalidade afeça, foi baleado pela polícia. É beneficiário do estatuto de proteção internacional e não era alvo de “qualquer sinalização” pelas autoridades.

RICARDO MARQUES
rmarques@expresso.impresa.pt

turas — três dias depois de ter negado no Parlamento a hipótese de se demitir —, na véspera de Costa levar a sua cabeça a Belém, e depois do assédio permanente das televisões à porta da sua casa. Com a política a arder, inflamada por um caso judicial em que as suspeitas sobre os detidos eram de corrupção, prevaricação e tráfico de influências, seis dias depois da manhã fatídica, o Ministério Público (MP) apanhou um duche gelado quando o juiz Nuno Dias Costa, do Tribunal Central de Instrução Criminal, decidiu sobre o caso: antes de mais, liberto todos os arguidos para os quais o MP pedia prisão preventiva (apesar de Lacerda Machado ter pagado uma

pesada caução de €150 mil e Escária ter ficado sem passaporte). Depois, deixou cair os crimes mais graves, de corrupção e de prevaricação. Considerou-os, no entanto, “fortemente indiciados” em coautoria e na forma consumada de um crime de tráfico de influência (o mesmo crime que, refira-se, levou Armando Vara à prisão). Os dois empresários da Start Campus (a empresa da *data center* de Sines), Afonso Salema e Rui Oliveira Neves foram também indiciados por tráfico de influência e oferta indevida de vantagem. O MP recorreu da decisão. Nuno Mascarenhas, presidente da Câmara de Sines, não foi indiciado por nenhum crime e saiu com termo de identidade e residência. Aqui, o jogo começou a virar.

Se no princípio era a corrupção, a seguir começaram as dúvidas sobre a solidez da investigação. E voltaram as pressões sobre a Justiça. Augusto Santos Silva, presidente da Assembleia da República e segunda figura do Estado, pressionou o Supremo a concluir as investigações até às eleições marcadas para 10 de março. Outros socialistas, como Ferro Rodrigues, criticaram a Justiça de forma mais assertiva. Embora António Costa tenha pedido contenção e Pedro Nuno Santos tenha dito que não quer a campanha a discutir um caso judicial, a verdade é que passou a estar tudo em causa, incluindo a Justiça, e a própria procuradora-geral.

Debaixo de fogo desde as buscas, Lucília Gago reagiu 16 dias depois para dar algumas explicações. Disse que não se sentia responsável “por nada”, nem pela queda do Governo nem por toda a crise que se está a desenrolar. Fez o que tinha a fazer, mas só no fim do processo se saberá da consistência da Operação Influencer que está a influenciar toda a política portuguesa, seja qual for o desfecho final.

vmatos@expresso.impresa.pt

A redação do Expresso, reunida em plenário na última semana e dando continuidade à mais antiga tradição democrática das redações nacionais, escolheu os acontecimentos e figuras, nacionais e internacionais, do ano que agora está a terminar. Em 2023, a Operação Influencer, que levou à demissão do primeiro-ministro, António Costa, dando origem a uma crise política que vai levar o país à dissolução do Parlamento e a eleições legislativas antecipadas, foi a escolha óbvia e natural como Acontecimento do Ano. Já na discussão da Figura do Ano em Portugal, o debate foi vivo e as divisões maiores. A escolha obrigou mesmo a uma segunda volta na votação, em que saiu vencedora a opção “vítimas de abusos sexuais na Igreja”. Na próxima edição do jornal revelaremos quem foram os escolhidos como Figura Internacional e Acontecimento Internacional deste último ano.

FIGURA NACIONAL 2023

Choque Cinco mil pessoas terão sido abusadas por padres desde os anos 50. O número brutal foi conhecido este ano. Ninguém ficou indiferente

Vítimas de abusos sexuais na Igreja



HUGO FRANCO
e RUI GUSTAVO



N o dia em que tudo mudou, a 13 de fevereiro, uma comissão independente nomeada pela Igreja e chefiada por Pedro Strecht (psiquiatra que já tinha entrevistado vítimas de abusos no processo Casa Pia) marcou uma conferência de imprensa na Gulbenkian para dar “voz ao silêncio”. Na sala, os mais altos representantes do clero, polícias e jornalistas puderam assistir ao destapar de uma realidade que ninguém queria ver: o número de vítimas poderia chegar a “um mínimo” de 4815 pessoas abusadas entre os anos 50 e 2022. Este número é uma projeção feita a partir de 512 testemunhos validados e só 25 casos foram enviados ao Ministério Público, que até agora, por insuficiência de provas ou por prescrição, não fez qualquer acusação criminal contra os religiosos denunciados. Mas nada ficou como antes.

Os responsáveis pelo estudo leram alguns dos depoimentos de forma teatralizada. A cruza dos testemunhos — “Estiveste bem, Deus está orgulhoso de ti. Gostaste, ele perguntava. Eu não sabia o que responder. Se me sentia melhor. Que Deus me amava mais do que qualquer uma ali no colégio. Dizia que eu era especial” — provocou ondas de choque a que a Igreja não pôde ficar indiferente, apesar de ter relativizado as queixas numa fase inicial, o que levou a uma *mea culpa* posterior de José Ornelas, o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa.

Na sequência do relatório, a Igreja nomeou uma outra comissão, liderada pela psicóloga Rute Aguilhas. Esta comissão — o Grupo VITA — tem como função receber e encaminhar novas queixas. No total, foram afastados da Igreja nove religiosos e um leigo por causa das queixas feitas pelas alegadas vítimas. Numa entrevista ao Expresso, Ornelas admitiu indemnizar as vítimas mas recusou-se a estabelecer uma quantia monetária para cada uma delas, como já aconteceu noutros países onde a Igreja Católica se viu a braços com escândalos de pedofilia.

No balanço dos primeiros seis meses de existência do Grupo VITA, Rute Aguilhas revelou que foram recebidos 62 pedidos de ajuda e que houve 14 novos casos enviados ao Ministério Público para uma eventual investigação e acusação criminal. A coordenadora explicou, em conferência de imprensa, que “12 pessoas” estavam “a beneficiar de apoio psicológico”. De acordo com a responsável, “10 delas foram reencaminhadas para os profissio-

nais da bolsa do Grupo VITA e duas foram encaminhadas para a APAV, por serem pessoas residentes em Lisboa”. E acrescentou: “Temos também duas pessoas a beneficiar de apoio em psiquiatria. Estes custos estão a ser suportados pela própria Igreja.” Este apoio financeiro já tinha sido admitido por José Ornelas ao Expresso. “A Igreja paga tratamentos às vítimas: apresentem fatura, nós pagamos.”

Uma associação de vítimas — Coação Silenciado — está a preparar um pedido de indemnização ao Estado português, através de uma “petição à Assembleia da República”, por entender que “tem responsabilidades” no “que aconteceu”, porque muitos abusos ocorreram em “instituições que estão ligadas ao Estado”. Esta ação não impede que as vítimas também peçam indemnizações à Igreja, mas até agora só quatro pessoas formalizaram ou manifestaram vontade em serem indemnizadas pela Igreja.

A Igreja anunciou a construção de um “memorial à vítima”, mas esta medida concreta — talvez a única — acabou por ser abandonada depois de críticas de quem ia ser homenageado: as próprias vítimas.

O antes e o agora

Desesperados”, “impotentes”, mas com “alguma esperança”. É este o estado de espírito de algumas das vítimas de abusos sexuais cometidos por membros da Igreja nas últimas décadas em Portugal. “A Igreja viveu alheada deste problema grave, fingiu que a pedofilia entre o clero só existia noutros países e não quis acreditar nos relatos das vítimas”, conta um ex-acolito e escuteiro alvo de assédio e abuso sexual reiterado de um padre, que se reformou sem nunca chegar a receber qualquer pena canónica ou civil. A vítima perdeu-lhe o rasto, mas a marca dos crimes de que sofreu perdura até hoje. “Não há um dia ou noite em que não recorde aqueles momentos dolorosos.”

Há 10 anos, várias reportagens do Expresso mostraram os vestígios deixados por um sacerdote abusador que esteve em paróquias de Lisboa e da zona Oeste. Mais de 15 vítimas, já adultas, relataram a sua dor pelo que passaram na casa paroquial, mas também no carro do padre e num apartamento junto à praia: “Um dia, convidou-me e a três amigos para irmos passar uma semana de férias no Algarve. Numa noite entrou no quarto onde dormíamos. Acordei

quando me apalpava e beijava no escuro. Gritei e empurrei-o da cama. Alguém acendeu a luz e vi o padre a fugir dali para fora. No dia seguinte agiu como se nada fosse.”

Até há muito pouco tempo as vítimas não sabiam a quem recorrer quando eram alvo deste tipo de abusos: tinham receio de denunciar um padre, que geralmente era alguém carismático dentro da comunidade, ou medo de que a família e os amigos não acreditassem no que lhes acontecera. Alguns recorriam a psicólogos, mas grande parte sofreu em silêncio. Muitas vezes, quando ganhavam coragem em falar ou escrever, viam a sua denúncia ser arquivada na justiça por falta de provas ou porque o crime prescrevera e nada sabiam sobre o desfecho dos inquéritos internos da Igreja. Muitos padres visados acabavam por ser transferidos de paróquia em paróquia, tal como aconteceu a este sacerdote que tentou abusar dos seus acolitos na zona Oeste, em Lisboa e no Algarve. “A Igreja varria o problema para baixo do tapete”, lembra outra vítima, hoje com mais de 40 anos.

Foi em 2012 que algo mudou neste cenário quando surgiu a Rede dos Cuidadores, liderada pela ex-provedora da Casa Pia Catalina Pestana e o psiquiatra Alvaro de Carvalho. Os dois responsáveis — já falecidos — receberam várias denúncias de abusos, uma delas de um pai cujo filho tinha cometido suicídio. Mas em poucos meses o Ministério Público arquivou tudo por falta de provas. E as declarações de alguns dos principais membros da Igreja confirmavam que a instituição continuava a desvalorizar o problema. Mas havia vozes dissonantes no interior do clero.

Uma delas era a do padre Joaquim Nazaré, capelão militar que começou a escutar o que diziam os menores em surdina. O pároco reuniu-se várias vezes com acolitos alvo de abusos e foi compilando informações sobre os nomes dos seus colegas visados. Em agosto do ano passado explicou ao Expresso que tinha consigo uma lista de 12 nomes de sacerdotes de quem recolhera indícios mais ou menos claros de assédio ou mesmo abuso de menores. Entre eles, cerca de metade ainda está no ativo. “Ao longo dos últimos anos consegui reunir testemunhos de vítimas mais sólidos, sobretudo sobre três padres.” E já chegou a expor as suas suspeitas, presencialmente e por escrito, a altos responsáveis do Patriarcado de Lisboa ou a procuradores do Ministério Público. “Pude evitar suicídios de jovens alvo de abusos mas não consegui parar outros. As vezes sinto-me como um polícia.” Esta busca pela transparência no seio da Igreja sobre um tema tão sensível tem-lhe valido alguns dissabores, tendo sido alvo de uma condenação canónica no último verão pelos crimes de “falsidade” e “lesão ilegítima de boa fama”, sendo obrigado ao “pagamento equivalente ao vencimento de um mês” e a pedir desculpa publicamente ao padre que denunciou por abusos. Algo que Joaquim Nazaré garante que não vai fazer.

hfranco@expresso.imprensa.pt

APESAR DOS 512 TESTEMUNHOS E DAS 4812 VÍTIMAS, NÃO HOUVE UMA ÚNICA ACUSAÇÃO CRIMINAL CONTRA OS RELIGIOSOS SUSPEITOS

Durante décadas, a Igreja esteve em silêncio perante as denúncias de abusos de párocos FOTO NUNO FOX

OUTROS NOMES VOTADOS

Igreja
A JMJ e os abusos

A Igreja foi sugerida e votada como Figura Nacional do Ano, como forma de assinalar duas das notas mais significativas de 2023: a questão dos abusos sexuais, por um lado, e também a realização da Jornada Mundial da Juventude, em Lisboa, por outro.

**Marcelo Rebelo de Sousa**
A segunda bomba nas mãos do PR

Desde o início do ano que sucessivos casos no seio do Governo se sucederam e obrigaram a 'trabalhos extra' por parte do Presidente, que deixou escapar várias referências e alusões à "bomba atômica" presidencial — que acabou por ser usada em novembro, ainda que ao retardador. Marcelo Rebelo de Sousa, que ao dar posse ao Governo tinha deixado claro que este dependia da presença de António Costa, avançou para a dissolução do Parlamento após o pedido de demissão do primeiro-ministro.

**Lídia Jorge**
A surpresa na lista veio da literatura

Não é todos os dias que um autor português vence o prémio Médicis Étranger, a mais relevante distinção francesa para literatura traduzida e um dos mais importantes do mundo. "Misericórdia", de Lídia Jorge, editado pela D. Quixote, é o primeiro romance da história em língua portuguesa a receber este prémio — em ex aequo com a sul-coreana Han Kang. Lançado em outubro de 2022, o romance é o diário do último ano de vida de uma mulher idosa. A obra também ganhou mais prémios relevantes.

**Lucília Gago**
A Influencer procuradora-geral da República

Com muito silêncio e muita discrição, uma operação de investigação criminal conseguiu derrubar um primeiro-ministro e uma maioria absoluta e afastar a ideia de que o combate ao crime de colarinho branco estava enfraquecido. Mas o que sair deste processo pode/ vai definir o futuro da justiça: se não houver sequer acusação ao PM, os riscos de descredibilização também são acrescidos.

**D. Américo Aguiar**
A voz da Igreja

O organizador e principal rosto da Jornada Mundial da Juventude de Lisboa foi um personagem central num ano em que também foi revelado o relatório da comissão independente sobre os abusos sexuais na instituição (e aí foi uma voz crítica contra os abusos e pediu tolerância zero). Finalmente, foi nomeado cardeal pelo Papa Francisco.

António Costa
O ano do adeus

O criador da 'geringonça', o homem que deu ao PS uma inesperada maioria absoluta em 2022, parecia caminhar para bater o recorde de Cavaco Silva como primeiro-ministro, mas demitiu-se a meio da legislatura, invocando um parágrafo num comunicado de imprensa da PGR. Esteve à frente do Governo de Portugal oito anos e a sua saída da cena política — sem qualquer certeza relativamente ao futuro — torna-o uma figura incontornável de 2023.

O peregrino
Foram um milhão em Lisboa

Mais de um milhão de peregrinos, na sua esmagadora maioria jovens, vindos dos quatro cantos de Portugal e de todas as paragens do planeta, encheram Lisboa em pleno verão para a Jornada Mundial da Juventude.

**João Galamba**
O homem que esteve nos momentos todos

Do caso de polícia no Ministério das Infraestruturas — e da comissão parlamentar que se seguiu — ao discurso no Orçamento do Estado — com o convite para que os deputados visitassem o data center de Sines (a nova Autoeuropa), dias antes da Operação Influencer —, João Galamba, nomeado em janeiro, sobreviveu em maio apesar da desconfiança de Marcelo, foi um personagem sempre presente nos piores momentos do Governo de maioria absoluta. Demitiu-se em novembro.

Roberto Martínez
Ir ao Euro só com vitórias

Um apuramento só com vitórias para o Euro 2024 — inédito na equipa portuguesa — é o grande feito do treinador espanhol, que sucedeu ao tático e rigoroso Fernando Santos. As guerras de egos e de balneário que marcaram o último Mundial parecem uma memória distante — e a equipa surge mais unida e alegre do que nunca.

RICARDO MARQUES
rmarques@expresso.imprensa.pt

**CONHECER. PREVENIR. AGIR****Rute Agulhas**

As vítimas dos abusos sexuais cometidos no seio da Igreja Católica em Portugal foram eleitas Figura Nacional do ano de 2023. Para o Grupo VITA, esta decisão vem dar destaque a uma problemática de saúde pública, transversal a todos os países e continentes, quebrando uma cultura de silêncio e segredo.

Não podemos deixar de começar por salientar, no entanto, que a violência sexual ocorre, acima de tudo, no contexto familiar — por excelência, um contexto de confiança e proximidade que favorece o acesso às vítimas e à manutenção do segredo. O mundo online tem surgido também, cada vez mais, como um contexto privilegiado de acesso a crianças e jovens que, sem informação ou supervisão, acabam por tornar-se em presas muito fáceis, numa realidade em que o aliciamento é perigosamente veloz. Também o contexto do desporto tem merecido alguma atenção ao nível das questões da violência sexual, existindo diretivas europeias e políticas nacionais, de algum modo recentes, focadas na proteção de crianças e jovens.

Mas focando-nos novamente no contexto da Igreja, em particular, reconhecemos a coragem da Igreja Católica em Portugal em avançar, sem receio, para a criação de um primeiro grupo independente para o estudo do fenómeno, o que permitiu a tão necessária visibilidade. Sabemos agora aquilo que já antecipávamos — a Igreja é também palco de violência sexual contra crianças e adultos vulneráveis, agora e no passado, tal como se tem vindo a constatar noutros países. Num segundo momento, mais recente, a Igreja deu outro passo em frente, com a criação do Grupo VITA — um grupo igualmente independente e autónomo, constituído apenas por profissionais especializados com experiência nesta área.

Com o apoio da Conferência Episcopal Portuguesa, o Grupo VITA tem definido o seu caminho e um conjunto de estratégias de atuação em redor de quatro grandes eixos. Em primeiro lugar, tem criado o espaço para o acolhimento e a escuta das vítimas e sobreviventes, para a identificação de necessidades e procura de soluções. A articulação com numerosas entidades tem permitido encontrar respostas para essas necessidades, sendo a mais prevalente, até ao momento, a que se relaciona com o apoio psicológico, tendo em conta que a problemática da violência sexual deixa, muitas vezes, marcas irreparáveis durante toda a vida.

Previdente-se, ainda, que também as pessoas que estão em risco de cometer crimes sexuais contra crianças, ou

já os cometeram, encontrem neste grupo uma janela de oportunidade para um processo de acompanhamento, com vista a diminuir a probabilidade de futuros abusos. Sublinhamos que prevenir a reincidência é também uma forma de proteger outras crianças.

Um segundo eixo de intervenção diz respeito à formação e capacitação das diversas estruturas eclesiais, imprescindível para a criação de respostas especializadas que garantam respostas uniformizadas. A partilha de conhecimentos e experiências tem sido uma forma de empoderamento da comunidade católica em Portugal.

O Grupo VITA privilegia ainda um terceiro eixo, mais focado na prevenção primária ou universal da violência sexual — a curto prazo, junto das diversas estruturas da Igreja (numa perspetiva mais macrosistémica) e, a médio prazo, junto das crianças e jovens desta comunidade. Prevenir implica, assim, a criação de uma cultura de

2023 tem sido um ano marcante, dando visibilidade às vítimas silenciadas

cuidado e bom trato. Agir de acordo com esta cultura envolve a criação de políticas internas (e.g., regulamentos, códigos de conduta), o estabelecimento de procedimentos de atuação (i.e., detetar, sinalizar e acompanhar), e a promoção de ações de prevenção primária focadas nas crianças e jovens, nos vários contextos onde estes estão inseridos. A prevenção implica uma lógica de atuação multinível, na qual toda a comunidade é responsabilizada.

E por que os contornos específicos da violência sexual ocorrida no contexto da Igreja Católica são ainda muito desconhecidos, definiu-se uma linha de pesquisa e investigação com vista a melhor compreender esta realidade, já que a literatura internacional também é escassa.

O ano de 2023 tem sido, efetivamente, um ano marcante no que à violência sexual diz respeito, dando visibilidade às vítimas que estiveram silenciadas, em muitas situações, quase uma vida, ao mesmo tempo que se procura traçar caminhos de reparação e recuperação. Para tal, é necessário integrar o passado, atender às necessidades do presente e prevenir vitimizações futuras.

Para 2024 fazemos votos de que a sociedade civil em Portugal tenha a coragem de mimetizar este tipo de iniciativas, priorizando ou reforçando caminhos similares.

Psicóloga e coordenadora do Grupo VITA

PROJETOS EXPRESSO RENOVÁVEIS

Futuro Portugal é o terceiro país europeu que mais investe em energias renováveis. Mas os desafios são muitos: é preciso encurtar os prazos de licenciamento, regulação, cumprir as metas da UE e desenvolver uma rede de distribuição

Quanto menos burocracia, mais energia limpa



Existem apenas quatro parques eólicos offshore (situados em alto-mar) em todo o mundo. Portugal tem um ao largo de Viana do Castelo FOTO D.R.

Textos **ANDRÉ RITO**

Expresso



DEBATE DE ENERGIAS
A Portugal Renewable Energy Summit 2023, a grande conferência dedicada ao setor renovável no país — organizada pela APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis) a que o Expresso se associou como *media partner* — juntou mais uma vez as principais entidades públicas, governamentais e privadas para debater as últimas novidades do sector.

licenciamento, que é muito pesado. Todos queremos ter energia limpa, desde que não seja no meu quintal”, afirmou João Conceição, COO da REN, durante o painel “O papel do ORT (operador da rede de transporte) na Transição Energética e os Desafios da Regulação”. A necessidade de uma rede de distribuição assume-se, assim, como um fator decisivo, embora dispendioso.

“A infraestrutura é fundamental. Há partes negligenciadas na transição energética. Precisaremos das redes para partilhar tudo o que faz parte do sistema”, afirmou Damian Cortinas (ENTSO-E, chair of the board). “É preciso um melhor acesso ao financiamento e sobretudo capacidade para regular o sector. Um dos estrangulamentos das renováveis é não termos essa capacidade de regular.” Uma opinião partilhada por Ana Barillas (Aurora Energy Research, head of Iberia & LATAM). Referindo-se ao hidrogénio, afirma que o modelo de negócio é complexo e os custos do armazenamento

são igualmente elevados. A criação de um modelo regulatório torna-se, portanto, essencial.

Aviação a hidrogénio

Uma das grandes apostas em Portugal é na energia eólica que representa 29,3% de toda a energia produzida. Nesse aspeto, disse Giles Dickson, o país “assume-se como líder”. E a inovação não passa apenas pelos múltiplos parques eólicos que têm sido desenvolvidos. “Só existem quatro projetos, a nível mundial, de energia eólica offshore (situados em alto-mar, flutuantes) Um deles situa-se em Portugal, com três turbinas.”

O hidrogénio verde é também um dos pilares das renováveis em Portugal, que poderá permitir brevemente a redução da dependência dos combustíveis fósseis. E aqui a mobilidade e os transportes poderão ser dos sectores mais beneficiados. Pedro Guedes de Campos, diretor business development H2 and eSAF da Smartenergy, uma empresa sediada na Suíça, mas que investe também em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, afirma que a empresa está apostada em substituir

os combustíveis da aviação por hidrogénio verde. Aliás, um estudo da T&E (Federação Europeia de Transportes e Ambiente) sugere que tal possa acontecer em 2035. Até porque a aviação é responsável por 13,9% das emissões dos transportes na UE, sendo a segunda maior fonte de emissões de gases de efeito de estufa, a seguir ao transporte rodoviário.

“Podemos armazenar o hidrogénio em zonas perto do aeroporto Francisco Sá Carneiro”, afirmou Pedro Guedes de Campos. “Um combustível sintético com vantagens económicas para a aviação.” Apesar de investir também em painéis fotovoltaicos e na energia eólica, a empresa tem um parque em Matosinhos para trabalhar com hidrogénio verde “com uma equipa muito competente. São 35 pessoas vindas de empresas que estavam nos combustíveis fósseis”.

Eletricidade mais barata

A transição energética será também um fator fundamental para a redução da fatura de eletricidade nos consumidores privados. Embora o preço da eletricidade em Portugal se encontre abaixo da média europeia, ainda pesa muito no bolso dos portugueses. A União Europeia registou no primeiro semestre deste ano um custo médio de eletricidade para clientes domésticos de 28,9 cêntimos por kilowatt hora (kWh), o que corresponde a um agravamento de 14% face ao mesmo período do ano passado. Mas Portugal observou, pelo contrário, um decréscimo de 6% dos preços médios da eletricidade para as famílias, para 20,7 cêntimos por kWh. Uma coisa é certa: quanto maior for a aposta nas energias renováveis, menor será o custo da eletricidade.

sociedade@expresso.imprensa.pt

TRÊS PERGUNTAS A

Pedro Amaral Jorge



CEO da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN)

❑ No primeiro semestre deste ano, Portugal registou uma descida de -5% dos preços de eletricidade no segmento doméstico, face ao semestre homólogo de 2022. Ainda assim, perante o cenário económico português, esta energia continua cara. Concorda?

❑ Estamos abaixo da média europeia e de Espanha. Todos nos queixamos do preço da eletricidade, mas não podemos deixar de fazer uma comparação com os restantes mercados. Quanto mais energias renováveis utilizarmos, mais barata vai ficar a eletricidade. É uma das coisas que o nosso estudo traduz é que, em 2022, as renováveis conseguiram um sobreganho, refletindo uma tarifa muito mais barata.

❑ Entre 2018 e 2022 o investimento privado foi de €32 milhões. O Estado devia investir ou apoiar com benefícios fiscais empresas produtoras de energia renovável?

❑ As renováveis não precisam de subsídios nem de apoios do Estado. Precisamos de enquadramento legal e regulação, alinhados com as metas europeias. Precisamos de previsibilidade fiscal e de criar mecanismos que reduzam os custos dos projetos. Se houver estabilidade política, estabilidade regulatória e legal, o sector privado tem todas as condições para cumprir os 85% de energias renováveis em 2030.

❑ Portugal ainda tem uma grande dependência dos combustíveis fósseis. Como reduzir essa dependência? Os combustíveis têm preços muito voláteis e maior estabilidade dos preços?

❑ Temos muita dependência destes combustíveis, sobretudo na indústria. É importante eletrificar a mobilidade, as caldeiras a gás, e outros aparelhos domésticos. Vamos ter de criar muitas políticas. Temos um conjunto de estratégias de política energética que tendem a reduzir essa dependência. Mas há sectores de atividade que não podem ser eletrificados: os motores de aviação, os barcos de alto porte, e algumas indústrias que precisam de elevada temperatura, como o vidro, fundições. A solução passa pelo hidrogénio verde ou combustíveis sintéticos.

A INFRAESTRUTURA É FUNDAMENTAL. HÁ PARTES DESCURADAS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. É PRECISO UMA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

O PROJETO UNICORN FACTORY LISBOA VALEU À CAPITAL PORTUGUESA O PRÊMIO DE CAPITAL EUROPEIA DA INOVAÇÃO ATRIBUÍDO PELA COMISSÃO EUROPEIA

LISBOA É A CIDADE MAIS INOVADORA DA EUROPA. Quem o diz é a Comissão Europeia, que distinguiu a capital portuguesa com o título de Capital Europeia da Inovação, na cerimônia que decorreu a 27 de novembro, em Marselha.

O projeto Unicorn Factory Lisboa foi a base da candidatura de Lisboa aos prémios iCapital, que todos os anos distinguem as cidades mais inovadoras da Europa. O prémio mais cobiçado, "European Capital of Innovation", tem o valor de um milhão de euros e foi pela primeira vez arrecadado pela capital portuguesa.

A distinção de Lisboa enquanto Capital Europeia da Inovação, em 2023, é o culminar de um trabalho desenvolvido nos últimos dois anos. Em 2021, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, já tinha anunciado no palco principal da Web Summit a ambição de lançar uma fábrica de unicórnios e de tornar Lisboa na capital da inovação da Europa durante o seu mandato, competindo com outros grandes polos tecnológicos como Paris, Londres ou Berlim.

Em apenas dois anos, a Unicorn Factory Lisboa atraiu 54 novos centros tecnológicos para Lisboa vindos de 23 países, anunciou 10.000 postos de trabalho, lançou 13 programas de incubação e aceleração, triplicou o número de *start-ups* incubadas e alavancou a cidade em indústrias tão distintas como a saúde digital, as tecnologias Web 3 ou a inteligência artificial.

EM APENAS DOIS ANOS, A UNICORN FACTORY LISBOA ATRAIU 54 NOVOS CENTROS TECNOLÓGICOS PARA LISBOA VINDOS DE 23 PAÍSES, ANUNCIOU 10.000 POSTOS DE TRABALHO, LANÇOU 13 PROGRAMAS DE INCUBAÇÃO E ACELERAÇÃO, TRIPLICOU O NÚMERO DE *STARTUPS* INCUBADAS E ALAVANCOU A CIDADE EM INDÚSTRIAS TÃO DISTINTAS COMO A SAÚDE DIGITAL, AS TECNOLOGIAS WEB 3 OU A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Aposta na inovação social

Para Carlos Moedas, a distinção alcançada é sobretudo "uma oportunidade para investir ainda mais em inovação que mude a vida das pessoas". "Este prémio vai ser investido pela Unicorn Factory Lisboa para desenvolver projetos de inovação social e de combate à exclusão, usando a tecnologia como elevador social", adiantou o presidente da Câmara de Lisboa.

Aproveitando para "agradecer aos lisboetas o trabalho que temos feito em matéria de inovação", o autarca salientou ainda que "este prémio prova também que podemos e devemos ser mais ambiciosos, que temos tudo para ser os melhores". "Graças ao sucesso da Fábrica de Unicórnios, Lisboa venceu o prémio mais conceituado para uma cidade europeia. É um orgulho para mim enquanto responsável máximo da autarquia de Lisboa, mas é sobretudo um sinal muito forte daquilo que somos capazes de fazer quando temos ambição. Este prémio era um sonho, que tantos acharam impossível, mas que hoje trazemos para Lisboa", sublinhou Carlos Moedas.

INOVAÇÃO LISBOA É A CAPITAL DA INOVAÇÃO DA EUROPA



O PROJETO UNICORN FACTORY LISBOA FOI A BASE DA CANDIDATURA DE LISBOA AOS PRÉMIOS ICAPITAL, QUE TODOS OS ANOS DISTINGUEM AS CIDADES MAIS INOVADORAS DA EUROPA. O PRÊMIO MAIS COBIÇADO, "EUROPEAN CAPITAL OF INNOVATION", TEM O VALOR DE UM MILHÃO DE EUROS E FOI PELA PRIMEIRA VEZ ARRECADADO PELA CAPITAL PORTUGUESA



PROJETOS EXPRESSO PAÍS

Será que erradicar a pobreza é uma meta inalcançável?

Os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que no ano passado aumentou o número de pessoas em risco de pobreza. Agregados familiares monoparentais continuam entre os mais afetados pelos baixos rendimentos, assim como aqueles que vivem sozinhos registam uma taxa de risco de pobreza de 24,9%. Para os peritos, é preciso implementar medidas estruturais que permitam aumentar os salários e melhorar o acesso a serviços públicos. Sem as transferências sociais do Estado, Portugal teria hoje 41,8% da população em risco de carência Textos FRANCISCO DE ALMEIDA FERNANDES

Nos últimos quatro anos, o número de pessoas em situação de sem-abrigo aumentou 78% para mais de 10 mil
FOTO RUI DUARTE SILVA



Expresso
FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

CINCO DÉCADAS DE DEMOCRACIA
Até 2024, o Expresso e a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) vão debater as últimas cinco décadas de democracia em Portugal, olhando para o futuro. Serão discutidos 10 temas — da economia à sociedade, passando pela saúde, política e ambiente. Acompanhe, nos próximos meses, no Expresso e na SIC Notícias.

Acompanhe online
Leia no site do Expresso os artigos com as respostas às grandes questões das cinco décadas de democracia

Presente Um país que se mantém pobre geração após geração

Os dados sobre a pobreza em Portugal não são animadores, embora possam registar, neste ou naquele indicador, ligeiras melhorias. O problema, garante Joaquina Madeira, é que vivemos numa “sociedade ioiô” em que as condições de vida das famílias oscilam à boleia das crises que o país atravessa. Para a responsável da Rede Europeia Antipobreza, o país “tem esta característica da pobreza persistente e intergeracional” que é “difícil” interromper — aliás, dados do estudo “Portugal e o Elevador Social: Nascer pobre é uma fatalidade?”, da Nova School of Business & Economics, mostram isso mesmo. Dizem os autores que os adultos oriundos de famílias monoparentais têm uma probabilidade de 20% de viver em pobreza, valor que sobe para 23% no caso daqueles que cresceram em agregados com mais do que três crianças. “O facto de uma

pessoa ter uma infância pobre é um grande preditor de ter uma vida adulta pobre”, confirma o investigador Fernando Diogo. E não é caso para menos. Os últimos números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes a 2022, revelam que são precisamente as famílias monoparentais que apresentam maior risco de carência (31,2%, mais do que em 2021), logo seguidas das numerosas (23,6%, mais 0,9 pontos percentuais). “Vivemos

Carência económica é “persistente” e resultado de uma “sociedade ioiô”, que fica mais vulnerável a cada nova crise. 20% das crianças são pobres

num país que tem um número muito baixo de crianças, mas as poucas que existem têm uma taxa de pobreza bastante acima da média nacional”, lamenta o também professor da Universidade dos Açores. De facto, o INE diz que foi entre os 0-17 anos que o risco de pobreza mais cresceu entre 2021 e 2022, de 18,5% para 20,7% — mais do que os 16% verificados nos adultos até aos 64 anos (16%) e mais do que nos idosos (17,1%).

Mas o que significa estar em risco de pobreza, segundo as estatísticas? O INE esclarece que, no final do ano passado, existiam mais 81 mil pessoas nesta situação e cujo rendimento era inferior a €591 mensais. Grande parte desse aumento verifica-se na região de Lisboa, aquela que mais piorou neste indicador em todo o país — a taxa passou de 10,4% para 14,7% —, ainda que seja nos Açores que a taxa é mais elevada (26,1%). Se atentarmos aos dados sobre o número de cidadãos em situação de sem-abrigo, esse valor aumentou 78% entre 2018 e 2022, com as grandes áreas metropolitanas a serem a casa a céu aberto da maior parte destas pessoas. “Os valores hoje exercidos por habitação são geradores de pobreza para muitas famílias”, aponta Eugénio da Fonseca, presidente da Confederação Portuguesa de Voluntariado.

Futuro Apostar em reformas estruturais para eliminar as carências

Resolver um problema com décadas não é fácil e requer sobretudo coordenação de políticas sociais, implementação de medidas estruturais e compromisso político. Em período de eleições, os peritos temem que, mais uma vez, as prestações sociais e a pobreza sejam utilizadas como armas de arremesso político que, em última instância, prejudicam os mais vulneráveis. “Uma das grandes virtudes deste regime capitalista que predomina é pôr os pobres contra os pobres. O apelo que faço às forças políticas que se forem agora sujeitar ao sufrágio eleitoral é que pensem no bem comum”, pede Eugénio da Fonseca. Assistente social de profissão, Joaquina Madeira conhece bem o estigma em torno dos pobres e “não da pobreza” e faz questão de sublinhar que “a sociedade sofre” com este fenómeno. O caminho deve ser, defende, marcado pela concretização de políticas públicas efi-

cazes e coordenadas entre as dimensões nacional e local, com as autarquias a assumirem um papel importante neste combate.

Essa intervenção é fundamental, desde logo porque é o poder local que melhor conhece a realidade no seu território. Porém, Joaquina Madeira reconhece que existe “falta de recursos humanos e financeiros”, mas também uma melhor articulação de esforços entre municípios e as instituições de solidariedade social. A opinião

Objetivo da estratégia nacional passa por reduzir o risco de pobreza para 10% até 2030. É preciso “compromisso” político, aponta Sandra Araújo

é partilhada pelos especialistas ouvidos pelo Expresso, que consideram essencial que a rede de organizações não governamentais seja estruturada de forma a tirar partido das valências de cada uma e, assim, conseguir fazer uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. “Para que as políticas públicas sejam efetivas, é necessário reavaliar e reformular os mecanismos de combate à pobreza de forma a assegurar o aumento da sua abrangência, eficácia e eficiência”, acrescenta ainda Carlos Farinha Rodrigues. O professor do ISEG sugere melhorar instrumentos como o Rendimento Social de Inserção (RSI) e aumentar o seu alcance, assim como subir o valor do Complemento Social para Idosos.

Portugal aprovou recentemente a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, coordenada por Sandra Araújo, que prevê mais de 270 medidas para baixar a taxa de risco de pobreza para 10% até 2030. “Precisamos de reforçar a dimensão de igualdade de oportunidades no acesso a serviços básicos que são essenciais”, considera, citando o alargamento das creches gratuitas como exemplo. Porém, a grande preocupação da responsável é que, mesmo com mudança de executivo, se mantenha o “compromisso de priorizar o tema da pobreza e de cumprir as metas”.

SOLUÇÕES DE POUPANÇA REFORMA

Daqui até à reforma é um saltinho.

Conheça as soluções
com subscrição online.

Por muito que falte para a reforma, nunca é cedo demais para começar a planeá-la e para começar a poupar. Por isso, na Caixa, damos uma ajuda a dar esse salto, com as Soluções de Poupança Reforma, que se adaptam à fase da vida em que se encontra e aos seus objetivos. E se pensa que “reforma” é uma palavra grande e pesada, na Caixa, pode começar a poupar com quantias tão pequenas como 10 € por mês.

Informe-se também sobre os benefícios fiscais. Porque se daqui até à reforma é um saltinho, o importante é dar o primeiro passinho.



Caixa. Para todos e para cada um.



INTERNACIONAL ISRAEL

Dilema Comunidade internacional pressiona para que o cessar-fogo se torne permanente; em Israel, extrema-direita quer regresso à guerra. Sondagens mostram quebra acentuada do Governo. Hamas tem uma arma principal: os sequestrados

Netanyahu entre política interna e pressão global



Reféns israelitas libertados no dia 30 durante a pausa de dias na guerra que dura há quase dois meses na Faixa de Gaza. FOTO: MENAHEM KAHANA/AFP/GETTY IMAGES

ANA FRANÇA

Estavam os reféns presos na Faixa de Gaza há quase um mês quando o ministro do Patrimônio israelita, Amihai Eliyahu, afirmou na rádio pública que lançar uma bomba nuclear sobre aquele território palestino era “uma das opções” disponíveis para eliminar o Hamas. Antes já defendera que não existe “população não-combatente” entre os 2,2 milhões de pessoas que habitam Gaza.

Eliyahu é membro do partido supremacista religioso Poder Judaico, membro da coligação que sustenta o Governo de Benjamin Netanyahu. As críticas a estas diatribes “afastadas da realidade”, como o próprio primeiro-ministro classificou a intervenção de Eliyahu, foram imediatas. O ministro foi suspenso, mas não afastado. Os dois principais jornais de Israel em língua inglesa, o “Times of Israel” e o “Haaretz”, escreveram editoriais a pedir o seu afastamento imediato ou, no caso do “Haaretz” (mais à esquerda), a exigir a saída de toda a extrema-direita do Knesset, o Parlamento de Israel. Porém, é pouco provável que Netanyahu decida, por iniciativa própria, demolir os alicerces do edifício político que anda a construir desde a sua primeira eleição, em 1996.

A politóloga Dahlia Scheindlin, que recentemente assinou um texto na revista “Foreign Affairs” a detalhar as percentagens, sondagens e resultados eleitorais em Israel nos últimos 40 anos, prevê que o número de pessoas que se identificam com campos políti-

cos mais à direita se vá manter estável no futuro próximo. A História mostra que, depois de conflitos violentos, é nela que votam os israelitas.

Cessar-fogo em risco?

“Há muitos anos que os analistas políticos avisam sucessivos Governos de que a situação na Palestina prejudica a segurança de Israel. Até generais das Forças de Defesa de Israel (IDF) já o disseram, e nada fez o Governo mudar de rumo. E o público, se é que ouviu os alertas, também nada fez”, começa por dizer ao Expresso. “Em 2017 realizei uma sondagem em que 70% dos israelitas disseram que a forma como o Governo estava a lidar com Gaza piorava a insegurança no país. Mas o que essas pessoas pediam era que o Governo fosse mais duro, por isso estavam insatisfeitas, não por causa da falta de esforços no sentido da paz. Isso seria uma viragem à esquerda. Não via então e não vejo agora essa possibilidade em Israel”, acrescenta Scheindlin ao telefone, de Telavive.

Bezalel Smotrich, ministro das Finanças e líder do partido Sionismo

Religioso, avisou no X (ex-Twitter) que o alargamento do atual acordo de cessar-fogo “não está na ordem do dia, nem sequer como sugestão, porque este plano tem como objetivo eliminar o Estado de Israel”. Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional de Israel e líder do partido Poder Judaico, foi mais longe. “Parar a guerra = dissolução do Governo”, ameaçou na mesma rede social. Ben-Gvir e outros dois ministros do seu partido foram os únicos deputados a votar contra as condições para a libertação de reféns israelitas, por recusarem a libertação de palestinos e a entrega de ajuda humanitária em Gaza.

Scheindlin espera grande pressão da comunidade internacional, e diz que Netanyahu está a preparar terreno para ceder. “É esperado, até sabido, que os Estados Unidos vão pressioná-lo para um cessar-fogo longo. Netanyahu até já está a vender essa saída aos israelitas, repetindo o mantra de que Israel precisa não só de ajuda militar como de apoio diplomático. Ainda está na fase de ser durão, mas a sua capacidade de mudar de opinião em horas, ou poucos dias, é uma das suas principais características.”

A extrema-direita não está no gabinete de guerra, o que tem diminuído a sua intervenção. Ainda assim, Netanyahu depende de alguns destes radicais para se manter no poder e evitar os processos judiciais em que está acusado de fraude, quebra de confiança, e de ter aceitado subornos. O Executivo poderia sobreviver sem os seis deputados do Poder Judaico, uma vez que a coligação centrista Unidade Nacional (12 lugares), liderada pelo ex-comandante das IDF Benny Gantz, se juntou a Netanyahu

no esforço de guerra. Em legislativas o cenário voltaria a ser de rivalidade. Nas 40 semanas que antecederam a guerra, milhares de israelitas manifestaram-se contra os esforços de Netanyahu para enfraquecer o poder dos tribunais. Desde então, as sondagens só pioraram para o seu lado.

Solução está no centro

Uma delas, publicada dia 24 no jornal “Maariv”, já depois de anunciada a libertação de reféns (que em teoria lhe seria favorável), mostra que a coligação governante perderia 23 dos seus 64 lugares no Knesset (num total de 120). O apoio ao partido Likud, de Netanyahu cai drasticamente: poderia perder quase metade dos seus 32 lugares. Três quartos dos israelitas consideram que o primeiro-ministro deveria demitir-se, depois ou mesmo ainda durante a guerra.

Guy Porat, professor de ciência política na Universidade Ben-Gurion, em Beersheva, no centro de Israel, frisa que a composição do Governo israelita, que inclui a extrema-direita, é o maior impedimento a uma solução

duradoura. “Vai haver pressão muito forte dos Estados Unidos e de outros países para uma solução política, e aí terá de surgir uma espécie de força de paz internacional, com Estados Unidos, Egito, Arábia Saudita, Catar, Autoridade Palestina... Israel vai ter de ceder na Cisjordânia, uma vez que nem Mahmud Abbas [líder da Autoridade Palestina] nem os países árabes aceitarão governar Gaza sem um acordo político mais alargado. E tenho muitas dúvidas de que o atual Governo israelita seja capaz de concessões.” Só vê uma solução: “Espero que os israelitas votem mais ao centro. A extrema-direita será sempre a extrema-direita, ficará na sua marginalidade estável. A responsabilidade está nas mãos da maioria.”

Quarta-feira, dez mulheres e crianças israelitas, dois russo-israelitas e quatro tailandeses foram libertados, bem como 30 palestinos presos em Israel. O acordo pode prolongar-se, uma vez que ainda há mais de 100 reféns detidos pelo Hamas e mais de 5 mil palestinos presos. Por agora, a trégua serve a todos: permite que o Hamas reorganize as suas forças, o passo que para Israel, o regresso dos reféns funciona como alívio momentâneo do trauma.

A medida que os dias passam, é o Hamas quem mais tem a ganhar. Por cada grupo de palestinos libertados, as ruas da Jordânia enchem-se de festa, que celebra o movimento por tê-los trazido de volta. Em breve, os parceiros internacionais de Israel podem começar a considerar a violência brutal que atordou Gaza nos últimos dois meses cada vez mais extemporânea e com menos sentido.

franca@expresso.impressa.pt

“É ESPERADO, ATÉ SABIDO, QUE OS EUA VÃO PRESSIONAR PARA UM CESSAR-FOGO LONGO”, DIZ A ANALISTA DAHLIA SCHEINDLIN

“NEM MAHMUD ABBAS NEM OS PAÍSES ÁRABES ACEITARÃO GOVERNAR GAZA SEM UM ACORDO POLÍTICO ALARGADO”, DIZ O PERITO GUY PORAT



Guerra e Paz

Miguel Monjardino
guerraepaz.expresso@gmail.com

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA AINDA NÃO COMEÇOU

depois temos uma pergunta: como tem vindo a decorrer a transição energética?

A COP28, Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, começou ontem no Dubai. Cerca de 70 mil participantes estarão presentes. Uma das mensagens que

ouviremos, repetidas vezes, nas próximas duas semanas é que a trajetória da transição energética internacional está a ocorrer rapidamente. A COP28 também é um negócio que precisa de consumidores.

O aquecimento global é uma matéria que desperta emoções cada vez mais intensas.

Acresce que os interesses económicos, tecnológicos e financeiros envolvidos na transição energética são enormes. Daí a importância dos factos e da historicidade do problema na avaliação séria deste tema.

Começando pelos primeiros, a Statistical Review of World Energy, publicada em junho passado, revela que o consumo mundial de energia continua a aumentar. É natural. O crescimento económico é prioridade para todos os governos e ainda há mais de mil milhões de pessoas sem acesso continuado à eletricidade. A contribuição da energia solar, eólica, hidroelétrica e nuclear para o consumo atingiu o valor mais elevado de sempre. Esta é uma boa notícia.

O problema é que o petróleo, o carvão e o gás natural conti-

nuam a ser responsáveis por cerca de 80% do consumo de energia. Segundo a Agência Internacional de Energia, o pico da procura de energias fósseis só deverá ser atingido no final desta década. O ponto essencial a reter é que o mais relevante para a descarbonização não é a introdução das energias limpas, mas a diminuição drástica do consumo do petróleo, carvão e gás natural. Estamos muito longe desse ponto. Ao contrário

do que é dito regularmente, a transição energética ainda não começou.

A primeira vista, as políticas climáticas dos governos da União Europeia e do G7 deveriam ter acelerado a transição energética. A retórica política e a comunicação social sugerem que isto está a acontecer. O que está em discussão nas nossas sociedades é o ritmo a que esta transição deverá ocorrer. Todavia, num ensaio publicado na revista científica "Energy Research & Social Science", Masahiro Suzuki, Jessica Jewell e Aleh Cherp argumentam que a rapidez do crescimento das energias renováveis na Europa e no G7 não é superior em termos históricos ao da introdução de outras tecnologias.

Ao longo da História, a energia foi essencial para

a evolução da Humanidade. Continua a ser fonte de poder nas sociedades, indústria e política internacional. Se quisermos mesmo tentar evitar uma subida significativa da temperatura na próxima década, teremos de desenvolver energias menos poluentes de forma extremamente rápida, ao mesmo tempo que as sociedades continuam a desenvolver-se economicamente e o consumo de eletricidade aumenta. Este processo, que terá de ser simultâneo, deverá manter-se muitos anos para começarmos a descarbonizar as economias. A dificuldade é que não existem precedentes históricos para uma transição energética deste tipo. Sabemos, todavia, que os efeitos de tudo isto serão enormes. Prepare-se.

A energia continua a ser fonte de poder nas sociedades, indústria e política internacional

ESTADOS UNIDOS

“Mein Trumpf” será piada ou aviso?

Pressionado pelos tribunais, ex-Presidente ataca os pilares da democracia. Peritos pronunciam-se ao Expresso

RICARDO LOURENÇO
Correspondente nos EUA

Do anúncio da primeira corrida à presidência, em 2015, até à atual recandidatura, Donald Trump apostou sempre em discursos impetuosos. Lembre-se o da tomada de posse, há cerca de sete anos, em que uma das expressões-chave foi “carnificina americana”.

A base do eleitorado que o apoia embebece-se com o estilo “sem filtro” de um político que “diz aquilo que pensamos”, conta ao Expresso Dan Moore, operário do Leste do Ohio. Após ter votado em Barack Obama em 2008 e 2012, culpou-o pelo de facto da cintura industrial.

Desde o verão passado, porém, à medida que se amontoam em tribunal, da tentativa de golpe de Estado, em Washington, à retenção de material ultrasecreto na mansão privada, na Flórida, passando pela tentativa de manipulação dos resultados eleitorais na Geórgia, os comícios do pré-candidato republicano à Casa Branca marinam em linguagem apocalíptica. Trump sugeriu, por exemplo, a “suspensão de normas”, mesmo as “previstas na Constituição”, e a “detenção” de rivais políticos.

Erradicar os “vermes”

No início deste mês, numa celebração do feriado do Dia dos Veteranos, afirmou: “Iremos erradicar os comunistas, os marxistas, os fascistas e os bandidos de esquerda que vivem como vermes nos confins do nosso país e que mentem, roubam e viciam eleições. Eles farão de tudo para destruir a América e o sonho americano”. No contexto da comunicação política, a palavra “vermes” é conotada com a terminologia de Adolf Hitler. Aludindo a isso, na semana passada a publicação satírica “The Cagle Post” publicou um cartoon de Trump retratado como cópia do ditador nazi. Nele, o pseudo-Führer de bigodinho loiro dirige-se às massas, de dedo em riste, de um púlpito com um dístico onde se lê: “Mein Trumpf”. É referência a “Mein Kampf” (“A Minha Luta”), o manifesto autobiográfico de Hitler.

Historiadora especializada em fascismo, autoritarismo e propaganda, Ruth Ben-Ghiat explica que as palavras de Trump “sinalizam” uma prática banalizada pelos fascistas. “Fa-



Donald Trump continua a ser o favorito à nomeação pelo Partido Republicano para as presidenciais de 2024

zem sempre duas coisas. Por um lado, insistem em mudar a noção de violência, tornando-a necessária, patriótica e moralmente correta. Por outro, querem que as pessoas mudem a perceção dos alvos a abater e, por isso, utilizam linguagem que os desumanizam.” No caso de Hitler, o recurso a palavras como “vermes” e “parasitas”, associadas aos judeus, remontou ao início da década de 20. Quando chegou ao poder, em 1933, o déspota convenceu de imediato multidões, pois “a desumanização processava-se há muito”, constata Ben-Ghiat.

Os fascistas tornam a violência “necessária, patriótica e moralmente correta”, alerta a historiadora Ruth Ben-Ghiat

Antigo conselheiro do Congresso dos Estados Unidos, o historiador Daniel P. Franklin confessa ter hesitado em chamar fascista a Trump. As recentes atitudes fizeram-no mudar de ideias. “A sua presença normalizou-se. É tratado como mais um político por uma população distraída e por aliados aterrorizados. É o caminho para o desastre. Os fascistas europeus tiveram êxito quando se aliaram a elites amedrontadas face ao caos na sociedade promovido por eles mesmos. Chegadas ao poder, rodream-se de seguidores cegos e afastaram as tais elites, erradicando-as até.”

Banalização do vocabulário

O receio coletivo não é novo. Em 2016, após a vitória de Trump nas presidenciais, a imprensa americana refletiu sobre se a mesma representava a consolidação de um modelo de ultranacionalismo. As fontes ouvidas concluíram que o multimilionário teria tendências autoritárias, decerto autocratas, mas fascistas... a comparação parecia excessiva até devido à carga ideológica do termo e ao seu contexto histórico.

“Hoje observamos que houve uma aceleração dessas caracte-

risticas”, diz Joanne Freeman, historiadora da Universidade de Yale. “Trump sente-se encorajado pelas comparações a Hitler, Mussolini e a Estaline, que está no polo oposto do fascismo mas foi um ditador sanguinário. Ele sabe a linguagem que usa. Quando fala de “inimigos do povo”, referindo-se aos jornalistas, sabe — toda a gente lhe explicou — que foi a expressão usada por Estaline como pretexto para enviar pessoas para os gulags.”

Mais cauteloso, David Flaherty, ex-membro do Comitê Nacional Republicano (órgão máximo do partido), alerta para a “qualificação simplificada” do magnata nova-iorquino. “Ao fim de quase uma década a chamar-lhe essas coisas, os media estarão a banalizar o vocabulário. É como na história do rapaz e do lobo, o que é terrível, por parecer evidente que a retórica de Trump se radicalizou.”

Este perito usa como referência o livro “A Anatomia do Fascismo”, de Robert Paxton, um clássico sobre o fenómeno. Comparando-o ao trumpismo, torna-se evidente que termos como “vermes” e “escória” são os preferidos de Hitler, Mussolini e Trump. Acresce que os movimentos criados por aqueles ditadores europeus tinham

uma componente militarista. Os Camisas Negras, por exemplo, projetaram força de forma mais avassaladora do que os Proud Boys, um dos pilares do braço armado do trumpismo.

Ao contrário de Mussolini e Hitler, Trump nunca demonstrou o desejo de limpeza étnica a nível interno e não se considerava um expansionista. “Trump não quer invadir a Polónia”, ironiza Flaherty, apontando à ação armada que marcou o início da II Guerra Mundial. “Quer abandonar a Polónia. Aliás, quer abandonar toda a Europa.” Tais diferenças le-

“Em 2024, dois terços votarão na economia. Pensaremos na democracia depois”, prevê Dan Moore, operário do Ohio

vam este republicano a preferir a denominação “democrata liberal”.

Promessa de “retribuição”

Projetando um eventual segundo mandato, Trump já anunciou que será guiado pelo “desejo de retribuição”, ou seja, acerto de contas com os opositores. Mais de três anos após as últimas presidenciais, insiste que houve “batota” e que os resultados foram “viciados”. Até hoje, foi desmentido por mais de 60 tribunais estaduais e federais, não raro com juízes nomeados pelo seu próprio partido.

A cultura americana tem uma expressão que pode ajudar a antecipar os planos de Trump: “O melhor indicador do comportamento futuro é o comportamento passado.” Ben-Ghiat acha que “assenta como uma luva” ao antigo chefe de Estado. Inspirada pela frase de Mark Twain, a historiadora recorre à memória. “Trump chegou a perguntar a John Kelly [seu segundo chefe de gabinete] por que é que os generais americanos não se comportavam como os obedientes generais de Hitler. Kelly disse-lhe que os tais generais obedientes tentaram matar o líder nazí três vezes. Trump não se convenceu.”

Relativamente a outro anúncio recente, o de “perseguição criminal” de rivais, Trump não adiantou pormenores mas indicou que o Departamento de Justiça “carece de independência”. Assim, como durante o primeiro mandato, caberia aos poderes legislativo e judicial impedir abusos de poder. “Sobretudo os tribunais, pejaados de magistrados nomeados por ele”, lembra Ben-Ghiat. “Serão a última linha de defesa da democracia americana.”

De volta ao Ohio, Moore desvaloriza o debate sobre as ameaças ao regime democrático. “Há gente que gosta de franzir a sobrancelha e falar de temas complexos.” O Expresso pergunta-lhe se não está preocupado. “A inflação preocupa-me mais. Sabem quanto aumentou um Big Mac no último ano? Quase um dólar”, diz, mencionando a popular sanduíche do McDonald’s que custa 5,8 dólares (€5,3) e de que são vendidas mais de 600 milhões por ano. “Por não estar em Washington, sei fazer contas e ler. Nas próximas eleições dois terços dos americanos votarão na economia. Pensaremos na democracia depois.”

internacional@expresso.imprensa.pt

FOTO: BRANDON BELLE/Getty Images

ESPANHA

Seca extrema à porta do inverno

Catalunha e a Andaluzia **limitam consumo de água** devido à baixa precipitação e à subida da temperatura

GORKA CASTILLO
em Madrid

À falta de água, dinheiro. Uma chuva de milhões de euros salvará o Parque Nacional de Doñana da desertificação. Assinado na terça-feira, um acordo entre os governos espanhol e andaluz injetará €350 milhões na província de Huelva, para que os agricultores das inúmeras estufas de morango deixem de explorar os aquíferos e deem trégua à maior zona húmida do sul da Europa. “Evita a morte de Doñana a curto prazo, mas não soluciona o grave problema da água em Espanha. É necessária planificação urgente a médio e longo prazo, porque 75% do país está em risco de desertificação”, afirma o engenheiro agrônomo Santiago Martín Barajas, diretor da consultoria independente Estudios Medioambientales y Territoriales.

Os relatórios científicos da última década apontam na mesma direção: Espanha está a secar. As reservas hidráulicas estão a menos de 35% da capacidade e a média de chuva anual caiu para menos 16% do que há dez anos, segundo a Agência Estatal de Meteorologia. Por conseguinte, 31,6% da superfície peninsular está em “seca prolongada”, indicam ao Expresso fontes do Ministério da Transição Ecológica. “Há que somar a estas condições anormais a subida da temperatura média”, acrescenta Barajas. Comunidades autónomas como a Catalunha e a Andaluzia estão em alerta vermelho.

1400 litros em vez de 1900

“A situação é grave”, corroborou o perito em alterações climáticas e transição energética Juan Bordera. Os cientistas não estão otimistas. “Estamos dois anos atrasados e não vamos recuperar num mês. O que assusta não é não chover o suficiente no que resta do outono e no inverno. É que na primavera e no verão as reservas de água, que já estão



Barcos no leito de um rio seco em Portomarín, na província galega de Lugo FOTO CARLOS CASTRO/EUROPA PRESS/GETTY IMAGES

Milhares de cidadãos em províncias como Córdova e Málaga estão há meses sem água em casa

à justa, vão desaparecer para a rega e o consumo, em muitas zonas”, adverte.

Na Catalunha, a crise hídrica supera a persistente seca que assolou a região em 2008 e que forçou as autoridades a importar água de França, em grandes barcos, para abastecer os quase dois milhões de habitantes de Barcelona. As altas temperaturas, a escassez de chuva e os baixos níveis das 66 barragens catalãs fazem da atual seca a pior de sempre em

extensão — mais de 50% do território — e intensidade — a água armazenada é metade da de há dez anos.

Nos últimos três anos, chegaram 1400 dos 1900 litros esperados por metro quadrado. O pior é que o serviço meteorológico catalão não prevê mudanças na precipitação durante os meses de inverno. O conselheiro regional da Ação Climática, David Mascort, decretou o estado de pré-emergência em toda a Catalunha. “A água que nos sobra nas barragens durará conforme formos capazes de está-la”, asseverou, rotundo e aterrador.

O governo regional começou a licitar obras no Porto de Barcelona para trazer mais água potável em barcos e evitar ativar a fase mais dura do Plano Especial de Seca, con-

cebido em 2020 para incentivar à poupança de água no consumo humano. O executivo catalão poderá ordenar a redução do consumo para 210 litros por pessoa e dia para os seis milhões de habitantes abastecidos pela bacia Ter-Llobregat, que alimenta Barcelona e Girona.

Outro foco alarmante está na Andaluzia. Apesar do acordo *in extremis* para Doñana, os aquíferos continuam em mínimos e as duas centenas de barragens andaluzas não atingem 20% da capacidade. Embora setembro e outubro tenham tido precipitações acima da média, o ano tem sido seco nas bacias hidrográficas da Catalunha, Guadiana, Douro, Ebro e no leste e sul da Andaluzia, onde as restrições se converteram em cortes de água.

Espanha é o país da União Europeia com mais barragens por habitante, 374, com capacidade de armazenamento de 56 mil hectómetros cúbicos. Não obstante, milhares de cidadãos em províncias como Córdova e Málaga estão há meses sem água em casa. “Não se cumpre a prioridade do abastecimento humano. Quando há seca, não se deve mexer nele. Seria preciso restringir os usos hidroeléctricos ou agrários, coisa que não está a suceder”, diz Bordera.

Um exemplo é o da bacia do Guadalquivir, “zona de seca excepcional” desde 2 de novembro. “Há um problema de sobre-exploração dos recursos hídricos”, afirma Barajas. Na serra de Cádiz, o enorme pântano de Zahara de la Sierra, com capacidade para 230 hectómetros cúbicos, está a 3%

da capacidade. “Um desastre completo que deveria motivar uma revisão profunda da gestão de um recurso básico”, defende Barajas.

Na opinião dos especialistas, a dramática escassez de água não se deve apenas à descida da pluviosidade. O consumo excessivo pelo regadio afeta as cinco principais bacias hidrográficas espanholas. “Temos de nos adaptar à nova situação, mas ninguém está a fazê-lo”, admite o cientista.

Culturas com muita sede

Erika González, responsável pela gestão da água na organização Ecologistas em Ação, concorda. “Existe uma mentalidade desenvolvimentista no Ministério do Ambiente e nas comunidades autónomas, que não cessam de fomentar a criação de regadios.” Um relatório recente da Greenpeace revela que 80% da água em Espanha se destina à agricultura extensiva e a culturas lenhosas, como olival, vinha e amendoal, que exigem água abundante. “Ter mais meio milhão de hectares semeados do que há 20 anos é insustentável”, admite González.

Outro estudo, do Observatório Espanhol da Sustentabilidade, detetou em 2022 que 16,2% do regadio está em zonas com aquíferos em mau estado ou vulneráveis à contaminação, e 3,7% ficam em locais gravemente afetados pela mudança climática. Espanha é o principal exportador de frutas e hortaliças no mundo. Pese embora o alerta dos cientistas, os regadios cresceram 16% nos últimos dez anos, cobrindo 8% do país. “Quatro milhões de hectares, valor que nos leva ao colapso hídrico”, assegura ao Expresso o diretor do Observatório, Fernando Prieto. Com as barragens a 47% da capacidade, “a planificação hidrográfica para os próximos anos regista aumentos de regadios em bacias como Ebro, Douro, Guadiana ou Segura”.

internacional@expresso.impresa.pt

FRANÇA

Debate sobre migrações revela fratura social

Parlamento debate nova lei sobre migrações, enquanto radicais agitam a rua aludindo a um suposto “conflito étnico”

“A imigração mata”, “Islão fora da Europa”. Palavras de ordem xenófobas ouvem-se com insistência nas ruas francesas ao longo dos últimos dias. Grupos de extrema-direita — que o Governo anunciou, esta semana, quer desmantelar — saem em várias cidades, por vezes encapuzados e armados com barras de ferro ou tacos de basebol. Na origem deste reacendimento do debate identitário está o esfaqueamento do adolescente Thomas, de 16 anos,

há duas semanas, numa rixa durante uma festa na pequena vila de Crepol (Sueste). O inquérito preliminar sugere que a briga não foi premeditada, antes se devendo a “motivo fútil”, por um comentário acerca de “um corte de cabelo”. Há nove suspeitos, três deles menores, de envolvimento nas agressões, que deixaram outras 16 pessoas feridas.

Alguns dos acusados terão crescido a 20 quilómetros do local do crime, num bairro desfavorecido do município de Romans-sur-Isère, onde ultranacionalistas se têm manifestado. Apesar de as autoridades não terem revelado a identidade dos suspeitos, a ex-

trema-direita cedo associou o esfaqueamento à comunidade árabo-muçulmana.

Marine Le Pen discrimina

A saída à rua de neonazis não mereceu a condenação do ex-candidato presidencial ultranacionalista Eric Zemmour, que prefere atirar-se à “ultramigração”. Em Lisboa, Marine Le Pen lamentou que em França houvesse “bairros que se tornaram zonas estrangeiras”, em alusão ao conceito xenófobo que diferencia “franceses de origem” e “franceses de documento”.

As autoridades têm sob vigilância 1300 radicais de direita. No Parlamento, o Governo acusou militantes do Reagrupamento Nacional, de Le Pen, de incitarem extremistas com declarações “incendiárias”. “Preferem opor a França rural e tranquila, católica e branca, à França das cidades, dos Mohammed”, afirmou o ministro da Justiça, Eric Dupond-Moretti.

À medida que a extrema-direita cresce — é, desde o ano passado, o maior partido da oposição —, os debates identitários parecem omnipresentes. Éric Ciotti, líder do partido Os Republicanos (centro-direita), fala de “racismo antibranco”. Esta semana propôs uma revisão constitucional que permita desrespeitar os tratados europeus para fazer face à “problemática maior que é a imigração”.

Para os deputados do Renascimento (de Emmanuel Macron) isso seria um “Frenxiti” disfardado. O centro-direita tem-se aproximado de ideias históricas dos Le Pen. Há duas semanas, Os Republicanos, em maioria no Senado, aprovaram a eliminação da “ajuda médica de Estado”, que permite a migrantes sem papéis acesso praticamente gratuito ao serviço de saúde francês, acabaram com a concessão automática de nacionalidade a quem nasce em França de pais estrangeiros e limitaram as prestações sociais a migrantes que traba-

lham há menos de cinco anos em França. A isto opõem-se, na câmara baixa, a esquerda e a coligação centrista que apoia o chefe de Estado.

Macron tem, porém, um problema. Na campanha eleitoral de 2022 prometeu uma nova lei sobre migrações, que reforce “o controlo das fronteiras”, e precisará — após discussões finais, que começam em dezembro — dos conservadores para aprovar uma versão final do documento. Tentando agradar à esquerda e à direita, acenou com duas bandeiras: facilitar a expulsão de estrangeiros problemáticos, mas também legalizar os irregulares que trabalham em sectores com escassez de mão de obra. Reações:

Para escapar à irrelevância, a direita gaullista parece rendida à agenda identitária

a esquerda votará contra essa “visão utilitarista” e a direita mostra-se simplesmente contra a documentação de irregulares.

No limite, o Executivo pode passar a lei por decreto, sem votação parlamentar, mas corre o risco de uma moção de censura. O certo é que os motores para as eleições europeias de junho parecem estar a aquecer e o centro-direita, muito atrás de Le Pen nas sondagens, procura fugir à irrelevância. Nova Europa fustigada pelos populismos. Geert Wilders, anti-islão e eurocético, ganhou as legislativas nos Países Baixos. Para alguns analistas, “a extrema-direita está a ganhar o debate cultural”. Em França, os herdeiros do gaullismo parecem rendidos à agenda identitária. François-Xavier Bellamy, eurodeputado e putativo cabeça de lista republicano ao Parlamento Europeu, falou, esta quarta-feira, de “conflito étnico que está a matar a França”.

GUILHERME MONTEIRO
em Paris
internacional@expresso.impresa.pt

HONG KONG



Protestos à porta do tribunal onde 47 ativistas pró-democracia estão a ser julgados
FOTO PETER PARKS / AFP/GETTY IMAGES

Não há júri nem justiça

Acusações contra ativistas pró-democracia geram preocupações

SALOMÉ FERNANDES

Arrancaram esta quarta-feira as alegações finais do maior julgamento ao abrigo da Lei de Segurança Nacional em Hong Kong. Ativistas e políticos pró-democracia enfrentam penas que podem ir até à prisão perpétua. Em causa está o caso que levou 47 pessoas a tribunal por “conspiração para cometer subversão”, após terem organizado ou participado nas eleições primárias não-oficiais do campo democrata em julho de 2020.

Nesse ano, a então chefe do executivo da região, Carrie Lam, fez saber que a coordenação dos democratas para ganharem uma maioria e poderem vetar o orçamento governamental podia constituir uma forma de “subverter o poder do Estado”, escreveu o jornal britânico “The Guardian”. A China acabou por considerar as primárias “ilegais”.

“É, sem dúvida, um dos julgamentos da Lei da Segurança Nacional [NSL, na sigla inglesa] mais importantes até ao momento. O resultado vai enviar um sinal claro de como a NSL está a ser usada para atingir vozes políticas pró-democracia mais *mainstream* e como foi usada para dizimar os parti-

dos políticos pró-democracia. Infelizmente, parece que o resultado já é demasiado claro”, respondeu ao Expresso Thomas Kellogg, diretor executivo do Georgetown Center for Asian Law, acrescentando que a taxa de condenação em casos relacionados com esta lei “permanece nos 100%, sem sinais de mudanças para breve”.

Criminalização da política

Entre as personalidades envolvidas no caso estão o professor de direito Benny Tai, o líder estudantil Joshua Wong e a antiga jornalista Gwyneth Ho. Segundo a agência Associated Press, o procurador Jonathan Man argumentou em tribunal que os meios ilegais para subverter o poder estatal não passam necessariamente pelo uso da força ou violência, remetendo para a possibilidade de manipulação de redes sociais e outras formas de comunicação para que haja pessoas a “pôr em perigo a segurança nacional”. Por sua vez, um dos advogados de defesa disse que a procura de responsabilização de quem está no poder “não pode ser subversão”.

Kellogg entende que o julgamento de arguidos que não defenderam ou estiveram envolvidos em violência, sujeitos a

penas de vários anos de prisão, “ilustra quão normal é estar a ser criminalizada a atividade política pacífica em Hong Kong, com a NSL como ferramenta principal do Governo para reprimir a oposição política”.

A Lei de Segurança Nacional entrou em vigor há mais de três anos, depois de ser aprovada em Pequim. O chefe do Governo de Hong Kong, John Lee, afirmou recentemente que o território vai adotar a sua própria lei de segurança nacional no próximo ano, defendendo que deve proteger-se “contra quem procura provocar conflito, desinformar ou espalhar rumores por vários meios”.

Fiança rejeitada

Segundo a CNN internacional, o julgamento decorreu sem júri e 32 dos arguidos viram o pedido de fiança ser rejeitado, estando detidos desde 2021. A maioria dos arguidos declarou-se culpada.

“O tratamento judiciário do caso dos 47 tem sido dececionante — há fortes razões para questionar a independência da justiça com base na forma como tem tratado este caso. Infelizmente, os juizes que lidam com este processo deram ao Governo, em grande parte, praticamente tudo o que pe-

diu na frente processual”, observou Kellogg. O diretor do Georgetown Center for Asian Law entende que detenções de longa duração antes de julgamento podem “aumentar a pressão sobre os arguidos para se declararem culpados” e contribuir “para percepções entre os arguidos sobre falta de independência judicial”.

Este ano, peritos das Nações Unidas levantaram preocupações com o recurso a “julgamentos em massa” nos casos referentes à Lei da Segurança Nacional e a forma como podem afetar de forma negativa o direito a um julgamento justo.

Margaret Satterthwaite, relatora especial sobre a independência de juizes e advogados nas Nações Unidas (ONU), mostra-se preocupada com a natureza das acusações, que lhe parecem relacionadas com atividades protegidas pelo direito humanitário internacional. “Estas disposições relacionadas com segurança nacional levantam questões de legalidade e limitação indevida da liberdade de expressão, bem como implicações de direitos humanos negativos para Hong Kong, incluindo através do efeito inibidor nos indivíduos e na sociedade civil”, analisa em resposta escrita ao Expresso.

sfernandes@expresso.imprensa.pt

MYANMAR

Desespero leva rohingya a escolhas “perigosas”

Relator da ONU defende corte de “dinheiro, armas e legitimidade” à junta e destaca “desespero” da minoria muçulmana

O relator especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar, Tom Andrews, apela a uma resposta regional de emergência para o crescente número de refugiados rohingya que chegam à Indonésia em barcos sobrelotados. Descritos pelas Nações Unidas como “uma das minorias mais perseguidas e menos desejadas do mundo”, os rohingya acabaram por se tornar o “ângulo morto” das notícias que chegam da antiga Birmânia após o golpe militar de 1 de fevereiro de 2021 e a insurreição que se lhe seguiu. Nos últimos dias, a minoria muçulmana a viver no estado de Raquine, no noroeste de um país predominantemente budista, voltou a receber alguma atenção mediática.

Face à deterioração das condições nos campos de refugiados do vizinho Bangladesh, para onde parte substancial fugiu devido à campanha de limpeza étnica e repressão militar iniciada em 2016, os rohingya têm procurado alternativas. Só numa semana, mais de 1000 chegaram de barco à província indonésia de Aceh. Ficam “nas mãos de contrabandistas sem escrúpulos” que lhes prometem “passagem segura”, na realidade feita em “barcos sem condições para navegar”, conta o relator ao Expresso. “Completamente desesperados” e com os filhos “a passar fome”, acabam por fazer “escolhas perigosas”. Embarcar afigura-se-lhes como “a melhor entre as opções muito más” de que dispõem, prossegue Andrews.

Ajuda externa tem caído

Acresce que os rohingya “não estão autorizados a trabalhar” nos campos de refugiados, pelo que “dependem totalmente de doações e da caridade”. Ora, a ajuda humanitária tem decrescido à medida que aumentam as catástrofes no mundo: é pelo menos esta a justificação que o relator diz ter ouvido de muitos representantes dos Estados-membros da ONU para a redução dos apoios.

Desenvolvimentos recentes apontam para um crescendo de instabilidade: a 27 de outubro, uma aliança de movimentos insurgentes lançou uma ofensiva contra o exército de Myanmar e tomou dezenas de posições militares perto da fronteira com a China, o que levou Pequim a iniciar exercícios militares. Desde o início da ofensiva, centenas de militares e polícias desertaram e juntaram-se aos rebeldes. Por sua vez, Jacarta reforçou as patrulhas marítimas para travar o desembarque de novos refugiados rohingya.

Mais sanções e novos apoios

Andrews defende que “a crise só irá piorar se não se abordar a sua causa profunda — a junta militar ilegal de Myanmar” — e apela a que lhe sejam retiradas “as três coisas que a sustentam: dinheiro, armas e legitimidade”. A organização

Centenas de militares e polícias desertaram e juntaram-se aos rebeldes que lutam contra a ditadura

Justice For Myanmar coincide no diagnóstico e na terapia. “A junta é liderada por criminosos de guerra responsáveis pelo genocídio contra os rohingya. A comunidade internacional deve impedir que a junta continue a sua campanha de terror contra o povo de Myanmar, o que inclui aplicar mais sanções”, diz ao Expresso o porta-voz do grupo ativista, Yadanar Maung. Alemanha, Canadá, Dinamarca, França, Países Baixos e Reino Unido juntaram-se, entretanto, ao processo interposto em 2019 pela Gâmbia no Tribunal Internacional de Justiça, acusando Myanmar de genocídio contra os rohingya. Arsalan Suleman, um dos advogados que representam o país proponente, destaca ao Expresso a importância dos novos apoios: “As suas posições podem ajudar a demonstrar ao tribunal o amplo acordo internacional de que Myanmar é responsável por atos de genocídio.”

HÉLDER GOMES e S.F. hgomes@expresso.imprensa.pt



SEJA RESPONSÁVEL, SEM COM MODERAÇÃO

HERITAGEWINES.PT

TRIBUNA DESPORTOS DE INVERNO

Raphaël Ribeiro, o piloto a bordo do trenó que representa Portugal, numa curva da pista de Lillehammer, na Noruega. FOTO D.R.

Bobsleigh Equipa portuguesa tenta a qualificação para os Jogos de Inverno de 2026, num projeto que inclui a construção de um trenó 100% nacional

Um sonho olímpico que desce pelo gelo

PEDRO BARATA

Em Lillehammer, na Noruega, as temperaturas máximas em novembro pouco sobem dos 0°C e as mínimas rondam os -17°C. Abdel Larrinaga, luso-cubano, jamais vira tanta neve e gelo juntos. Para combater o frio, sai à rua com “quatro ou cinco calças e vários casacos”, e foi assim que, a 8 de novembro, teve outra experiência inédita, visitando uma pista de bobsleigh, onde gente dentro de pequenos trenós desce a velocidades que podem chegar aos 150 quilômetros por hora.

Mal se deparou com aquela sequência de curvas, viu uma pessoa caída no meio da pista, acabada de sofrer um acidente. Bem-vindo. Um português nascido em Cuba, um filho de pai sérvio e mãe portuguesa que nasceu em França, um brasileiro que vive no Mónaco. Poderia ser o começo de uma anedota, mas é o trio que luta para que se cumpra um objetivo que, à primeira vista, pareceria utopia: ter uma equipa portuguesa a competir no bobsleigh nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2026.

Raphaël Ribeiro, engenheiro mecânico luso-francês-sérvio, é o piloto da “máquina”, como lhe chama, e ideólogo do projeto; Larrinaga, campeão nacional de decatlo em 2019 e pentatlo em 2020, tem como função dar o empurrão inicial no trenó; Eric Walther está com a dupla para a ajudar no treino. A partir de ontem e até amanhã estão em competição na Taça da Europa de bob a dois, primeira prova para somar pontos rumo aos Jogos.

Os pioneiros e o príncipe Alberto

No final do século XIX, Casper Badrutt queria que os endinheirados hóspedes que vinham da Inglaterra vitoriana para o seu hotel em St. Moritz, na Suíça, estivessem entretidos durante o inverno. Então, organizou corridas de trenó pelas ruas da localidade, causando colisões com peões que levaram a que a diversão fosse proibida.

Mas a ideia de descer pelo gelo agradeu aos turistas, e Badrutt, com olho

para o negócio, criou a primeira pista de bobsleigh do mundo, ainda ativa. A modalidade foi ganhando espaço e, com exceção de 1960, esteve presente em todas as edições dos Jogos Olímpicos de Inverno. As descidas, que têm como objetivo ser realizadas no menor tempo possível, rondam o quilómetro e meio de distância, com inclinações variáveis (em Lillehammer, onde está a equipa portuguesa, a pendente máxima é de 15%).

Em 1988, nos Jogos de Calgary, a história da Jamaica ficou célebre, chegando mesmo ao cinema. Mas nessa mesma competição também estava a primeira e única representação portuguesa no bobsleigh.

Com uma equipa composta integralmente por luso-canadianos (Rogério Bernardes, João Pires, João Poupada, Jorge Magalhães e António Reis), a qualificação para 1988 foi conseguida através de uma prova na Áustria. A equipa nacional superou o príncipe Alberto do Mónaco, que também disputava a vaga e acabaria por comprar o trenó usado por Portugal.

Nos Jogos, a dupla Reis e Poupada ficou em 34º no bob a dois, enquanto Reis, Poupada, Pires e Bernardes terminaram em 25º no bob a quatro. Mais de 30 anos depois, colocar a bandeira do país sem neve numa competição de trenós foi um pensamento que veio de França.

A ideia de Raphaël na F1 do frio

Com “boa parte da infância passada entre Lisboa, Viseu e o Algarve”, mas vivendo em França, Raphaël Ribeiro começou por fazer lançamento do dardo, mas um problema no cotovelo obrigou-o a parar. Por influência de um treinador, iniciou-se no bobsleigh na pista de La Plagne, uma das 16 existentes no mundo.

Entre estudos e trabalho, a vertigem da velocidade gelada nunca se sustentou, para Ribeiro, num projeto sério. Até que, há três anos, contactou a Federação dos Desportos de Inverno de Portugal (FDI), apresentando o guião que tem conduzido esta aventura: treinar com vista à qualificação para os Jogos de 2026, em Milão e Cortina d’Ampezzo, arranjar um empurrador para completar a equipa e construir um trenó totalmente português, que seria utilizado na prova olímpica.



Abdel Larrinaga, o empurrador (à esquerda), Raphaël Ribeiro, o piloto (ao centro), e Eric Walther, o treinador que trabalha com a equipa. FOTO D.R.

Para ter mais tempo para abraçar o “sonho”, Raphaël saiu da empresa de engenharia mecânica em que trabalhava e criou a sua própria firma, podendo assim gerir horários e conciliar disponibilidades. O piloto, cujo discurso transborda de entusiasmo e encadeia ideias como quem sai de curvas, fez uso do seu conhecimento académico e profissional para dar corpo a parte fundamental da aposta. “No bobsleigh, a mecânica dita 60% do desempenho. É como a Fórmula 1, é impossível ganhar com um utilitário”, comenta. Quando abordou a FDI, o engenheiro apresentou logo desenhos para a construção do trenó.

Pedro Flávio, presidente da FDI, explica que, convencida pelo luso-francês-sérvio, a entidade colocou em marcha as parcerias necessárias para aproximar Portugal de 2026. Foi feito um acordo com a Universi-

dade da Beira Interior (UBI), através do Departamento de Ciências Aeroespaciais, com o qual Raphaël tem trabalhado na criação de um trenó 100% nacional.

O veículo é complexo, combinando mecânica, sistemas de engenharia ou força. Nos países mais fortes da modalidade, como a Alemanha, a construção dos trenós é feita com secretismo militar, sendo testados em túneis de vento, verdadeiros Fórmula 1.

Para já, na Noruega, Larrinaga e Ribeiro competem com um veículo alugado. O piloto admite que é o “trenó mais antigo da competição”, mas garante que a dupla “não ficará em último”. Depois, a ideia é comprar um em segundo mão, enquanto o projeto com a UBI se desenvolve.

A construção da máquina é cara, mas o presidente da FDI revela que um acordo com “uma grande empresa nacional está próximo”. Se tal suceder, o F1 do gelo *made in* Portugal que levará Raphaël aos 150 quilómetros por hora deverá ser uma realidade.

O dinheiro é, aliás, um dos grandes adversários do sonho, desde logo pelo custo de transportar pelo mundo um veículo com uns 160 quilos. Além desta parceria com uma empresa, o projeto conta com um programa de apoio à preparação olímpica, num acordo da FDI com o IPDJ, com a ajuda que a federação internacional de bobsleigh dá aos países de menor tradição na modalidade, e ainda com

a possibilidade de levar publicidade no trenó.

Força e instinto

Juntar um natural de Cuba à expedição que competiria enfrentando temperaturas negativas poderia não parecer óbvio. Mas a união improvável deu-se graças ao perfil físico de Abdel Larrinaga. A FDI contactou a congénere do atletismo, que, através de João Abrantes, treinador de velocidade, identificou atletas com a rapidez e potência para correrem pelo gelo enquanto empurravam um trenó com um homem lá dentro. Feita a triagem, Raphaël escolheu o parceiro. Larrinaga admite que “jamais pensou” competir nos jogos da neve e do gelo, mas agora tem “novo objetivo”: “Ser o primeiro português a estar nos Jogos de verão e nos de inverno”, competindo em Paris 2024 e Milão/Cortina d’Ampezzo 2026.

O discurso técnico de Ribeiro contrasta com a espontaneidade de Abdel. O empurrador explica que, do atletismo para o bobsleigh, a preparação é semelhante, envolvendo trabalho de ginásio ou séries de velocidade. “Num lado só corro, no outro corro e empurro. Não é muito diferente.”

Enquanto desce pelo trenó a velocidades que seriam ilegais nas autoestradas portuguesas, o trabalho de Raphaël é “ir ajustando trajetórias”, mas o piloto assume que a sua influência no resultado final não excede os 15%, bem inferior à importância da qualidade do material.

Boa parte da preparação para as competições é de minúcia, vendo como o gelo vai mudando, mais fino ou grosso, redondo ou liso, fatores que levam aos “ajustes”. Antes das provas, decora as pistas, as curvas e contracurvas e depois deixa o corpo fluir: “Se pensarmos, correrá mal. É melhor agir por instinto, porque o instinto é mais rápido do que o pensamento.”

Após mais um treino numa superfície que há um mês lhe era desconhecida, Abdel confessa que chegou ao projeto “sem saber nada sobre bobsleigh”. Os amigos em Cuba disseram-lhe que “estava maluco”, mas o atleta respondeu com um sorriso: “Vivo a vida no limite. É só empurrar aquele carrinho com força no meio do frio, não é nada de impossível. Se escorregar, caio e levanto-me, *no pasa nada*.”

pmbarata@expresso.impresa.pt

O PROJETO, QUE TEVE RAPHAËL COMO IDEÓLOGO, JUNTA DUAS FEDERAÇÕES E A UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Vidas Perfeitas

Por Carla Quevedo



1919-2023 Recrutada como “rebitadeira” numa fábrica de aviões durante a II Guerra Mundial, continuou depois a trabalhar como operária na Boeing até aos 95 anos

Elinor Otto

O cartaz é bem conhecido. Uma mulher com uma bandana encarnada na cabeça, camisa azul, mangas arregaçadas, braço fletido bem ao alto e uma expressão séria e determinada anuncia com garra: “We can do it!” O cartaz foi criado em 1943 por J. Howard Miller para a empresa de energia Westinghouse e tinha o objetivo de animar os trabalhadores da empresa, bem como de acalmar atritos entre empregados e patronato, apelando à união. A inspiração para o cartaz terá sido uma fotografia de uma operária de uma base aeronaval na Califórnia chamada Naomi Parker enquanto usava uma rebitadeira. O cartaz prestou-se a vários equívocos ao longo da História, até que acabou por ser usado como modelo do empoderamento feminino. Não foi pensado para esse efeito, mas porque não?

O cartaz é lembrado tanto na “The Economist” como no “The Telegraph” a propósito de Elinor Otto, desaparecida este mês, aos 104 anos. Elinor não foi a *poster girl*, mas foi uma das “Rosie, the Riveter” que ajudou os aliados a ganhar a guerra trabalhando longas horas com a vitória em mente. As “Rosies” foram mulheres recrutadas durante a II Guerra Mundial para compensar a ausência dos homens que combatiam no terreno. Eram contratadas para trabalhar em bases aéreas e navais e em fábricas, nomeadamente a usar máquinas para cravar rebites nos aviões, daí a designação “Rosie, a Rebitadeira”. Quando os homens voltaram da guerra, as mulheres foram despedidas e havia uma expectativa de que voltassem para os empregos “inúteis ou estúpidos”, como é maravilhosamente descrito pela “The Economist”, como datilógrafas ou empregadas de restaurantes.

Elinor Otto tornou-se uma operária exímia. Sabia manejar bem a pistola com que cravava os rebites na chapa dos aviões. Era mãe de um rapaz, divorciada e tinha a mãe a seu cargo quando recebeu uma proposta irrecusável para trabalhar na empresa Rohr Aircraft, em San Diego, por 65 centavos à hora.



FOTO: BRITANNIA/MURRAY/GETTY IMAGES

“Trabalhávamos muito porque queríamos ganhar a guerra.” O objetivo era claro e iam consegui-lo

Era o dobro do que ganharia como datilógrafa, além de ser muito mais animado. O trabalho exigia uma série de qualidades que Elinor tinha: resistência física, concentração e brio. Apesar do seu metro e cinquenta e sete, tinha força. Tinha, sobretudo, um ânimo patriótico que a fazia levantar da cama muito cedo e voltar a ela muito tarde: “Trabalhávamos muito porque queríamos ganhar a guerra.” O objetivo era claro e iam consegui-lo.

Elinor Otto nasceu a 28 de outubro de 1919, em Los Ange-

les. Os pais e as três irmãs mudaram-se para San Diego e aí frequentou a escola básica e o liceu. Pouco ou nada sabemos sobre a sua vida até ao momento em que, pouco depois de Pearl Harbour, começou a trabalhar na Rohr Aircraft Corporation. Tinha 22 anos, um filho e um divórcio recente e precisava urgentemente de um emprego. Não fazia a menor ideia do que era um rebite, muito menos como trabalhar com uma rebitadeira, mas aceitou e aprendeu. Vemos pelas fotografias que era uma beleza muito própria daquela época, mas quando a abordavam de forma menos adequada dizia que não era atriz: “Eu fabrico aviões”, acrescentava. Depois de a guerra acabar, foi despedida, como aconteceu a milhares de mulheres. Tentou trabalhar como empregada num *drive-in*. Quando o chefe lhe pediu para

usar patins para servir os clientes, decidiu que tinha de mudar de vida e tentou a sorte na Ryan Aeronautical Corporation, em 1951. Aí ficou até 1964.

Mudou-se para Long Beach mal soube que a empresa de aviação Douglas estava a contratar. E ficou na empresa, que seria mais tarde a McDonnell Douglas e que acabaria por ser comprada pela Boeing em 1996. Durante quase 50 anos ajudou a construir o caça bimotor Lockheed P-38 Lightning, o bombardeiro B-17 e o Boeing C-17, um avião de transporte militar. Não gostava que dissessem que estava reformada e corrigia que fora despedida aos 95 anos porque a Boeing deixara de fabricar o C-17.

A sua energia era inigualável de qualquer funcionário, homem ou mulher, na fábrica. Acordava todos os dias às quatro da manhã e estacionava o carro longe da fábrica, para poder fazer o percurso a pé. Parar não era um modo de vida em que acreditasse. A quinta-feira estava reservada para ir ao cabeleireiro. Usava o cabelo pintado de encarnado e as unhas gostava de encarnadas, num cor-de-rosa forte.

Houve milhares de “Rosie, the Riveter”, mas Elinor Otto tinha a particularidade de participar em todas as cerimónias e homenagens a estas mulheres que tanto fizeram pela vitória dos Aliados na II Guerra Mundial. Todo o reconhecimento pelo seu trabalho é pouco, mas sobretudo nenhuma teve consciência de quão inovadoras estavam a ser. A circunstância tinha-se posto em lugares sempre ocupados por homens e tinham dado conta do recado tão bem ou por vezes até melhor do que eles. Apesar dos despedimentos porque os homens tinham voltado, nada voltaria a ser como antes.

Em 2017, Elinor Otto fez o seu primeiro voo num C-17. A tripulação era feminina, o que lhe agradou. Nesse mesmo ano foi a única civil a receber o Air Force Association’s Lifetime Achievement Award. Elinor pode não ter sido a inspiração para aquele cartaz famoso, mas a sua vida mostra que conseguiu fazer aquilo a que se propôs, o que nos inspira e fortalece.

Cartas da semana

Os originais das cartas não devem ter mais de 150 palavras, reservando-se a Redação o direito de as condensar. Os autores devem identificar-se indicando o nº do B.I., a morada e o nº do telefone. Não devolvemos documentos que nos sejam remetidos. As cartas também podem ser publicadas na edição online.

Para contacto:
Cartas@expresso.imprensa.pt

Os abstencionistas

Muitos portugueses, nas diversas eleições, não votam. Os abstencionistas católicos procedem mal, pois têm o dever de votar contra os inimigos de Deus. Nomeadamente contra as formações políticas que admitem (pior ainda, as que “promovem”) o aborto. Segundo o catecismo da Igreja Católica, quem apoia o aborto fica excomungado. Portanto, quem não vota contra o aborto, manifesta apoio aos inimigos de Deus. Estranho que os nossos bispos obedecem antes aos homens (evitam desagradar aos homens que não respeitam as leis de Deus) do que a Deus e não alertem os fiéis. Aparentemente, é-lhes indiferente que Deus seja ofendido... “A audácia dos maus alimenta-se da cobardia dos bons” — palavras do Papa Leão XIII.

CÂNDIDO MORAIS, Braga

Manobras de Novembro

Com o respaldo altissonante do crescimento europeu da extrema-direita, abre-se espaço mediático para quem queira reescrever a História. É neste contexto geopolítico que devemos entender a disputa simbólica — em curso — em torno do 25 de Novembro. Todas as tentativas de pôr Abril à sua sombra foram frutuosas, como sabemos bem, dos que nunca suportaram (com saudades salazarentas) o aroma dos cravos. Mas hoje o atrevimento é maior... Aqueles que se apresentam como paladinos do 25 de Novembro e da democracia pluralista veem o major Jaime Neves como o seu “herói”. Falta-lhes, porém, a memória do objetivo último de tal personagem: a replantagem de uma trave-mestra da política repressiva do Estado Novo, ou seja, a ilegalização do Partido Comunista. No que diz respeito à verdade histórica, o 25 de Novembro deve ser lembrado, antes, por uma grande razão: o evitar da guerra civil. Quanto ao resto, trata-se de puro oportunismo dos que sempre quiseram retirar do calendário o 25 de Abril.

EURICO DE CARVALHO, Vila do Conde

Corte no vencimento dos médicos

Custa a acreditar que um Governo socialista imponha um patamar de forma a que sendo ultrapassado pela classe médica o limite de exames e prescrição de medicamentos tenha como consequência corte no vencimento. Isso é o mesmo que dizer que se um doente tiver necessidade medicamentosa ou de exame e esse paciente tenha sido passado, o paciente não é atendido. Como é possível que 49 anos após o 25 de Abril, gémeas brasileiras tenham obtido tão rapidamente a nacionalidade portuguesa, beneficiando de tratamento médico orçado em 4 milhões de euros? Se for por culpa de Marcelo Rebelo de Sousa, que pague do seu bolso. Depois digam que a extrema-direita cresce.

ADEMAR COSTA, Póvoa de Varzim

Historiadora com negativa

Habitual telespectador do programa da RTP3 “O Último Apaga a Luz”, fiquei estupefacto com a intervenção de Raquel Varela, apresentada como historiadora. No último programa, na rubrica “Manchete da Semana”, o tema escolhido por si foi uma entrevista do major Tomé, ao Expresso. Entre muitos elogios, diz que nessa entrevista muito bonita, de uma pessoa muito lúcida e de braços abertos, o grande falhanço foi terem permitido o 25 de Novembro, sempre do lado certo... Não sei se Kauliza de Arriaga, esteja lá onde estiver, ouviu esta de “estar sempre do lado certo”. Se ouviu, deve ter-se fartado de rir ao ouvir de uma historiadora tal afirmação. O major Tomé foi ajudante de campo do general em Moçambique e, por isso mesmo, devia ter na sua ficha algo de muito próximo do regime para ter sido escolhido para tal cargo. Termine com uma dúvida: ou a historiadora também está daquele lado da barricada, ou desconhece tal alto cargo do seu idolo. Caso se trate de desconhecimento, não lhe posso dar nota positiva nesta prova de história.

JORGE MORTAIS, Porto

Do nacionalismo

O nacionalismo nasceu com o mundo moderno substituindo o feudalismo, como entidade política coerente e participada, dotada de um Estado e soberana, à qual se deve lealdade. Trata-se de um coletivo identitário e cívico, onde através da política exercemos a nossa autodeterminação. Opõe-se ao globalismo quer coletivista quer capitalista, que colocam a direção das nossas sociedades em mãos estrangeiras ao serviço de interesses que não são os nossos. Ao longo da nossa História, a nossa nação secular, culturalmente unida, étnica e religiosamente integrada, foi defendida pelas gerações que nos precederam, por vezes tendo custado o sangue dos nossos antepassados ou a habilidade diplomática dos nossos estadistas. Como uma das nações mais antigas e coerentes, com uma História que nos afirma internacionalmente, não podemos deixar de nos opor a quem acha o nacionalismo uma ameaça à nossa sociedade. A Europa foi construída pelas nações e foi a Europa que difundiu pelo mundo o conceito de nação, de nacionalismo e de internacionalismo.

MARIA RIBEIRO, Lisboa

Retificações

No texto “Nosso ilustre desconhecido”, publicado na última edição da revista, quando se refere que a investigadora Ana Simões é doutorada em Química Quântica, devia-se ter escrito que é doutorada em História das Ciências, com uma tese sobre Química Quântica.

Na entrada do obituário “Vidas Perfeitas”, de Carla Quevedo, na edição da semana passada, foi dito que Sara Tavares era uma “cantora e compositora cabo-verdiana”. Sara Tavares era portuguesa, e tinha raízes cabo-verdianas, como está claro no texto. Pelo lapso, pedimos desculpa aos nossos leitores.

Obituário

Por Rui Gustavo



Lanny Gordin

1951-2023 Nome artístico de Alexander Gordin, era um músico brasileiro — nasceu na China, filho de um russo e de uma polaca, mas vivia no Brasil desde os seis anos — que começou a ouvir música muito cedo no bar que o pai abriu em São Paulo, o Stardust. Prodigio da guitarra, começou a tocar e a dar concertos no bar do pai com Hemeto Pascoal e o percussionista Paulinho da Costa. Tinha então 16 anos e fundou os Brazilian Octopus com Pascoal e o músico alemão Olmir Stocker. Já nos anos 70, entrou de cabeça no movimento Tropicália e

tocou nos álbuns de Caetano Veloso, Gal Costa, Tim Maia e Gilberto Gil. Foi o guitarrista do primeiro disco a solo de Rita Lee, “Build Up”, e em 1971 tocou no aclamado “Carlos, Erasmo”, de Erasmo Carlos. É o responsável pela introdução do instrumento maldito — a guitarra elétrica — no movimento tropicalista que era contra a influência da cultura anglo-saxónica protagonizada pelos Beatles. Gravou discos com a geração seguinte com músicos como Chico César e Vanessa da Mata, mas lutou desde cedo com problemas de saúde mental e de abuso de drogas que o impediram, talvez, de ter uma carreira ainda maior. Deixou de tocar em 2016 depois de lhe ter sido diagnosticada uma doença autoimune, a síndrome de Guillain-Barré. Dia 28, data do seu aniversário, de pneumonia. Chamaram-lhe o “Hendrix brasileiro”.



Alberto da Costa e Silva

1931-2023 Diplomata e historiador brasileiro, especializou-se em História de África e é autor de mais de 40 livros, não só da sua área de estudos mas também de poesia, memórias e até livros para crianças. Era membro da Academia Brasileira de Letras (que chegou a presidir) e venceu o Prémio Camões em 2014, em especial pelo trabalho de historiador africano. Foi embaixador em Lisboa, no Benim, na Nigéria e na América do Sul. Dia 21, de causas não reveladas.

● **Terry Venables (1943-2023)**, futebolista e treinador inglês, distinguiu-se no comando de equipas como o Queens Park Rangers, que levou a uma final da Taça da Liga quando ainda estava na segunda divisão, e o Barcelona, clube pelo qual foi campeão e vencedor da Taça da Liga. Perdeu uma final da Taça dos Campeões nos penáltis e dirigiu a seleção inglesa no Euro 96 perdido nas meias-finais contra a Alemanha também com um penáltis falhado. Dia 26, de causas não reveladas. ● **Jorge Araújo (1936-2023)**, dirigente comunista e resistente antifascista, passou 12 anos preso durante a ditadura. Fez parte do Comité Central do PCP durante 20 anos. Dia 27, de causas não reveladas. ● **Kevin ‘Geordie’ Walker (1958-2023)**, músico inglês, foi fundador e guitarrista dos Killing Joke, a banda de ‘Eighties’ cujo espetacular riff de guitarra foi ‘adaptado’ por Kurt Cobain em ‘Come As You Are’. Dia 26 de AVC.



O Inimigo Público

Se não aconteceu, podia ter acontecido

N.º 100 SÉRIE II
DIRETOR: LUÍS PEDRO NUNES

Luís Montenegro denuncia que o avô sapateiro do radical Pedro Nuno Santos fazia as botas da tropa do Exército Vermelho

Luís Montenegro mostrou no congresso do PSD que não se deixa enganar pelas falinhas mansas do radical Pedro Nuno Santos, revelando que o "neto de sapateiro e filho de empresário" é na realidade neto do sapateiro que fabricou as botas cardadas com que os soldados do Exército Vermelho esmagaram a Revolução de Praga e filho de um oligarca de São João da Madeira que produz os sapatos de tacaço que Vladimir Putin usa para parecer mais alto do que o Kim Jong-un, cujos testes de míssis na Coreia do Norte são aprovados pelos estudos de impacto ambiental da chefe-de-gabinete do Ministério do Ambiente, Ana Catarina Gamboa, a radical mulher de Pedro Nuno Santos. Montenegro denunciou ainda que Ana Catarina Gamboa é na realidade Nikita, a guarda-fiscal da RDA por quem Elton John se apaixonou. V.E.

António Costa vai tornar-se primeiro-ministro emérito

António Costa abdicou da cadeira de São Bento, quando supostamente deveria ficar sentado nela até subir ao Paraiso (a Comissão Europeia), tendo por isso os socialistas decidido seguir o exemplo do Vaticano e entronizá-lo como Primeiro-Ministro Emérito, ao lado de Pedro Nuno Santos, o futuro primeiro-ministro que, segundo Luís Montenegro, vai assumir o cargo com o nome Vladimir Lenine II. Ainda não se sabe se o Primeiro-Ministro Emérito estará presente na eleição interna do PS, quando a escolha do novo sumo pontífice é marcada pelo fumo branco causado pela queima de documentos incriminatórios do Ministério das Infraestruturas. V.E.

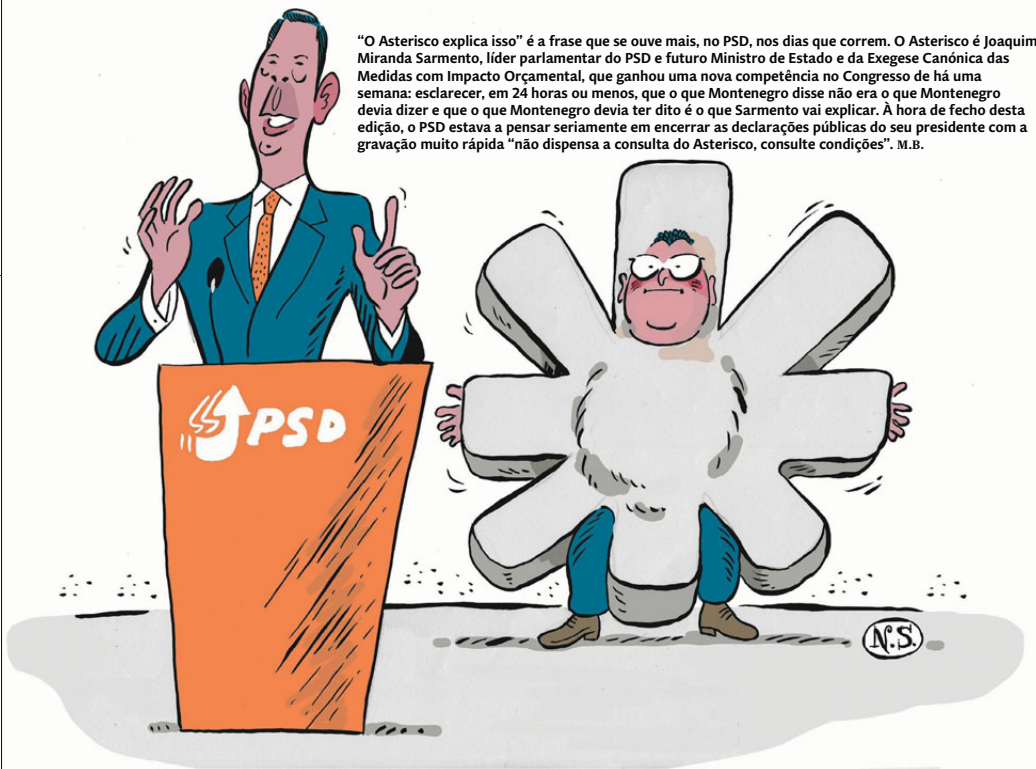
Ventura usa teoria da substituição para explicar mau momento do Benfica

André Ventura justifica o mau momento da equipa do Benfica com a teoria da substituição. O momento mais negro desta Grande Substituição, diz Ventura, foi a troca desastrosa do guarda-redes Odysseas Vlachodimos por Anatoliy Trubin no início da temporada. O líder do Chega questiona todas as substituições que Roger Schmidt faz durante os jogos e até tentou explicar a ida à excursão de políticos de extrema-direita que estiveram em Portugal na semana passada. A resposta quando ouviram falar em Benfica foi efusiva: "Eusebio" A.P.

Ventura vai buscar €9 mil milhões, para pagar pensões que prometeu, ao merchandising de Pacheco de Amorim e Nogueira Pinto

O Chega promete equipar a pensão mais baixa ao salário mínimo, um trampolim para que a breve trecho os pensionistas recebam o or-

APARECE SEMPRE, NO DIA SEGUINTE, A EXPLICAR AS PROMESSAS DE MONTENEGRO MIRANDA SARMENTO JÁ TEM O CARGO DE "ASTERISCO" NO PSD



"O Asterisco explica isso" é a frase que se ouve mais, no PSD, nos dias que correm. O Asterisco é Joaquim Miranda Sarmento, líder parlamentar do PSD e futuro Ministro de Estado e da Exegese Canónica das Medidas com Impacto Orçamental, que ganhou uma nova competência no Congresso de há uma semana: esclarecer, em 24 horas ou menos, que o que Montenegro disse não era o que Montenegro devia dizer e que o que Montenegro devia ter dito é o que Sarmento vai explicar. A hora de fecho desta edição, o PSD estava a pensar seriamente em encerrar as declarações públicas do seu presidente com a gravação muito rápida "não dispensa a consulta do Asterisco, consulte condições". M.B.

denado médio do Manchester City e almocem todos os sábados com Elon Musk. O próprio líder da extrema-direita fez as contas e a medida custa entre 7,5 e 9 mil milhões de euros, coisa pouca que Ventura quer ir buscar às t-shirts e canecas com os dizeres "Sou Jaime Nogueira Pinto e aprovo esta mensagem" ou as *bobbleheads* de Pacheco de Amorim para colocar no tablier do carro ao lado das de São Cristóvão, Conan (o cão falecido de Javier Milei) e Le Pen. M.B.

Hospitais veterinários públicos vão avançar com listas de espera contadas em anos de cão

O PAN, que - como seria de esperar - nunca deixou de morder o osso, conseguiu finalmente as verbas do novo OE para criar uma rede de hospitais públicos onde trabalharão ve-

terinários que já entram em conflito sindical com o Ministério da Saúde, marcaram uma greve geral e adiaram todas as consultas e operações dos "filhos de quatro patas" dos pacientes, que, caso não tenham quatro patas e precisem de uma, devem ficar em lista de espera até entrarem para o Guinness, como o famoso Bobi. Já os "portugueses de duas patas" que acordam com as galinhas para irem para a fila do Centro de Saúde podem aproveitar e levar as ditas galinhas aos dentistas públicos do SNS do PAN. V.E.

Novo navio multifunções da Marinha pára, avaria e naufraga ao mesmo tempo

O "D. João II", o novo navio da Marinha, vai custar 132 milhões de euros do PRR, verba bem empregue, pois segundo o Ministério da Defesa, é uma embarcação "multifunções"

que tanto se atrasa e pára, como avaria e naufraga, tendo ainda a capacidade de explodir, encharcar e desaparecer no Triângulo das Bermudas ou, mais provavelmente, assim que saia do Alfeite, no Triângulo do Barreiro. De referir que o novo navio chama-se D. João II porque o antecessor, o D. João I, nunca funcionou e foi para a sucata. V.E.

José Luís Carneiro é o preferido dos eleitores do PSD para liderar o partido

O ainda ministro da Administração Interna é o nome preferido dos eleitores do PSD para liderar o partido nas próximas eleições. De acordo com um estudo do centro de sondagens do INIMIGO PÚBLICO, 40% dos inquiridos coloca Carneiro como o preferido, seguido de Cavaco com 30%. Passos Coelho com 20%, Marques Mendes com 5%, Marcelo com 4% e Montenegro com 1%. Pedro Nuno Santos revelou ao INIMIGO ter participado, de forma disfarçada, no estudo e ter votado em Cavaco. A mesma sondagem revelou ainda que, depois da Cinderela, as princesas preferidas de quem vota PSD é a Rapunzel, a Aurora e Manuela Ferreira Leite. A.P.

Consulado português deu vistos ao Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho por julgar que eram claques de bola

O conceito de arguido internacionalizou-se, chegou ao Consulado português no Rio de Janeiro e há interesse em fazer uma novela sobre o assunto com Maria Vieira na personagem da juíza de último recurso no tribunal do Facebook. Foram constituídos 10 arguidos, um número interessante, mas que fica aquém da Operação Marquês e que ainda não dá para formar uma equipa de futebol de 11 na cadeia. Os vistos ilícitos dados aos gangs criminosos Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho foram justificados com uma confu-

MONTENEGRO ANUNCIA SUBIDA DAS PENSÕES PARA 3 MIL EUROS*

(*PARA QUEM JÁ RECEBE 2998 EUROS)

Montenegro é o novo campeão da justiça social e lançou-se para a frente de 20 microfones para anunciar uma "subida do salário mínimo para 2 mil euros/mês, em 2024. Amanhã, o Dr. Sarmento explica isto melhor porque eu já ando em campanha eleitoral há uma semana e tenho a vista cansada". O presidente do PSD também promete "o aumento upa-upa das pensões para 3 mil euros, mas com asterisco. Eu posso explicar já: é só para quem já ganha entre 2998 e 2999 euros e desde que prove à Autoridade Tributária que não tem rendimentos resultantes do tráfico de armas na Dark Web ou da pirataria de cargueiros ao largo da Somália". M.B.

são com os nomes de claques de bola e/ou que Javier Milei dá aos comandos de TV e da Box. M.B.

Comentadores da "Passadeira Vermelha" entram para o Conselho de Estado porque são os que bufam menos cá fora

O mercado de transferências de inverno vai trazer uma reformulação do plantel do Conselho de Estado, que passará a incluir os comentadores do programa de quadrilhice "Passadeira Vermelha": um geriatra residente e uma fonte de chocolate para os conselheiros se distraírem quando fala Sampaio da Nóvoa. Os coscuvilheiros da TV foram considerados uma escolha óbvia. Mesmo com a sua profunda natureza mexericheira, aguardarão 15 minutos, no mínimo, antes de chibarem aos jornais os gráficos Excel de Lídia Jorge sobre o PRR. M.B.

António Guterres



Cimeira do clima vai alterar o clima?

Talvez sim

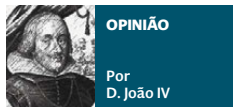
Acabei de chegar da Antártida, onde ouvi as queixas de pinguins que aprenderam inglês graças ao manual de Cristina Ferreira. Reforço que o que acontece na Antártida não fica na Antártida, ao contrário do que acontece em Las Vegas, que fica em Las Vegas, ou do que acontece no Ministério das Infraestruturas, que fica no Montijo e em Alcochete. Sou testemunha da gravidade da situação antártica: os albatrozes já têm de usar protetor solar e três focas mudaram-se para Alcanal. A Cimeira do Dubai será um sucesso, a não ser que a CMTV venha cá fazer mais buscas da Operação Influencer.



Rita Matias

Talvez nunca

O Chega defende que as alterações climáticas são o maior embuste sobre o mundo natural desde a teoria de David Attenborough sobre o marxismo-leninismo endémico da dourada de aquacultura da Madeira. O COP28 não passa de um lance ajantarado que promete a redução dos combustíveis fósseis, a chamada "doutrina panache", em que se corta o gásóleo com gasosa. O Chega vai divulgar um estudo da ONU em que se prova que só há aquecimento global no "Hell's Kitchen" (e que, como é meu hábito, afinal poderá ser apenas a fotocópia pouco legível de um "DN" de 1957 sobre a marcha de Campolide). M.B.



OPINIÃO

Por **D. João IV**

EM 1640, DECLAREI A INDEPENDÊNCIA PARA QUE OS PORTUGUESES TIVESSEM ACESSO AOS SEUS PRÓPRIOS HOSPITAIS E ESCOLAS

Portugueses e portuguesas que, não fosse eu, seriam hoje em dia andaluzes e andaluzes, nesta precisa data - como diria o José Hermano Saraiva - eu e os meus amigos conjurámo-nos para acabar com o domínio estrangeiro (como o António Costa, a Catarina Martins e o Jerónimo de Sousa fariam, mais tarde, na altura da "troika"), domínio exercido pelo Filipe III de Portugal que era o Filipe IV de Espanha, tal como o Basílio Horta e o Freitas do Amaral do CDS também foram o Basílio Horta e o Freitas do Amaral do PS. E porquê? Para acabar com a injustiça dos portugueses terem de se deslocar léguas e léguas até às urgências hospitalares mais próximas, em Badajoz, bem como para os lentos portugueses não serem colocados na Universidade de Salamanca, a seis dias de viagem de cavalo das suas casas, para não falar da pouca-vergonha de casos e casinholos, como o do Secretário de Estado colaboracionista Miguel de Vasconcelos, que mandou a Inquisição Espanhola recuperar, a meio da noite, da casa de um ex-útil, o pergaminho onde guardava informações confidenciais sobre a localização da nova estabrida de cavalos de Lisboa. Ou, claro está, a gota-de-água, quando conjurados escutaram por trás da porta o mesmo Miguel de Vasconcelos a acordar, almoçar e jantar de borla em estalagens para facilitar a exploração de cobre em Montalegre, tendo ele dito que, primeiro, precisava falar com "Nosso Senhor Jesus Cristo" (nem mais, nem menos, do que Filipe III, segundo o conjurado que escutou a conversa). Felizmente, Portugal é hoje em dia um país independente, onde semelhantes iniquidades não mais existiram, existem ou existirão. Por isso podem e devem celebrar o 1º de dezembro de 1640, mas também, como a Iniciativa Liberal e o Carlos Moedas, o menos conhecido 25 de dezembro de 1641, quando a independência foi realmente conquistada com o golpe que colocou fim ao "Verão Quente" dos jacobinos extremistas, que tentaram instaurar uma ditadura maçônica em Portugal durante o Processo Republicano Em Curso (PREC). V.E.

Rua da Prata em Lisboa reabre limitada a bicicletas desde que não tenham matrícula anterior ao tempo do Joaquim Agostinho

Depois de meses de obras sem as quais o futuro de Lisboa estaria em perigo, a Rua da Prata reabriu ao público que a merece, ou seja, as pessoas que beneficiam dos passes sociais gentilmente oferecidos pela CML e os ciclistas, tendo estes, porém, de pedalar obrigatoriamente em bicicletas produzidas depois do tempo de Joaquim Agostinho, ou seja, fabricadas na semana passada na China e não em terriolas como Águeda ou Aveiro, antes de chegarem os fundos estruturais da CEE. Fernando Medina anunciou ainda que, devido à inflação, a Rua do Ouro vai passar a chamar-se Rua da Prata e a Rua da Prata vai passar a chamar-se Rua do Papel de Alumínio. V.E.

NÚMERO 100 DO IP NO "EXPRESSO" É O PRIMEIRO FEITO POR SERES HUMANOS E NÃO POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O estimado leitor tem nas mãos a centésima edição de O INIMIGO PÚBLICO. Além da oferta do nosso suplemento "Expresso", este IP também disponibiliza um vale de lavagem-auto aos primeiros dois leitores que encontrarem a palavra "apriorístico" num rodapé da SIC Notícias. Feito apenas com recurso a pessoas com inscrição nas Finanças, e não por um bot de A.I. como as outras 99 edições, este INIMIGO é um item de coleção e, ao contrário das atas do Conselho de Estado, pode ser lido antes de 2053. M.B.

Imprecisões históricas: "Napoleão", de Ridley Scott, mostra o imperador francês a exilar-se no Algarve ao abrigo dos 'vistos gold'

Ridley Scott está a ser acusado de, no seu novo filme "Napoleão", res-



COMO VAIS CELEBRAR A RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA?

A ACOMPANHAR UM COZIDO À PORTUGUESA.

ERA UMA VEZ LUÍS MONTENEGRO

O presidente do PSD arrebatou o Prémio Neto de Moura 2023, com aquela tirada de chamar Cinderela a Mariana Mortágua, e já tem mais comparações engatilhadas para a campanha eleitoral de quatro meses que está aí.

- Montenegro** é a **Bela Adormecida** que o PSD tinha posto em sono criogénico a ver se, entretanto, aparecia alguém melhorzinho.
- Ventura** é o seu **Príncipe Encantado** que vai dar-lhe um beijo, à má fila e mais ou menos consentido, que o despertará do pesadelo da oposição.
- Na Geringonça II**, **Raimundo** também faz de **Shrek**, **Rui Tavares** é o **Gato das Botas** e **Inês Sousa Real** é o **Burro**.
- Miranda Sarmento** parece um **Patinho Feio**, mas vai revelar-se um lindo cisne quando for **Mário Centeno** durante 15 minutos.
- Paulo Raimundo** é o **Capuchinho Vermelho** que leva o farnel ao avô **Jerónimo de Sousa** (que ao fim de um ano ainda não percebeu bem de onde é que ele apareceu).
- Passos Coelho** é, ao mesmo tempo, **A Bela** e o **Monstro**, dependendo se se candidata a Presidente da República ou do PSD.
- Nuno Melo** é a **Rapunzel** da franja à fónix fechada na torre à espera de ser salva da irrelevância política.
- A mansão de 7 andares em Espinho** tem projeto dos **Três Porquinhos** porque Montenegro construiu aquilo como bem entendeu.
- Pedro Nuno** é o **Lobo Mau** gonzalvista que vai nacionalizar a economia e alterar o nome do país para C.C.C.P. (Cooperativa Coletivista Contra-reacionária de Portugal).
- Equipa inimigo Público** "Se não aconteceu... podia ter acontecido!" O Inimigo Público é um suplemento satírico, sendo todo o seu conteúdo ficcional. **Diretor** Luís Pedro Nunes **Redação** Alexandre Parreira, Luís Pedro Nunes, Mário Botequilha, Vítor Elias **Cartoon** Nuno Saraiva **Projeto gráfico** @oimimigo_pronto **Editor online** João Martins **Fotografia** Getty Images e arquivo pessoal O INIMIGO PÚBLICO é um projeto conjunto Expresso/Produções Fictícias /Farol de Ideias através de O Estado do Sítio

peitar tanta a verdade histórica como João Galamba numa CPI, críticas com fundamento porque, na película, o francês Napoleão exila-se na Ilha de Faro com a reforma completa e sem dupla tributação, a conselho do seu inimigo, o Duque de Wellington, que todos os anos passa férias na sua casa do Algarve, na urbanização da Aldeia da Coelha. O filme mostra ainda as Invasões Francesas de Portugal como tendo sido chamadas, em 1808, por Pedro Passos Coelho, segundo Ridley Scott à letra o argumento do filme, escrito por Sérgio Sousa Pinto. V.E.

COP28 vai até 12 de dezembro para os participantes terem tempo de comprar as prendas de Natal no Dubai

Enviado-especial IP à Cimeira do Clima - A COP28 arrancou ontem com grande entusiasmo e bolos de arroz para todos. Os governantes deram um sinal forte de proteção dos esquilos biológicos e dos chuchos de agricultura sustentável e apostaram no jetpool, a partilha de jatos particulares, para aqui chegarem e comerem deliciosos bolos de arroz. A cimeira prolonga-se até dia 12 para que toda a gente possa comprar prendas de Natal e os bolos de arroz de topo crocante do Dubai. M.B. (O IP viajou a convite da Bolos de Arroz do Dubai - Private Equity.)

expresso.pt

"Ao contrário de mim, o Expresso trabalha para os adultos durante o ano todo. Oferece informação de confiança e qualidade aos leitores e subscritores. Oh, oh, oh!"

Pai Natal

Expresso
Liberdade para pensar

SUBSCREVA O EXPRESSO DIGITAL E TENHA ACESSO AOS EXCLUSIVOS EXPRESSO

Comece a ler o jornal de véspera, leia na íntegra os artigos exclusivos, navegue pelo arquivo histórico do Expresso, recba newsletters exclusivas, interaja com artigos e autores e debata a atualidade com a nossa equipa. Ouça ainda, onde quiser, os nossos podcasts disponíveis em várias plataformas.

Subscriba aqui:

3 semanas	5,99€
6 meses	45,50€
1 ano	84,99€

Editorial & Opinião

Editorial A Operação Influencer revelou-se um verdadeiro furacão político, causando a demissão do primeiro-ministro e a subsequente convocatória de eleições antecipadas para março. A crise política foi a escolha do ano para a redação do Expresso

2023, o ano do furacão Influencer

Imagine o leitor em que pensaria se, a 6 de outubro deste ano, lhe pergantassem qual o facto ou acontecimento mais relevante no nosso território neste ano. Não precisaria de puxar muito pela cabeça, provavelmente, para desfiar um conjunto de acontecimentos, nomes e factos: da divulgação do relatório com os abusos sexuais da Igreja ao longo de anos; à Jornada Mundial da Juventude, que em agosto trouxe a Portugal o Papa Francisco e reuniu um milhão de peregrinos na capital; da agitada Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão da TAP; ao caso Galamba (e a recusa de Costa em demitir o seu ministro apesar da insistência do Presidente Marcelo); das crises sentidas em áreas centrais como a Saúde, a Educação ou a Habitação. Todos estes factos e qualquer um deles isoladamente seria seguramente uma boa escolha para Acontecimento Nacional de 2023. Seria, se não tivesse acontecido o 7 de outubro. O dia das cinco horas que tudo mudaram. O dia em que uma operação da justiça, o caso Influencer, levou à demissão do primeiro-ministro que há mais de oito anos lidera o Governo (e nos últimos dois com maioria absoluta) e a uma crise política que vai desembocar em eleições antecipadas a 10 de março do ano que vem (eleições de resultados altamente imprevisíveis). O terramoto das últimas semanas tornou-se assim inevitável como a escolha da redação do Expresso, que esteve reunida na última semana, em plenário, para debater e votar as suas escolhas. Decidido o Acontecimento Nacional de 2023, a escolha da Figura Nacional acabou por gerar maior discussão e debate, e natural divisão nos votos da redação do nosso jornal. À frente de nomes como Lucifia Gago, João Galamba, Marcelo Rebelo de Sousa, António Costa, "o peregrino" D. Américo Aguiar e Lídia Jorge, outros nomes mencionados, ficaram mesmo "vítimas de abusos sexuais na Igreja".

Leia nestas páginas os trabalhos sobre as escolhas do Expresso para o que de mais relevante aconteceu este ano no país. Na próxima semana, revelamos os escolhos como Acontecimento Internacional de 2023 e Figura Internacional de 2023.



Proprietária/Editora: IMPRESA PUBLISHING S.A. Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos. NIPC: 501984046

Director-Geral de Informação Imprensa
Ricardo Costa

Director
João Vieira Pereira

Directores-Adjuntos
David Dinis, Martinir Silva, Miguel Cadete e Paula Santos

Director de Arte
Marco Grieco

Grande Repórter
Miguel Pereira

Editor Executivo
Pedro Candéias

Editores
Eunice Lourenço (Política), Pedro Cardoso (Internacional), João Silvestre (Economia), Pedro Lima

Editor-Adjunto (Economia)
Diogo Pombo (Desporto), Ricardo Marques (Revista E), João Pedro Barros (Online), João André (Edição-adjunto), Joana Belciza (Multimédia) e João Carlos Santos (Fotografia)

Coordenadores Gerais de Arte
Jaime Tigueiro (Infografia) Mário Henriques (Desenho)

Coordenadores
Isabel Leira (Sociedade), Cristina Pombal (Internacional), Elisabete Miranda, Miguel Prado e Vítor Andrade (Economia), Lídia Parreira Gomes (Desporto), João Miguel Salvador (Revista E), Rui Tenreiro (Fecho), Tiago Pereira Santos (Desenho Multimédia), João Carlos da Silva e Mafalda Casbalho (Online), Pedro Miguel Coelho (Redes Sociais)

Redação, Administração e Serviços Comerciais
Rua Calvet de Magalhães, 242 2770-022 Paço de Arcos Tel. 214 544 000 ipublishing@expresso.pt

Arquivo
arquivo@expresso.pt

Delegação Norte
Rua Conselheiro Costa Braga, 507, 4450-402 Matosinhos Tel. 229 427 900

Publicidade
Miguel Pacheco (director) João Paulo Luz (director de receitas digitais) Carlos Lopes (director coordenador) Augusta Almeida (directora da Delegação Norte) Hugo Rodrigues (director publicitário) Nuno Martins (gestores de conta) Miguel Teixeira Diniz e Sérgio Alves (gestores de conta) Maria Teixeira e Helena Almeida (gestores de conta da Delegação Norte) Tel. 214 544 073/214 698 798

Publicidade Online
publicidadeonline@expresso.pt

Tratagem média de novembro
54.425 exemplares Associação Portuguesa para o Controlo da Tratagem

VISAPRESS
Direitos de Autor Protegidos

Subscrições Digitais Expresso
52 semanas: €39,99 04 semanas: €19,99 (Ligete 214 698 801 ou vá a expresso.pt)

Associação Portuguesa de Imprensa
Associação Portuguesa de Imprensa

Distribuição
VISP-MLP, Media Logistics Park Quilómetros do Grujal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém Tel. 214 337 000

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Atendimento Ponto de Venda
pontoavenda@expresso.pt

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Distribuição
VISP-MLP, Media Logistics Park Quilómetros do Grujal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém Tel. 214 337 000

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Atendimento Ponto de Venda
pontoavenda@expresso.pt

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Distribuição
VISP-MLP, Media Logistics Park Quilómetros do Grujal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém Tel. 214 337 000

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Atendimento Ponto de Venda
pontoavenda@expresso.pt

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Distribuição
VISP-MLP, Media Logistics Park Quilómetros do Grujal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém Tel. 214 337 000

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Atendimento Ponto de Venda
pontoavenda@expresso.pt

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Distribuição
VISP-MLP, Media Logistics Park Quilómetros do Grujal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém Tel. 214 337 000

Impressão
Ligrafica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Atendimento Ponto de Venda
pontoavenda@expresso.pt

O CANDIDATO INDOLOR



Sebastião Bugalho política@expresso.imprensa.pt

Posicionamento ao centro de Luís Montenegro foi a marca do Congresso do fim de semana passado, em Almada. Cumprimentando os aumentos de salário mínimo do PS e anunciando uma expansão do Complemento Solidário para Idosos, o presidente do PSD foi de líder da oposição a candidato a primeiro-ministro à velocidade de um sábado. Mas o seu percurso — de herdeiro de Passos a figura política autónoma — tem origens anteriores à sua adalação na Margem Sul do Tejo.

Apreece-se ou discorde-se, Montenegro foi traçando as fronteiras do seu espaço próprio desde que assumiu funções. No distanciamento gradual do Chega, no compromisso com o Governo para a localização do novo aeroporto, na ambiguidade sobre a eutanásia ou a regionalização, o antigo líder parlamentar manteve uma preocupação: não preocupar ninguém.

Graças a isso, tanto os militantes do seu partido como os eleitores ávidos de alternativa estranharam-lhe o recato. A cada crise da maioria, Montenegro não apresentava pressa em ir a votos. A cada escândalo ministerial, lá surgia, como que vindo de outras paragens, falando sobre o Serviço Nacional de Saúde, os professores, a carga fiscal ou a habitação; preterindo a polémica ao programa, com pacotes de propostas de três em três meses, sempre em antecipação ao Governo. Àqueles que o olhavam como descendente do passismo — e rosto dos tempos da *traiuka* — Montenegro respondia com promessas de aumentos de pensões indexados à inflação e em divergência frontal — quiçá forçada — com as opiniões emitidas por Passos Coelho.

O que se passou em Almada não foi, por isso, um recentramento súbito, fruto da demissão de António Costa e das vésperas eleitorais, mas a confirmação de um caminho — certo ou errado — que Luís Montenegro traçou no último ano e meio. Se escutarmos as suas intervenções, deslindamos a intenção: um toque nos jovens, uma passagem pelos funcionários públicos, uma insistência na imigração (mas digna), uma referência ao combate à corrupção (sem populismos), uma reconciliação com os mais velhos.

A sua forma muitas vezes coloquial ("A Cinderela", "O gonalvismo") não via mais do que compensar a monotonia do conteúdo; como se a expressividade fosse a única ponte que Montenegro ousa à direita do centro.

Citando quem observou de perto, um secretário-geral do Partido Socialista poderia ter feito aquele discurso, comprovando que Montenegro deseja apresentar-se como substituto inofensivo — e indolor — do poder incumbente; como se fosse

Montenegro deseja apresentar-se como substituto inofensivo e indolor do poder incumbente; como se fosse um Costa sem casos, sem chatices, sem instabilidade

um António Costa sem casos, sem chatices, sem instabilidade. Uma continuidade com competência ou, oxalá, menos negligente.

Mesmo a inclusão dos privados no SNS e no sistema de educação é somente defendida por necessidade, não por convicção, como se, caso o Estado social português funcionasse na perfeição, nem valesse a pena mexer-lhe. "Reformas estruturais"? Bani-

das. "Mudança"? De Governo. Não de governação.

Ào fim de oito anos sem vencer eleições, os sociais-democratas desistiram de ser o que foram, recusando concretizar ao que vão. A aposta é arriscada e a parada alta. Deixando o voto da direita à solta — rejeitando qualquer contacto com o Chega —, o PSD fixou-se ao centro. Se esse centro não acreditaria na fiabilidade das suas promessas e mantiver a fidelidade ao PS, Montenegro ficará eleitoralmente em terra de ninguém: sem direita — a de protesto e a liberal — e sem centro, se este confiar no seu oponente.

E, como se diz nas mesas de jogo, um tudo ou nada. Um *all in* de moderação que só dramatiza no apelo ao voto útil. Se perder, sai. Se ganhar e precisar de Ventura, não governa. Se governar, não cortará um cêntimo aos pensionistas. Resultando, não nos lembraremos da sua indefinição enquanto candidato, mas das suas escolhas enquanto chefe de Governo.

O seu futuro — e o do seu partido — poderá ser decidido por décadas.

O paradoxo da corrida resume-se assim. O PSD mostra inércia para tentar a mudança. O PS promete transformação para tudo ficar como antes.

<p>LEIA TAMBÉM EM EXPRESSO.PT</p> <p>1 Quem tem medo da avaliação? MARIA DE LURDES RODRIGUES</p>	<p>2 Truque nas pensões JOSÉ SOEIRO</p>	<p>3 Soluções governativas MÁTOS CORREIA</p>
--	--	---

O SALÁRIO NO CENTRO DO DEBATE



Rui Tavares política@expresso.imprensa.pt

Ao menos concordamos todos nisto: com salários tão baixos não vamos lá. Já é qualquer coisa, e ainda há uns anos não era matéria consensual. Não é preciso ser muito velho para recordar os tempos em que governantes achavam que Portugal deveria ser vendido como o país dos baixos salários. Pior ainda, havia quem achasse que esses salários baixos eram altos demais e que "o" problema de Portugal estava nos custos unitários do trabalho, uma verdadeira obsessão de que ainda temos todos as cicatrizes na memória. E foi apenas há um par de anos que políticos da direita achavam que aumentar o salário mínimo era um perigo, enquanto políticos de esquerda deixavam, na verdade, que o nosso salário mínimo perdesse terreno em relação ao espanhol.

Pelo menos nos termos do debate público, isso mudou. Já não se vê gente a defender que tenhamos de competir com o Bangladesh, mas num contexto em que, ao contrário do Bangladesh, os nossos jovens não precisam de visto para ir trabalhar em qualquer país europeu, privando-nos da nossa força de trabalho qualificada. A estratégia de salários baixos, supostamente competitiva, é na verdade insustentável no quadro do mercado interno eu-

ropeu. Ainda bem que isso já vai sendo reconhecido.

Agora vem a parte mais difícil: como fazer para que os salários possam subir? Se este for o principal tema da próxima campanha eleitoral, vai haver dois tipos de resposta: uma rápida e fácil e falsa; a outra mais demorada e trabalhosa, mas mais verdadeira. A direita já optou pela primeira, mas não é certo que a esquerda tenha optado pela segunda.

Um salário é sempre parte do valor que se produz: uma parte dessa parte é, em geral, tributada. O que acaba no bolso do trabalhador é, portanto, menos do que o valor produzido, subtraído de impostos e contribuições. A resposta fácil e rápida da direita tem sido sobre esta

última parcela: cortem-se os impostos e acaba mais dinheiro no bolso do assalariado. Não se trata, portanto, de uma resposta exatamente sobre como subir os salários. Por outro lado, não é acompanhada de uma proposta sobre a reposição dos impostos e contribuições perdidos (a direita não diz "alivie-se a tributação sobre o trabalho e

Como fazer para que os salários possam subir? Se este for o principal tema da campanha, vai haver dois tipos de resposta: uma rápida e fácil e falsa; a outra mais demorada e trabalhosa, mas mais verdadeira.

Se este for o principal tema da campanha, vai haver dois tipos de resposta: uma rápida e fácil e falsa; a outra mais demorada e trabalhosa, mas mais verdadeira.

vá buscar-se esse dinheiro a impostos sobre transações financeiras", por exemplo). A ideia, em suma, é dar o efeito imediato do aumento do rendimento disponível; mas o resultado quase garantido será o corte em serviços públicos de que precisamos em particular as pessoas que têm baixos salários.



A resposta que a direita não daria deveria ser a esquerda a trazer ao debate: como é que se aumenta o valor do que se produz? É que se a fiscalidade sobre o trabalho é mais ou menos equivalente à de outros países congéneres (como alguma direita intelectual honesta lá vai admitindo), é na produtividade que a diferença entre Portugal e os seus parceiros mais ricos na Europa é brutal. Pior: ao prescindir dos recursos de que precisamos para o investimento público estratégico, a resposta de curto prazo centrada na descida dos impostos vai ser prejudicial a uma subida na escala de valor imprescindível para tornar sustentável um verdadeiro aumento nos salários.

A boa notícia é que a história de outros países europeus nos ensina como é possível fazer isto: uma mistura de prioridade à negociação coletiva, trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, estratégias de alocação de investimentos públicos e coordenação de objetivos económicos comuns. A má notícia é que precisamos das essas respostas apareçam claras e credíveis para que não se troque a sustentabilidade no longo prazo pela ilusão de uma satisfação no curto prazo. A questão salarial vai ser central nas próximas eleições e os portugueses vão querer respostas que se entendam.



Miguel Poaires Maduro
politica@expresso.imprensa.pt

QUAL É A NOSSA AMBIÇÃO?

Se procurarmos abstrair dos ciclos políticos e olharmos para o país numa visão temporariamente mais longa, o que vemos? O período desde a criação do euro (1999) é o período (comparando com os períodos pré-revolução e pós-revolução até ao euro) em que a nossa economia se comportou pior desde 1950. Durante estes últimos 25 anos o retrato social também está longe de ser famoso. O nosso elevador social não existe. De acordo com a OCDE são necessárias cinco gerações para subir de classe social. Há poucos dias ficámos a saber que 17% da população portuguesa estão em risco de pobreza. Embora tenha piorado face ao ano passado até representa uma ligeira melhoria face há 20 anos, mas apenas após as transferências sociais. A desigualdade também pouco melhorou nestes 25 anos. E o pouco que melhorou parece ter acontecido por a classe média ter piorado. O salário médio real cresceu apenas 0,32% ao ano desde 2002 até 2018, 5,2% em 16 anos (no último estudo mais longo que encontrei) e está cada vez mais encostado ao salário mínimo. Isto apesar de termos uma população mais qualificada. Não é por isso de estranhar que o prémio salarial por ano de qualificação tenha vindo a diminuir. A nossa economia não premeia suficientemente o esforço educacional e não tem crescido significativamente na cadeia de valor. Não consegue pagar bons salários. O único sinal mais positivo tem sido a evolução das exportações nos últimos 12 anos e algumas "ilhas" de diversificação económica.

Em todos os indicadores económicos e sociais continuamos a estar entre os piores da União Europeia. Os últimos oito anos foram uma oportunidade perdida. O primeiro-ministro fala de convergência com a Europa, mas ela foi insignificante para um país que partia tão atrasado. E, sobretudo, essa convergência foi menor do que a dos outros países no pelotão dos últimos da União Europeia. Conclusão: Portugal está cada vez mais na cauda desse pelotão.

O único objetivo dos últimos oito anos parece ter sido o de manter o *statu quo*. É verdade que, depois do duro ajustamento a que fomos obrigados, uma parte significativa do país deu-se por satisfeita por conseguir manter o pouco rendimento que tem, ainda que para garantir as contas certas, a custo de cortes no investimento público com consequências graves para os serviços públicos. No fundo, o país resignou-se a uma mediocridade com alguma segurança, se bem que, mais tarde ou mais cedo, essa mediocridade, como sempre aconteceu nas últimas décadas, nos volte a trazer insegurança económica e social.

Parece que essa mediocridade se transformou na nossa ambição. No último artigo alertei para o risco de se normalizarem péssimas práticas políticas. Essa mediocridade na política, que alguns também querem transformar na medida da nossa ambição, não é apenas simétrica da mediocridade económica e social, elas estão relacionadas. A mediocridade política não reduz apenas a confiança no sistema político e no Estado por parte dos cidadãos (como o recente European Social Survey confirma). Essa mediocridade reflete-se em más instituições e processos de decisão. E estes explicam boa parte das más políticas públicas que nos conduziram à mediocridade económica e social. Precisamos de uma ambição diferente e de não nos resignarmos a esta mediocridade.



A foto da semana

Por **CRISTINA POMBO**
cpombo@expresso.imprensa.pt

RESGATE Foi um final feliz para os 41 trabalhadores que estiveram soterrados durante 17 dias num túnel de Silkyara, norte da Índia, de onde foram retirados na terça-feira. Os homens ficaram presos depois da derrocada parcial do túnel de 4,5 quilómetros que construíam naquela zona dos Himalaias, com vista a ligar dois importantes santuários hindus de Uttarkashi e Yamntri. Durante duas semanas receberam alimentos e oxigénio através de tubos. FOTO: UTTARAKHANDI INFORMATION DEPARTMENT/ANADOLU/GETTY IMAGES

O grande desafio: quando voltarmos a valores razoáveis da dívida, continuaremos a fazer uma gestão orçamental responsável?

O chouriço social-democrata e a alheira socialista

Deu alguma cealuma a metáfora de Luís Montenegro a dizer que o PSD, ao contrário do PS, não era um partido de cristãos-novos das contas certas, mas sim de cristãos por convicção. Rui Tavares acusou-o de ser ou antissimeta ou ignorante da História de Portugal (hipóteses que não são mutuamente exclusivas) por usar tal expressão, que, como se sabe, se refere aos judeus forçados a converter-se ao cristianismo por alturas da Santa Inquisição. No início, pensei que Montenegro usara a expressão apenas como sinónimo de recém-convertidos. Ao ouvi-lo novamente, convenci-me do contrário, de que falava mesmo em conversões forçadas.

De certa forma, Montenegro acusa o PS de nos ter estado a dar alheiras, uma das belas invenções dos cristãos-novos — um enchido de carne de aves que imitava o chouriço de porco, que estava vedado aos judeus. Acho que Montenegro está errado, quer no que diz respeito ao PS quer ao PSD. A estratégia orçamental dos Governos de Costa tinha, de facto, muitas alheiras, como as cativações. Mas a metáfora falha a partir daí. Enquanto as alheiras de aves eram uma forma de os judeus fingirem que eram cristãos — sei que há quem considere um mito que seja esta a origem da alheira de Trás-os-Montes, mas pesquisas etnográficas feitas no local dão força à tese —, as cativações e estratégias similares, como orçamentalizada, eram os instrumentos que o PS tinha para convencer o PCP e o BE a aprovar-lhes os orçamentos. Fingiam não ser apóstolos das contas certas, mas eram e, no fim do ano, o défice baixava mais do que o previsto. E se, nos primeiros anos, estávamos sob vigilância externa, mesmo já cá não tendo a troika, a verdade é que, nos últimos, o padrão manteve-se. Durante a pandemia, o Estado português foi o que menores apoios deram e, assim que caiu a máscara (literalmente), rapidamente voltámos à austeridade, ao ponto de termos um inusitado excedente nas contas públicas deste ano. A vontade com que apertamos este cílio é incompatível com falsas conversões.

Montenegro também erra quando fala do PSD como um cristão velho do equilíbrio orçamental. A história, quer a recente quer a antiga, desmente-o. Por exemplo, é comum culpar Governos do PS pelas três intervenções do FMI a que a nossa democracia já recorreu. É uma tonície. Por falta de espaço, salto a primeira, mas lembro que a segunda intervenção do FMI, em 1983,

veio na sequência de dois Governos liderados pelo PSD: o de Sá Carneiro (com Cavaco Silva como ministro das Finanças) e o de Pinto Balsemão. Os Governos do PSD que se seguiram também não se converteram ao mandamento dos saldos equilibrados. Durante os 10 anos de Cavaco Silva, o défice orçamental médio foi superior a 4% do PIB e observámos aumentos recorde da despesa pública (por exemplo, entre 1989 e 1993, aumento 40%). E se é verdade que, em 2002, Durão Barroso inicia o seu mandato com o discurso da tanga e esforçando-se por baixar o défice, o certo é que o ia conseguindo com expedientes dignos das alheiras socialistas, como a transferência de fundos de pensões para a Segurança Social. Adicionalmente, quando Durão Barroso se foi embora, o PSD escolheu para seu sucessor Pedro Santana Lopes em vez de Manuela Ferreira Leite. E o motivo foi óbvio: Santana Lopes dava mais garantias de ter políticas despesistas que lhes permitissem ganhar as eleições seguintes.

Portanto, não, o PSD não é um genuíno cristão das contas certas. Pelo contrário. A semelhança de Santo Agostinho com a castidade, apenas se empenhou a sério quando a isso foi obrigado, ou seja, no Governo de Passos Coelho, que decorreu sob intervenção externa. Tal como o PS fez o mesmo quando governava o país durante as anteriores intervenções do FMI. Estão bem um para o outro. Não gosto de dizer que os políticos são todos iguais, mas, neste assunto, socialistas e social-democratas têm-no sido.

De qualquer forma, o passado é passado e o que interessa é que se aprenda com ele. Estamos à beira de 2024 e desde 2011 que todos os Governos levaram o tema das contas certas a sério. Apesar de já se ter tempo suficiente para considerarmos tratar-se de uma mudança estrutural, o grande desafio ainda está para vir. Quando voltarmos a valores razoáveis da dívida, continuaremos a fazer uma gestão orçamental responsável? E, já que estamos em metáforas judaico-cristãs politicamente incorretas, permitam-me que as estique um pouco mais. Um dos estereótipos relativos a judeus é que são mais agarrados ao dinheiro. Há até quem diga que o adjetivo somítico é relativo a semita — sei bem que a etimologia da palavra não é consensual. Entre os cristãos, os católicos têm a imagem de serem um perdulários. Enquanto estilo de vida individual, cada um pode ser avaro ou esbanjador, que nada tenha a dizer. Já no que respeita às finanças públicas, sejamos mais judeus e menos católicos.



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

A CRIADA E A SENHORA

Este par clássico está no centro de romances, filmes, memórias, séries, estudos historiográficos e antropológicos: a criada e a senhora. Aqui em Lisboa, ainda as vejo ao vivo e a cores, a senhora acompanhada por uma aia ou dama de companhia, uma mulher a dias todo o terreno. Estas duas mulheres não podiam ser mais diferentes nas origens, uma nasceu no cetim, outra na serapilheira, mas acabam por ser amigas. No passado, estas empregadas até faziam parte da família, eram as verdadeiras mães e avós dos meninos da casa burguesa; nasciam ali relações de amor maternal que passavam entre as fronteiras porosas das classes — uma humanidade que o velho neorealismo não deixava ver; uma relação não contratual que o atual individualismo libertário também não vê. Ora, esta proximidade entre criada e senhora tem hoje um dado novo: votam as duas no mesmo partido, o Chega, porque o populismo entrou e secou o mundo do CDS e do PCP ao mesmo tempo.

Pensem naquela senhora que tem o cheiro da naftalina salazarista enranhada na permanente ou na *mise*; nunca leu a Bíblia, mas julga-se muito católica porque conhece o padre e o bispo; a fé é aqui uma questão de acumulação de *status* social. Estão a ver esta beata das Avenidas Novas, não estão? Vota no Chega, porque vê ali o único partido que defende princípios católicos. Já desmontei aqui esta

Esta proximidade entre criada e senhora tem hoje um dado novo: votam as duas no mesmo partido, o Chega

enorme falácia várias vezes: ou somos católicos, ou somos do paganismo chegado; as duas coisas ao mesmo tempo não funcionam, é como ser do BE e especulador imobiliário. Agora pensem na empregada: mora nos subúrbios de Lisboa, tem uma vida difícil e sente-se esquecida por todos; *melio*, *melio*, pelos partidos; o seu pai era do PCP, mas esse partido nunca falou com ela, nem ela percebe aquela cassette. Se a senhora a quem está a apurar as unhas dos pés vota no Chega devido a uma espécie de ressentimento religioso, ela vota no Chega porque está cheia de raiva e precisa de um escape para o ressentimento social. Porque é que não tem médico? Porque é que o filho teve de emigrar? Porque é que a neta não tem professores? Porque é que os transportes entre o bairro e as Avenidas Novas são um inferno?

Como é que trazemos de volta este par? É preciso dizer à senhora que o Chega é o triunfo do ódio anticomunista. E aqui a Igreja tem um papel a desempenhar: precisamos de uma verdadeira catequese para adultos centrada na Bíblia e não na covisibilidade da paróquia enquanto centro de intriga contra mães solteiras, contra mulheres que abortam, contra lésbicas, contra imigrantes, contra tudo o que sai fora da caixa muito estreita do beatério beto. Em relação à empregada, é preciso colocar-lhe esta pergunta: como é que o Chega vai resolver na prática todos esses problemas? Para lá do ressentimento, o Chega não tem nada, não tem políticas concretas. Estes desperdiçados da vida querem atirar um tijolo à janela da cidade, querem destruição como vingança. Fazem lembrar os comunistas que destruíram — direta ou indiretamente — empresas durante o PREC. É preciso evitar esse PREC populista, é preciso perguntar: fazes o quê depois de atirares o tijolo à janela?



Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia da Univ. do Minho
lfaiguar@eeg.uminho.pt

Montenegro acusa o PS de nos dar alheiras, uma das belas invenções dos cristãos-novos. Acho que está errado

Opinião



Teresa Violante
politica@expresso.impresa.pt

ELEIÇÕES E A UE

Um dos temas a dar especial atenção nos programas eleitorais que se apresentarão às próximas eleições relaciona-se com o papel de Portugal na integração europeia. O compromisso de Portugal com o projeto europeu é um princípio estruturante da Constituição portuguesa, mas o modo como esse compromisso se concretiza, por um lado, e como o projeto europeu se desenvolve, por outro, são realidades em constante evolução, e sujeitos ao campo da escolha política, democraticamente predeterminada por excelência. O Tratado da União Europeia (UE) consagra o objetivo de uma “união cada vez mais estreita”. Mas “uma união cada vez mais estreita” é, como se afirma no Preâmbulo do Tratado, “entre os povos da Europa”, e não entre os Estados-membros. Além disso, é também uma união “em que as decisões são tomadas de forma tão aberta quanto possível ao nível mais próximo possível dos cidadãos”, o que repudia — ou deveria repudiar — a chamada integração à força. Só que o processo europeu, pelo método concebido por Jean Monnet, assentou precisamente na integração à força, escondida na doutrina dos pequenos passos. A europeização foi acontecendo por via da burocratização da política, e a vontade dos povos foi assumidamente arredada de tudo isto. Com a eclosão da crise da zona euro, os custos da integração tornaram-se visíveis para as comunidades políticas europeias, e deixou de ser possível continuar a assentar o processo de construção europeia na integração à força — pelo menos, sem assumir, conscientemente, os riscos políticos dessa decisão, traduzidos no crescimento visível e substancial de forças políticas antieuropeias.

O capítulo reservado à UE, ao modo como cada país se posiciona na UE, e posiciona a UE no mundo deveria, portanto, ser uma parte substancial e relevantíssima do manifesto eleitoral de qualquer partido de um Estado-membro europeu em eleições legislativas nacionais. Há uns meses, a propósito da celebração do Dia da Europa, mencionei no Expresso *online* o Euromanifest, um projeto de investigação que codifica dados de todas as eleições europeias com base nos programas eleitorais dos partidos políticos. Segundo esse projeto, nas eleições europeias de 2019, Portugal foi o Estado-membro em que o tema “Necessidade de manter ou alargar os fundos CE/EU para as zonas estruturalmente subdesenvolvidas” mais se destacou nos mencionados programas, a larga distância relativamente à importância do tópico em outros países.

Olhando para os programas com que PS e PSD se apresentaram às eleições legislativas de 2022, neles se vê plasmado, primordialmente, este entendimento da UE como um instrumento de distribuição de fundos, e, em segunda linha, uma união económica e monetária. Embora o programa do PS se tenha apresentado mais denso, contrastando com o estreitamento do manifesto do PSD, omissão de ponderações simbólicas, políticas ou geográficas, não se encontram nesses documentos reflexões críticas sobre as grandes questões que, à data, já surgiam no horizonte. Por exemplo, a regulação da inteligência artificial, o combate aos conteúdos ilegais *online* e nas redes sociais, e à desinformação, a defesa da democracia europeia, ou questões sobre soberania europeia, segurança e defesa.

Na semana passada, André Ventura foi o anfitrião de um encontro em Lisboa do grupo europeu de direita radical e populista Identidade e Democracia, que acolhe partidos como a Rassemblement National, de Marine Le Pen, ou a alemã Alternative für Deutschland, essencialmente antieuropeístas e soberanistas. Embora existam diferenças assinaláveis entre os vários partidos que integram este grupo, é visível que não querem uma política externa comum, nem adotam políticas solidárias em matéria de refugiados. No dia 14 de março de 2024, estaremos a decidir, também, que projeto de União Europeia queremos. Para isso, é necessário que todos apresentem e clarifiquem as suas propostas. A União Europeia é muito mais do que fundos estruturais.

ABANAR A ÁRVORE QUE NÃO CAI

Defendi, bem antes do Chega entrar no Parlamento, que a extrema-direita não tinha deixado de existir em Portugal depois de meio século de ditadura, só não tinha representação partidária. Ganhou-a em 2019 e, passados quatro anos, já nem nos espantamos quando uma sondagem lhe dá 16%. Em Portugal, justificamos este crescimento com falhas éticas, a estagnação económica ou os ciganos. Em Espanha, com os independentismos. Em França, com o território abandonado pela desindustrialização e a imigração e sua distribuição urbana. Nos Países Baixos e na Suécia, com a imigração. Em Itália, com a desestruturação do sistema partidário saído de uma ofensiva justicialista e a crise migratória. Na Alemanha, com os refugiados. Na Polónia e na Hungria, com uma transição frágil para a democracia depois do comunismo. Na Argentina, com a inflação e o desastre peronista. No Brasil, com a corrupção e os evangélicos. Nos EUA, com a guerra cultural e os efeitos de mudanças económicas e sociais nas zonas mais industrializadas.

Podia continuar, mas se um fenómeno é transversal a boa parte do Ocidente também têm de existir algumas razões transversais. Há várias identificadas. A crise dos mediadores — igrejas, jornais, partidos, sindicatos — e das grandes narrativas, que enquadravam e davam sentido à comunidade. A mudança da desigualdade entre o topo e a base. A precarização de todos os laços sociais, laborais e familiares. O fim do sentimento de pertença a uma classe, que empurrava o descontentamento para



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

a esquerda. A reação a novos atores públicos, até hoje invisibilizados. Mudanças tecnológicas e económicas demasiado rápidas que criam ansiedade e medo. As redes sociais e a sua assombrosa capacidade de disseminar desinformação e criar bolhas. As explicações são tantas que ganhámos o hábito de, quando qualquer coisa corre mal, dizer que fará crescer a extrema-direita, alimentando uma profecia que se autorrealiza. Deixem-me tentar mais uma: o voto tornou-se mais irresponsável porque se tornou mais inconsequente. As pessoas querem “abandar isto”. Não

Se os Estados têm muito menos poder, também o têm os políticos e o voto que os elege. O voto tornou-se mais irresponsável porque é mais inconsequente. As pessoas intuem que não mudarão radicalmente as suas vidas. O crescimento da extrema-direita é um acomodamento a esta democracia dormente. Se a democracia morrer, não será numa Marcha sobre Roma ou num incêndio do Reichstag. Definhará.



FOTO: JOSEF LAGO/AFP VIA GETTY IMAGES

Uma reflexão sobre a fusão dos cuidados de saúde primários com unidades hospitalares

Oportunidades e ameaças para o SNS

João Eurico Cabral da Fonseca,
Ana Paula Martins
e Maria Carmo Fonseca

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) encontra-se numa encruzilhada de sustentabilidade. Enfrenta a ameaça da viabilidade financeira e o desafio da fixação de profissionais no SNS em atividades de elevada responsabilidade, grande intensidade e remuneração pouco satisfatória.

Os Centros Académicos Clínicos (CAC), envolvendo hospitais, faculdades e institutos de investigação, são o fulcro da investigação médica e dão formação a milhares de estudantes de Medicina e internos. Esta realidade criou um conceito de treino médico e de prática clínica em estreita ligação à investigação científica. Por este motivo, a estruturação de uma carreira que premeie o mérito, o investimento na diferenciação e na investigação e a oferta de perspetivas de carreiras complementares académicas é fator importante na motivação para trabalhar no SNS. Por outro lado, a medicina infiltrou-se na comunidade através de uma valorização crescente da prevenção e de uma projeção do diagnóstico

e tratamento para fora do ambiente das enfermarias, reservando os hospitais para as situações agudas e complexas. Por isso a fusão dos cuidados de saúde primários com unidades hospitalares, formando Unidades Locais de Saúde (ULS), integrando-as sempre que possível em CAC, com ambientes promotores da formação e investigação, é um modelo que poderá ser relevante na sustentabilidade do SNS.

Mas este conceito contém igualmente ameaças que urge antecipar. Uma ULS integrada num CAC está capacitada para a inserção nas redes europeias de referência de doenças raras e complexas e para o reconhecimento internacional de várias áreas específicas como centros de excelência de diferenciação clínica e científica. Estes centros oferecem soluções para os problemas de saúde mais raros, complexos e graves, que são também aqueles que consomem mais recursos financeiros e obrigam a mais tempo de dedicação dos profissionais de saúde por cada doente tratado, afetando os orçamentos e a capacidade de resposta das equipas das instituições clínicas inseridas nos CAC. Adicionalmente, para além da dimensão qualitativa, há uma realidade quantitativa e indiferenciada

a que estes centros académicos têm também de fazer face. Por fim, a formação pré e pós-graduada e a atividade científica são realizadas ombro a ombro com a atividade clínica, aumentando a complexidade e intensidade do trabalho nestes centros, que, combinada com a exigência de conciliar elevada diferenciação com a resposta a múltiplas solicitações de maior simplicidade clínica, causa pressão e desgaste nos profissionais de saúde.

Para que as ULS integradas em CAC sejam a oportunidade para a viragem de página nas dificuldades do SNS é fundamental estruturar

A medicina infiltrou-se na comunidade através de uma valorização crescente da prevenção e de uma projeção do diagnóstico e tratamento para fora do ambiente das enfermarias, reservando os hospitais para as situações agudas e complexas

porque haja mais corrupção ou pobreza do que no passado, apesar de estarmos muito aquém das expectativas que tivemos numa Europa onde, hoje, os filhos já não pensam viver melhor do que os pais. Se olharmos para a composição do voto da extrema-direita em vários países, nem sempre são os sectores mais desesperados da sociedade que mais votam nela. As pessoas querem “abandar isto” porque, no fundo, sabem que por mais que abanem nada de relevante para a sua vida vai cair. A globalização e financeirização do capitalismo, o poder dos “mercados” e, na Europa, o espantoso europeu criaram fundações firmes na TINA (“there is no alternative”). Mas não são as fundações do Estado de Direito Democrático, que nunca deveriam ceder à pressão da maioria, que são inabaláveis. São as opções políticas e económicas, que é o que, precisamente, deveria ir a votos.

Quando a Grécia tentou desviar-se do programa de governo europeu (não eleito) ficou claro que nem isso, nem uma saída pacífica do euro, lhe seria permitido. Já os ataques à democracia na Hungria e na Polónia não provocaram qualquer crise na UE. E é por isso que Meloni foi, sem abdicar da xenofobia, recebida de braços abertos. Da mesma forma, as bolsas vibraram com a vitória de um louco furioso como Javier Milei, na Argentina. Os governantes de extrema-direita até podem ser incompetentes, mas nem isso é obrigatório, nem é exclusivo seu. Defendendo uma versão musculada do sistema (por isso são financiados pelo poder económico), são acomodáveis por ele. Quem os elege fica tão mal como ficaria com um “liberal”. O dano é o “outro”, seja o mais pobre, o imigrante, o gay, o cigano ou a mulher emancipada.

Votar na extrema-direita é abandar uma árvore que não cai. Ao contrário do passado, não é um voto num projeto de poder ou de sociedade. É para “os” chatear. No fundo, as pessoas sabem que nada de essencial (para elas) está em risco. Porque intuem, pela experiência, que o seu voto já não tem essa capacidade de mudar radicalmente as suas vidas. Não porque tenhamos chegado a um consenso, mas porque se os Estados têm muito menos poder, também o têm os políticos e o voto que os elege. O crescimento da extrema-direita não é causa da degradação da democracia. É consequência. Não como resposta ou protesto, mas como acomodamento. Esta revolta é inconsequente. E é por isso que a vitória da extrema-direita não é uma perturbação da democracia dormente que o capitalismo globalizado impôs, é apenas o seu novo estádio. Claro que haverá um momento em que ela terá um tal peso na UE que determinará mesmo as suas políticas. E como construímos um poder transnacional sem as garantias democráticas e institucionais que nos eram dadas pelos Estados, esse poder será tão difícil de combater pelos cidadãos como são hoje as regras neoliberais. Terá sido a democracia apenas uma fase da nossa história? Se foi, não vai morrer numa Marcha sobre Roma ou num incêndio do Reichstag. Apenas definhará. Está a definhar.

Henrique Monteiro



FOTO TIAGO PETINGALUSA

ANTES QUE ME ESQUEÇA



A FINTA
O Congresso do PSD correu reconhecidamente melhor do que a generalidade das pessoas pensavam. Mas nem por isso deixou de ter os seus

percalços. O mais descarado, a meu ver, foi quem, do lado do PS, fingiu não ter percebido (ou, se calhar, nem ouviu) o que disse Luís Montenegro sobre pensões e complemento solidário para idosos. O líder do PSD foi claro ao referir que o valor de €820 era para aqueles que podem beneficiar daquele subsídio e não uma subida geral de todas as pensões. Eu ouvi em direto e percebi. Porém, ainda no mesmo dia a ideia tinha sido baralhada pelos socialistas, de modo a parecer uma proposta irrealista e demagógica... Bem sei que a campanha eleitoral já começou, mas é de todo lamentável que as propostas sejam distorcidas; como é pena que Pedro Nuno Santos seja comparado a Vasco Gonçalves (qualquer dia é a Estaline) ou o líder parlamentar do PS, o moderado Eurico Brilhante Dias, afirme do alto da tribuna que a opção é entre o PS e os que querem destruir o Estado social. Podem parar um pouco com os exageros? De falar como se fossem trolls das redes sociais? Poderemos ter um confronto de ideias sereno? Sinceramente, não creio que o consigamos, mas nunca é demais pedir.

UMA INDISPENSÁVEL CURA DE OPOSIÇÃO

Penso que já todos reparámos, mesmo os socialistas que mantêm o espírito livre e a mente aberta: o PS está gordo, anafado, impante, convencido da sua indispensabilidade. Quando, numa democracia que se pretende a funcionar, se chega a este estado, todos conhecem o remédio: a velha e celebrada cura de oposição.

A questão interna do PS não é, pois, quem se pretende para liderar o próximo Governo, mas sobretudo quem se presume ter mais fibra e garra para liderar a oposição. Só assim se entende o apoio de tantos militantes moderados a Pedro Nuno Santos, que sendo uma espécie de tribuno, combativo e voluntarioso, parece mais indicado para a função. Permitam-me que aqui deixe registada a minha estima por José Luís Carneiro, um moderado e sensato dirigente socialista e dos poucos ministros dignos de elogio. Do mesmo passo, direi que os meus contactos com Pedro Nuno Santos, embora mais distantes, foram sempre cordiais e simpáticos; deixem, por favor, de entender estas coisas como pessoais. Na minha formação, por sinal feita no Colégio Moderno, dirigido pelo Dr. João Soares (pai do ex-Presidente Mário Soares) e, depois, pela Dr^ª Maria de Jesus Barroso (a sua nora), aprendi desde sempre que se pode admirar e ter simpatia por aqueles com quem não concordamos, desde que eles não passem a mesma linha que não passamos: a da tolerância e sã convivência democrática. Assim

sendo, por muitas felicidades que deseje a Pedro Nuno e a José Luis, espero que nenhum deles seja primeiro-ministro.

O primeiro, não só por entender que o PS precisa de uma cura de oposição, mas também por não concordar com muito do que defende (embora ultimamente tenha descoberto que era um verdadeiro social-democrata); o segundo pela necessidade de o PS não estar no Governo uns tempos.

Em Portugal, estar no Governo não costuma (salvo honrosas exceções) ser um serviço, mas um festim. O problema é histórico, e talvez por isso alguém tenha dito que os políticos, tal como as fraldas, devem ser mudados frequentemente, e pelas mesmas razões (eu sei que a frase, por cá, é atribuída a Eça, mas nos EUA é a Mark Twain ou mesmo a Benjamin Franklin, embora, na verdade, pareça que saiu da contribuição de um leitor da "Reader's Digest"). Mudar, ou seja, permitir que a alternância funcione, é essencial a uma democracia liberal, ou seja, a uma sociedade aberta. A ideia de alternativa, com que somos frequentemente confrontados pelos extremistas — segundo do BE, do PCP ou do Chega, neste aspeto tanto faz, porque mesmo pessoas do PS e do PSD a utilizam —, mata o reformismo progressivo e defende, objetivamente, que uma ideia, uma mundividência, uma ideologia, se preferirem, comungada por parte do país ou pouco mais, prevaleça sobre as ideias de outros, que



Sinto-me liberto como um pássaro fora da gaiola

Mário Soares (1924-2017), primeiro-ministro, Presidente, figura cimeira da democracia, quando em 1978 o Presidente Eanes demitiu o seu Governo. Já não há políticos assim...

se encontram em minoria. E essa posição, em si, mata o essencial da ideia liberal democrática que consiste em dar direitos e cidadania a todos. A democracia não é a lei do mais forte, porque essa é a lei da selva, anterior a qualquer civilização, mas o regime que permite a convivência e os direitos e deveres iguais para todos; é feita ao centro, por muito que isso custe (dos já citados partidos) a quem

queira romper com tudo e construir o mundo novo dos 'amanhãs que cantam', ou um mundo velho do paraíso perdido. Infelizmente para eles, todos vivemos no presente, rodeados de pessoas que são 'todas iguais, mas todas diferentes', e com todas (salvo os intolerantes) temos de unir esforços para fazer da nossa vida, do nosso ambiente, de tudo o que nos rodeia, melhor e mais justo; se possível, mais justo e perfeito. Isso levaria a que os partidos, se não fossem dirigidos por uns timoratos, por vezes disfarçados de combativos, tivessem coragem de pensar a longo prazo e não nas próximas eleições. Mas olha-se quem rodeia os líderes do PSD ou do PS e percebe-se que quase 90% está ali para ver se saca uma prebenda; os menos maus por via legal, os piores, da forma que for.

A necessidade de o PS ir para a oposição não transforma para melhor o PSD. Dá-lhe mais responsabilidades, porém, a prazo, voltaremos ao problema das fraldas. Entretanto, cada lado pode corrigir exageros do outro e permitir pequenos aperfeiçoamentos. Ainda não é suficiente, é preciso melhorar e reformar muitas instituições e hábitos; porém, em Portugal, na Europa, e um pouco por todo o mundo, ninguém vê senão a ponta do seu nariz. Sem um novo impulso reformista, o desprestígio da política sobe, os rancores aumentam, os extremos crescem. É um ciclo fatal.

hmonteiroexpresso@gmail.com



LIBERDADE
Este livro, "Em Busca do Ideal", do filósofo Isaiah Berlin, é muito interessante para demonstrar como tantos pensadores com ideias minoritárias ou disruptivas influenciaram o pensamento geral.

O próprio Berlin, nos seus ensaios sobre a liberdade, ao teorizar sobre os conceitos de liberdade negativa e positiva (uma mais ligada ao pensamento anglo-americano e outra ao francês continental), nos mostra a importância da diferença entre combater o mal e promover o bem. Os primeiros defendem uma liberdade fundada na autonomia privada, com menos intervenção do Estado; os segundos apontam para uma liberdade que tem em vista um bem comum, raramente possível de consensualizar. Ao contrário, o mal é algo mais fácil de definir. Experimentem o exercício nesta época em que nos prometem tanto bem e apontam aos outros tanto mal.

OS DIAS QUE ME OCORREM

KISSINGER

As notícias na Europa começavam, quase todas, por lhe chamar controverso. Claro que foi, quem com a estatura política, sobretudo geopolítica, de Henry Kissinger, lúcido até morrer, quarta-feira, com 100 anos, pode não ser controverso? Prefiro o título do "The New York Times" de ontem: foi ele quem moldou a História das nações na Guerra Fria. Foi ele, na verdade, o maior dos analistas, o homem que compreendeu — muito antes de outros — o papel da China e a importância de Deng Xiaoping; foi ele, que pouco antes de morrer, em maio passado, nos

brindou com seis ensaios sobre estratégia mundial, reunidos num volume intitulado "Liderança". São homens destes que recordamos para sempre. Gigantes ao pé da multidão de *lilipus* políticos.

GAZA

Com esforço e muita negociação, as tréguas que há uma semana eram para durar quatro dias estenderam-se, pelo menos, até à madrugada de hoje. Mas será, talvez, demasiado otimista pensar que, de tréguas em tréguas, se chega à paz e a uma solução — única possível — de dois Estados. Não acredito que esse passo seja dado pelo Hamas sem

segundas intenções, nem creio que o atual Governo de Israel consiga ter o discernimento suficiente para concordar com a existência da Palestina.

CLIMA

É preciso muita diplomacia para entender, e pode ser que a ideia seja de génio: os países desejosos de combater o aquecimento global (este ano já é o mais quente de sempre) e atribuindo esse aquecimento às emissões de carbono decidem fazer a cimeira COP28 num Estado que vive do petróleo. Mais concretamente, na rica cidade do Dubai, um dos Emirados Árabes Unidos, toda ela construída à

custa de emissões de carbono. O presidente da cimeira, o sultão Al-Jaber, é presidente da maior companhia petrolífera dos Emirados, a 12ª maior petrolífera do mundo. Há quem diga que não tem grandes expectativas sobre a cimeira, que hoje começa e que se prolonga até dia 7. Bem os compreendo.

TRUMP 2025

Parece impossível, mas há uma hipótese de Trump ganhar as próximas presidenciais. O programa já começa a ser anunciado: perseguições judiciais contra adversários, purga da Administração Pública, expulsão massiva dos indocumentados, fim do

auxílio "sem fim" à Ucrânia, reavaliação do papel da NATO. Ideias anunciadas tal e qual pelos apoiantes.

NÚMEROS

A inflação desceu, a idade da reforma aumentou, a sua antecipação é mais penalizada, a pobreza mantém-se e a percepção dos portugueses é de que vivem pior. Porém, a dívida desceu, há excedente orçamental e boas perspetivas de investimento. Aqui a percepção é de que estamos melhor. Até março, as duas visões estarão em combate. Apenas se sabe uma coisa: todos acham que são sobretudo os pensionistas a decidir eleições.



MENTIRA

Há quem chame a Luís Paixão Martins o "guru" de Costa; mas antes disso já tinha sido de Sócrates e de Cavaco. Com todos colaborou. Lembro-me dele, meu colega jornalista (exerceu até 1986, antes de decidir tornar-se consultor e viver muito melhor do que nós — desculpa a piada, pá!). Era, como foi sempre, um profissional competente. É por isso que neste tempo vale a pena ler o livro que escreveu (saiu em outubro passado, mal sabia que ia haver eleições). É fundamental perceber o que são as sondagens, as previsões, como se faz a distribuição dos índices, como pequenas alterações de método podem gerar diferenças substanciais no resultado.

Ricardo Costa



A BATALHA PELAS PENSÕES

Um dia antes do congresso do PSD, os peritos que integram a Comissão que está a estudar a sustentabilidade da Segurança Social pediram para atrasar a divulgação das suas conclusões. O prazo estava previsto para o final de janeiro, mas os peritos entendem que as suas conclusões não se devem misturar com o debate eleitoral.

Bastaram 24 horas para se perceber os perigos que este pedido encerra. Uma pequena proposta do PSD — embulhada numa frase mal construída que permitia uma leitura mais ampla — reabriu a discussão sobre a Segurança Social. Três dias depois, André Ventura já anunciava propostas que podem valer mais de €7 mil milhões por ano... O leilão eleitoral vai ser intenso.

Percebo a razão que levou os peritos a pedir o adiamento da divulgação dos seus resultados. Não querem ser usados como arma de arremesso político numa campanha eleitoral, o que é perfeitamente aceitável num trabalho essencialmente académico. Só que este adiamento coloca o país numa situação paradoxal: vamos assistir a uma batalha pelo voto dos pensionistas, com propostas assentes numa situação que desconhecemos.

Adiar a divulgação do Livro Verde da Segurança Social é uma decisão que nos vai custar caro

A sustentabilidade da Segurança Social é um dos assuntos mais importantes do país. Este século já passámos por várias fases de uma intensa montanha-russa, com 'verdades' sucessivas: a reforma Vieira da Silva, que garantia um longo período de sustentabilidade; um resgate que declarou que o sistema não tinha como se aguentar; um crescimento do emprego e da imigração que nos mostraram um novo "equilíbrio".

Onde estamos exatamente, entre a falência e a salvação sucessivamente anunciadas? Ninguém sabe. Ou, por outra, acredito que o comité de peritos saiba. Estão a trabalhar nisso há um ano e meio e dispõem da única varinha mágica que pode transformar a batalha pelos pensionistas numa discussão decente de políticas públicas.

Os partidos — todos os partidos — deviam pedir em conjunto aos elementos da Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social que revejam a sua posição e nos apresentem os resultados em janeiro. Não uma apresentação política com ministros e trombetas, mas uma apresentação técnica. Ao contrário do que se pensa, a existência de um Governo de gestão antes de um novo ciclo político é o momento certo para esta divulgação. Ninguém se pode apresentar como dono das conclusões, exceto os autores. Qual é o sentido de entregarem o estudo a um novo Governo, eleito com base em promessas que podem ser postas em causa por esse mesmo estudo?

rcosta@expresso.imprensa.pt

e ainda...



"Napoleão"
Um filme que virou costas à História **R28**



Bret Easton Ellis
"Não interessa o que pensam de mim" **R40**



Bobsleigh
Dupla portuguesa tenta ir aos Jogos de Inverno **P32**

Influencer tem 116 dossiês com escutas

Galamba começou a ser escutado em 2019. Inquérito tem já 23 volumes. Procuradores admitiram alguns erros

O processo da Operação Influencer, que se iniciou em 2019, conta já com 23 volumes, cada um deles com cerca de 250 páginas. Desde a semana passada que as defesas dos arguidos já os podem consultar, porque se extinguiu o segredo de justiça interno. Mas segundo fonte próxima do caso, o que se salta à vista são os 116 envelopes contendo CD e pen-drives com as interações telefónicas autorizadas pelo juiz de instrução aos arguidos do caso, entre eles o ex-chefe de gabinete do primeiro-ministro, Vítor Escária, o ex-ministro das Infraestruturas, João Galamba, o advogado Diogo Lacerda Machado ou o ex-CEO da Start Campus, Afonso Salema.

Segundo fonte judicial, Galamba esteve sob escuta desde 2019, ou seja, logo a seguir à abertura do inquérito, ainda que possa não ter sido de forma contínua. Algo que não sendo ilegal, é, segundo juristas contactados, um abuso da Justiça. "O limite temporal para um arguido ser alvo de interações telefónicas é o tempo do inquérito, que pode ter uma duração indefinida. A lei não o limita, mas um juiz de instrução deve impor restrições ao tempo de duração dessas interações. Ter uma pessoa quatro anos sob escuta é um abuso", defende o advogado Carlos Melo Alves. Uma opinião partilhada pela advo-

gada Patrícia Santos Ferreira: "As escutas são autorizadas pelo máximo de três meses, mas este prazo vai sendo renovado, desde que se preencham os limites de admissibilidade." O Expresso contactou João Costa Andrade, advogado de Galamba, que não quis fazer qualquer comentário.

Para algumas fontes ligadas ao processo, os três procuradores do caso "basearam muita da prova nas escutas telefónicas" ao contrário de colegas seus do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) que trabalham sobretudo "a componente

Os procuradores "basearam muita da prova nas escutas telefónicas", criticam fontes do processo

financeira e bancária", até porque costumam ter a colaboração da Autoridade Tributária (AT). "Há escutas a mais no caso. As conversas destes arguidos foram ouvidas durante meses e meses", critica uma dessas fontes. Ainda assim, existem também no inquérito 16 apensos temáticos onde o MP colocou informação financeira dos bancos.

O Expresso sabe que foi precisamente através de uma interceção telefónica que surgiu a referência à Start Campus e ao *data center* de Sines, já dois anos depois da abertura do inquérito que nessa altura se confinava aos negócios do litio

e do hidrogénio verde. Como o Expresso noticiou na semana passada, o Ministério Público vai partir o processo em dois: de um lado a investigação aos negócios da Start Campus e do outro a do litio e hidrogénio, ambas com o mesmo trio de procuradores.

Logo no início das inquirições aos cinco arguidos detidos no Campus da Justiça, após as buscas do dia 7 de novembro, os procuradores admitiram que o despacho de indicição continha alguns erros. Três deles já foram noticiados: o da portaria, o da referência ao ministro da Economia e o de uma reunião no Largo do Rato que não existiu. Mas há mais, embora todos eles de baixa gravidade, como de datas e/ou locais truncados. "Foram feitas logo algumas retificações ao próprio despacho", conta a mesma fonte. Uma delas era a quantia em numérico descoberto pelos investigadores no gabinete de Escária, na residência oficial de António Costa em São Bento. Os procuradores tinham escrito que eram €78 mil e depois corrigiram para os €75.800.

A Operação Influencer levou à demissão de António Costa. O atual primeiro-ministro está a ser investigado num processo à parte no MP do Supremo Tribunal de Justiça. Na semana passada, a procuradora-geral da República, Lucília Gago, falou pela primeira vez sobre o caso para dizer que não se sente responsável pela saída de Costa e assumindo a autoria do parágrafo que precipitou a demissão do governante.

Mau tempo



CHUVA Portugal continental registou até meio da tarde desta quinta-feira 477 ocorrências devido ao mau tempo. A região da Grande Lisboa, a mais afetada, contou com 354 ocorrências. Houve 283 inundações, também ocorreram quedas de árvores, limpeza de vias e quedas de estruturas. O temporal obrigou a Câmara de Lisboa adiar a inauguração das luzes de Natal para esta sexta-feira. FOTO TIAGO PETINGA/LUSA

Há um milhão de eleitores 'falsos'

Cadernos eleitorais têm um milhão de eleitores a mais, na maioria emigrantes. Sem eles, a abstenção teria sido de 35% (e não de 42%)

A abstenção esteve mais próxima dos 35% do que dos 42% nas legislativas de 2022, aponta o novo estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Significa que os cadernos eleitorais de 2021 tiveram cerca de "um milhão de eleitores a mais relativamente às estimativas da população residente". Uma das explicações está no número de emigrantes que não alteraram a morada, continuando a ser sinalizados para votar em Portugal. "Por cada três adultos que emigraram entre 2019 e 2021, pelo menos um deles

não se terá recenseado no estrangeiro", diz o estudo. Esse fator é mais relevante para empolar a abstenção do que o número de eleitores já falecidos (eleitores-fantasma) que apenas justifica "5,5% do desvio total". O incentivo à mudança de morada de não residentes poderá passar por tornar o voto no estrangeiro "mais apelativo" através do aumento do número de deputados eleitos pelos dois ciclos eleitorais no estrangeiro (Europa e fora da Europa) — até agora, cada um elege apenas dois deputados.

EXPRESSO 50

Sexta-feira
1 de dezembro
de 2023

01
12

#2666
expresso.pt

Últimas

UE proíbe 129 companhias de voarem na Europa Há 129 companhias de aviação proibidas de voarem no espaço europeu, devido a problemas de segurança. Integram a 'lista negra' da União Europeia, entre várias companhias russas, as da Guiné Equatorial e de São Tomé e Príncipe.

Três mortos em Jerusalém em ataque reivindicado pelo Hamas Três pessoas morreram e pelo menos 16 ficaram feridas na sequência de um tiroteio numa paragem de autocarro em Jerusalém, quinta-feira de manhã. Os dois suspeitos, mortos pelas autoridades israelitas pouco depois de terem começado a disparar, foram identificados pelo Hamas como seus membros. O ataque, disse o grupo extremista, "é uma resposta natural aos crimes sem precedentes perpetrados pela ocupação".

Economia abranda no terceiro trimestre O PIB português cresceu 1,9% em termos homólogos no terceiro trimestre, revelou ontem o INE. Nos três meses anteriores tinha crescido 2,6%. Menor dinamismo das exportações foi a principal causa.

Inflação recua para 1,6% A taxa de inflação homóloga desceu para 1,6% em novembro, segundo o INE. É a primeira vez que fica abaixo de 2% desde 2021. Em outubro tinha sido de 2,1%.

Caravana antilitio Pela suspensão e rescisão de "todos os contratos de exploração mineira duvidosos, assinados nos últimos anos na região do Barroso", realiza-se, esta sexta-feira, uma caravana antimiteração que vai passar em quatro aldeias ameaçadas.

Punk celta de luto Morreu o músico britânico Shane McGowan, vocalista dos Pogues, banda precursora do estilo punk celta e autora de clássicos como "Dirty Old Town" e a melhor música (alternativa) de Natal de sempre "Fairytale of New York". Tinha 65 anos e não resistiu a uma encefalite.



Panda em Lisboa Nasceu uma nova cria de panda vermelho no Zoo de Lisboa. O anúncio foi feito pelo Jardim Zoológico, que acrescentou que a cria, com seis meses, já pode ser vista.

Hugo Nicolau em filme de Johnny Depp O ator português integra o elenco de "Modi", longa-metragem biográfica sobre o artista italiano Amadeo Modigliani, que conta com realização de Johnny Depp. Do elenco fazem parte Al Pacino, Riccardo Scamarcio e Pierre Niney.

Expresso O vencedor do sorteio Renault Twingo 2023 já foi apurado (no sorteio de dia 24 de novembro): David Tomé, de Algés. O prémio é constituído por um Renault Twingo E-Tech Urban Night Electric 22.

Ambiente "50 Anos de Políticas Ambientais em Portugal" é o título do livro organizado pela comunidade do Expresso Luísa Schmidt, e que será lançado no próximo dia 4 de dezembro.

Reportagem premiada "Liquidação total: como a Baixa de Lisboa se vendeu aos hotéis, perdeu comércio, ganhou restaurantes e atraiu turistas" foi escolhida do público na categoria Reportagem Multimédia na 16ª edição dos Prémios de Ciberjornalismo do Obceiber.